



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa– POSGRAP
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia - NPGeo

HILÁRIO JOSÉ MENEZES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A RELAÇÃO RURAL URBANO:
O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS (MTD),
EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

São Cristóvão - SE

2011

HILÁRIO JOSÉ MENEZES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A RELAÇÃO RURAL URBANO: DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS (MTD),
EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. José Eloízio da Costa.

São Cristóvão – SE

2011

HILÁRIO JOSÉ MENEZES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A RELAÇÃO RURAL URBANO: DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS (MTD),
EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Orientador/Presidente

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos

Membro

Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos

Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os companheiros do Movimento dos Trabalhadores de Desempregados – MTD, em nome de Zivaneide, Osmar Andrade (Negão), Dona Julia, Galvão e Guapeí, pessoas que abriram as portas do Movimento para o desenvolvimento da presente pesquisa e contribuíram, assim, para o diálogo entre o MTD e a academia. Dedico os resultados desta pesquisa para aqueles que são despossuídos de qualquer bem material, que enfrentam as dificuldades da vida, sem perder os objetivos. Companheiros que lutam por um mundo melhor;

A Deus, como fonte de inspiração;

À minha mãe Marinalva Alves de Sousa e à minha querida esposa Célia Tanajura, mulheres com as quais aprendi a compreender e respeitar a vida; e,

Em especial, ao meu filho Vinícius Hilário Tanajura Menezes, à minha nobre filha Gabriella Tanajura e, à sua filha Bianquinha Tanajura, a flor mais recente da família.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. José Eloízio da Costa, pela sua dedicação e pelos esclarecimentos feitos sobre aquilo que muitas vezes estava sem compreensão.

Ao Prof. Dr. Jânio Santos e à Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos, pelas contribuições vindas das bancas de qualificação e de defesa;

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE), pela bolsa de mestrado que contribuiu para o desenvolvimento do presente trabalho e também para a minha permanência na cidade de Aracaju;

À Universidade Federal de Sergipe – Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e o Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, pela estrutura da instituição, que me permitiu realizar os estudos que culminaram nessa pesquisa;

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo), nas pessoas dos coordenadores José Eloízio da Costa e Josefa de Lisboa Santos, por todo o apoio recebido;

Aos professores do NPGeo que contribuíram para ampliar os meus conhecimentos sobre a Geografia e a sua contribuição para compreender a realidade objetiva;

A Everton, funcionário do Programa de Pós-Graduação, por toda atenção e gentileza a mim dispensada;

Aos colegas do NEGeo, pela amizade construída;

Ao amigo e companheiro Cleilton Ramos Costa, pela elaboração dos Mapas do MTD.

*Do rio que tudo arrasta, diz-se que é
violento. Mas ninguém chama violentas às
margens que o comprimem.*

Bertold Brecht

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade discutir e analisar o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e a relação campo/cidade, tendo como objeto de estudo os sujeitos sociais que participam do MTD, no município de Vitória da Conquista-BA, diretamente atingidos pelo desemprego e pela falta de moradia. Estabelecendo um contraponto ao modelo econômico vigente, alguns movimentos sociais organizados lutam pela democratização do acesso a terra e acreditam que só a reforma agrária poderá resolver este problema. Como metodologia de pesquisa, este trabalho utilizou o método crítico-dialético, tendo a história de vida e a análise do discurso como instrumentos de análise dos dados coletados, por meio de observação participante, diário de campo, registro descritivo e entrevistas semiestruturadas. Especificamente, foi analisado o Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado em Vitória da Conquista-BA, concretizado com base na luta política implementada pelo MTD. Os resultados encontrados apontam que o MTD se inspirou nos debates estabelecidos pela Consultar Popular para implementar os seus objetivos de luta, com base na criação de espaços e projetos coletivos face à realidade vivida por cidadãos aliados do acesso a terra e ao emprego. Além disso, observou-se que a história de luta do MTD é parte do contexto contemporâneo da implementação de políticas de habitação para pessoas de baixa renda e que moram em áreas de riscos. Conclui-se, portanto, que a pressão social exercida pelos movimentos sociais mostra para a sociedade e para o poder público as carências de habitação e trabalho para uma parcela da sociedade que vive em condições precárias.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); Vitória da Conquista-BA; territorialização; espaços rururbanos.

ABSTRACT

This research aims to discuss and analyze the process of territorialization of the Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) and the rural / urban connexion, with the object of study the social subjects who participate in the MTD, in Vitória da Conquista, Bahia, directly affected by unemployment and homelessness. Establishing a counterpoint to the current economic model, some organized social movements fighting for the democratization of access to land and believe that only land reform can solve this problem. As a research methodology, this study used the critical-dialectical method, the life history, and discourse analysis as a tool for analysis of data collected through participant observation, field diary, recording descriptive and semi-structured interviews. Specifically, we analyzed the Settlement Zumbi dos Palmares, located in Vitória da Conquista, Bahia, realized from the political struggle implemented by the MTD. The results indicate that the MTD was inspired by the debates established by Consulta Popular to implement the goals of struggle, based on the creation of spaces and collective projects from the reality experienced by people priced out of access to land and employment. Furthermore, we observed that the history of struggle is part of the MTD of the contemporary context of the implementation of housing policies for low income and who live in risk areas. It follows therefore that the social pressure exerted by social movements shows to society and to the needs of public housing and work for a portion of society living in precarious conditions.

Keywords: Social Movements, Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) Vitória da Conquista, Bahia; territorialization; rururbans spaces.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTD NO BRASIL – 2011	32
FIGURA 2 – ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTD NA BAHIA – 2011	33
FIGURA 3 – OCUPAÇÃO REALIZADA PELA CMP E MNLM EM ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA, 2002.	37
FIGURA 4 – ENTRADA DO ACAMPAMENTO AMÉRICA LATINA, 2002.	39
FIGURA 5 – PLACA DE IDENTIFICAÇÃO NA ENTRADA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA, 2010.	41
FIGURA 6 – ASSASSINATOS DE CAMPONESES E TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL, ENTRE 1986 E 2006.	43
FIGURA 7 – VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA, LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, BR 263, 2011.	49
FIGURA 8 – ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA, BA 263, 2011.	51
FIGURA 9 – MILITANTES DO MTD EM PASSEATA NA BR 116 EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA, EM 21/05/2009.	52
FIGURA 10 – MANIFESTAÇÃO DE MILITANTES DO MTD NA BR 116 EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA, EM 21/05/2009.	53
FIGURA 11 – POLÍCIA DE CHOQUE BLOQUEANDO A PASSAGEM DOS MILITANTES DO MTD NA BR 116, EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA, EM 21/05/2009.	54
FIGURA 12 – MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MTD EM VITÓRIA DA CONQUISTA. .	55
FIGURA 13 – SEDE DO INCRA EM SALVADOR-BA, DURANTE A OCUPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS, EM 2009.	57
FIGURA 14 – LIDERANÇAS DO MTD REUNIDAS NO ESTACIONAMENTO DO INCRA, SALVADOR-BA, DURANTE OCUPAÇÃO REALIZADA EM 2009.	59
FIGURA 15 – ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES, VITÓRIA DA CONQUISTA, 2010.	62
FIGURA 16 – ASSENTADA E MERENDEIRA DA ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES COM ALUNAS NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES - 2010.	63
FIGURA 17 – SUDOESTE DA BAHIA, ORIGEM DOS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES	65
FIGURA 18 – CASA DE UM DOS ASSENTADOS DO ZUMBI DOS PALMARES.	66
FIGURA 19 – PLANTAÇÃO DE FRUTAS LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.....	75
FIGURA 20 – PLANTA URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA, 2011.....	103
FIGURA 21 – PARTICIPANTES DO 1º. ENCONTRO NACIONAL DO MTD E 2º ENCONTRO INTERNACIONAL SEPÉ TIARAJU, EM PASSEATA PELO PARQUE DA HARMONIA – PORTO ALEGRE/RS, 2003.	114

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUSB - Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
CAESG – Companhia de Ações Especiais do Sudoeste
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEB – Comunidade Eclesiais de Base
CP – Consulta Popular
CPM – Central de Movimentos Populares
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PIB – Produto Interno Bruto
PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PR – Polícia Rodoviária
PRRC – Programa nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais
PT – Partido dos Trabalhadores
SECOM – Secretária de Comunicação
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SINSERV – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista
URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia

SUMÁRIO

RESUMO.....	VII
ABSTRACT	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	X
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – ABORDAGENS TEÓRICAS: TERRITÓRIO	20
1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: QUESTÕES CONCEITUAIS.....	21
1.2 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MTD	28
1.3 O SURGIMENTO E A ATUAÇÃO DO MTD EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	35
1.4 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ENQUANTO CATEGORIA DE ESTUDO.	41
CAPÍTULO II – O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E O SEU PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO.....	49
2.1 OS TRABALHADORES E A SUA HISTÓRIA DE VIDA NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – MTD	64
2.2 O MTD: ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA DA BAHIA.....	72
2.3 A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS: O EXEMPLO DO MTD EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA	79
CAPÍTULO III – A LUTA DO MTD E A CONQUISTA DA TERRA	105
3.1 CAMPO-CIDADE: A QUESTÃO NO ÂMBITO DO MTD EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

Entende-se, por meio da discussão que vêm sendo realizada na Geografia sobre a produção socioespacial, que a produção do espaço pode ser analisada sob várias dimensões, dentre elas aquela que aborda os aspectos relativos às relações rural/urbano e a sua importância no processo de territorialização para a implementação de políticas voltadas para o mundo rural ou urbano, sendo que um não pode ser entendido sem o outro, porque ambos fazem parte de um par dialético. Os espaços urbanos vêm se configurando como resultado de processos sociais do desenvolvimento desigual capitalista e, em consequência disso, passam por transformações e mudanças socioespaciais significativas, revelando as contradições e as desigualdades sociais que se materializam no espaço.

A exclusão social e a segregação socioespacial mostram as contradições existentes, sejam elas de ordem econômica, cultural e social, seja, principalmente, naquilo que concerne ao processo de urbanização, marcado por um intenso processo de exclusão social, resultante de políticas que só visam atender aos interesses do mercado.

Os modelos econômicos adotados por muitos países priorizam o desenvolvimento rural por meio de políticas que têm como meta a expansão e a consolidação do agronegócio, em uma perspectiva de mercado, fazendo do espaço rural um espaço de funções diferentes, agravando, dessa forma, as desigualdades sociais em virtude da concentração de terras nas mãos de uma elite agrária.

Em se tratando de Brasil, o modelo de desenvolvimento da agricultura adotado foi o agroexportador, que requer grandes extensões de terras para plantios, causando, assim, problemas sociais e ambientais que se rebatem na organização do espaço rural e urbano. Nos centros urbanos brasileiros, por exemplo, essas questões sociais são marcadas pelo aumento da violência, do desemprego e da falta de moradia. Além disso, o intenso êxodo rural, que ocorreu na segunda metade do século XX, fez aumentar a população urbana das médias e grandes cidades brasileiras. Esse cenário trouxe à tona a organização dos trabalhadores na luta por teto, terra e trabalho, tanto no campo como na cidade.

Como movimentos sociais rurais, que desenvolvem ações nesse sentido, é possível citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento de Luta pela

Terra (MLT), dentre outros. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), mesmo não sendo um movimento social, tem uma forte presença nas lutas sociais¹.

Dos movimentos sociais que têm o espaço urbano como *locus* de materialização das suas lutas, destacaram-se, a partir da década de 1990, as ações da Central de Movimentos Populares (CMP), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), esse último objeto da presente pesquisa.

Para este estudo, serão priorizadas as ações dos movimentos sociais que têm a conquista de territórios como forma de materialização das suas lutas. Atualmente, um dos movimentos sociais que tem atuado nessa linha, mas que a sua ação é ainda pouco estudada, é o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

Especificamente, o MTD luta contra o desemprego de trabalhadores do campo e da cidade, trazendo para si a tarefa de mobilizar as massas para a luta por terra, teto e trabalho. Os resultados da ação do MTD têm se revertido na conquista de áreas rurais, próximas aos centros urbanos (assentamentos rurais denominados por eles como assentamentos rururbanos), que visam a atender as necessidades das famílias militantes do Movimento, em grande parte, expulsas das áreas rurais e que vivem em situações precárias nas periferias das cidades.

De acordo com nota da Direção Estadual², o MTD tem por objetivo organizar as famílias para lutar por trabalho, terra e teto. Para eles, é na prática de ocupações que se torna notória a luta, e esse é também o meio de chamar a atenção dos governos e da sociedade para a necessidade de políticas que venham atender o rural e o urbano, acolhendo, assim, as necessidades dos trabalhadores desempregados.

Ainda de acordo com a Direção Estadual, as condições em que os desempregados se encontram, hoje, mostram a precarização da vida dos trabalhadores que moram na rua. Nesse sentido, a opção pela ocupação passou a ser uma necessidade em defesa da vida e até mesmo reconhecida na interpretação da lei. Para a direção do Movimento um dos maiores entraves, na maior parte dos casos, é porque, ao invés de negociar com os movimentos que representam

¹ A CPT reafirma o seu caráter pastoral e retoma, com novo vigor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria: nos seus processos coletivos de conquistas dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais); Texto elaborado, em novembro de 1998, por agentes que participam da CPT há mais de dez anos e revisto e aprovado durante o I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa, em 2001.

² Nota divulgada em 2003, pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados. O MTD entende que o desemprego não é uma situação conjuntural, mas inerente à lógica do capitalismo, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados procura organizar os excluídos do mercado de trabalho para que possam buscar alternativas baseadas na solidariedade e na auto-organização.

essas famílias, o governo endurece acionando o poder judiciário por meio de ações de reintegração de posse, e, conseqüentemente, da retirada. Ainda assim, o Movimento não desiste e promove outras ocupações. Torna-se público e notório que não é retirando as famílias desses espaços que a situação se resolve; é justamente o contrário: problemas de dimensões ainda maiores são criados, pois as famílias necessitam de espaço para morar e trabalhar, e não de serem despejadas, sem alternativas.

A Geografia enquanto ciência tem como um dos seus objetos de pesquisa o estudo do espaço e as transformações ocorridas em função das relações sociais, categoria essa que permite a análise das mudanças espaciais, que são, também, mudanças econômicas, políticas e culturais. A sociedade pode se entendida por meio da dinâmica do espaço e esse também pela sociedade, porque é na produção das relações sociais que o espaço é produzido.

Partindo do pressuposto de que há movimentos sociais que têm como objetivos a conquista da terra e do trabalho sob forma de organização social, verifica-se a necessidade de se realizar um estudo mais apurado sobre a ação desses movimentos sociais. Os assentamentos rurais são exemplos da produção desigual que ocorre no espaço. Conhecer as características socioespaciais dessas áreas nos permite aprofundar a compreensão das mudanças que nelas e a partir delas se realizam, o que constitui a base empírica desta pesquisa.

As altas taxas de desemprego é um dos principais problemas que afetam milhões de brasileiros. De acordo com Saraiva (2010), a crise financeira mundial ajudou a formar um acréscimo de 1,3 milhão de pessoas no contingente de desempregados, entre 2008 e 2009, no Brasil (BRASIL, 2009). A população desocupada (sem trabalho e procurando emprego) subiu para 8,4 milhões de pessoas entre 2008 e 2009, um aumento de 18,3%, registrando a maior taxa de desde 2001.

Nesse sentido, o MTD nasceu da necessidade de se criar um movimento rururbano de massas para mobilizar os trabalhadores da cidade na busca por moradia, emprego e que também pudesse dialogar com os movimentos sociais do campo. Originado da Consulta Popular³, o MTD luta contra o de desemprego e as causas e conseqüências desse fenômeno.

³ O Movimento Consulta Popular surgiu a partir de 1997 rompendo com a lógica da centralidade na luta eleitoral. Os militantes da Consulta, que na sua maioria passaram pela militância sindical e partidária, enfrentam três crises fundamentais que se instalaram no seio da esquerda nos últimos anos: a crise de valores, de prática e de pensamento. A Consulta Popular foi um dos poucos espaços, na esquerda brasileira, seriamente dedicados a cumprir três tarefas que consideramos essenciais: elaborar política e teoricamente uma alternativa para o Brasil, formar e articular lutadores do povo e apoiar os movimentos sociais (BENJAMIN, 2005)

Na cidade, onde se concentram as massas, os movimentos organizados, com base no olhar desses novos atores sociais, não conseguiram construir um projeto urbano articulado com as demandas rurais. Por isso, os idealizadores do MTD, na sua origem, buscaram organizar um movimento urbano de massas que estivesse fortemente articulado com os problemas rurais. O marco do nascimento do MTD se deu em maio de 2000, quando da ocupação de uma área próxima a General Motors, em Gravataí, RS.

Estudar a relação entre campo e a cidade, por meio da análise da ação dos movimentos sociais, permite abordar de que forma eles estão inseridas nesse processo de constituição de relações socioespaciais e como o espaço rural e o urbano vêm se configurando.

O MTD começou a se organizar em Vitória da Conquista-BA, a partir do final do ano de 2002, com uma alternativa organizada para a luta dos trabalhadores sem trabalho e moradia. A atuação de outras organizações sociais, no município, tais como a CPT, o MST e a Consulta Popular contribuíram para a formação dos movimentos sociais urbanos e rurais no município na luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora, tais como a CMP, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) o MTD, dentre outros. O seja, o processo histórico da presença e atuação dos movimentos sociais e a complexidade da política local, com forte atuação de forças de esquerda, despertaram o interesse da liderança nacional do MTD, que, a partir de então, começou a engendrar e estruturar a sua atuação no município.

O município de Vitória da Conquista (BA) está localizado na região Sudoeste da Bahia, sob as coordenadas 14°40' e 15°00 de latitude Sul e 40°10' de longitude Oeste. Possui uma população de 306.374 habitantes, com a seguinte distribuição: a população urbana é de 274.805 habitantes e a rural é formada por 31.569 habitantes (IBGE, 2010). Com mais de 90% da população vivendo na zona urbana, o município ainda possui 11 Distritos (Bate-Pé, Jiboia, Cercadinho, Veredinha, Dantelândia, Inhobim, Iguá, Pradoso, Sebastião, São João da Vitória e José Gonçalves) e 284 aglomerações rurais, localizados a distâncias de até 100 km de sua sede. Até os anos 1950, a economia do município se baseou na atividade pecuária, com a criação de bovinos destinada para a produção de carne. Com a construção da BR -116 (Rio-Bahia), no início dos anos 1960, a cidade tornou-se um importante centro nodal no transporte de carga e de passageiros⁴, interligando o Nordeste com o Centro-Sul.

⁴ De acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (Vitória da Conquista, 2010), a abertura da Rio-Bahia, inaugurada pelo presidente João Goulart, em 1963, reforçou a posição do município no cenário regional. Com a rodovia-avenida, a cidade recebeu um novo contingente humano, formado por baianos, mineiros, paulistas e nordestinos de diversos estados, especialmente, sergipanos e pernambucanos. Até a década de 1960, a

Nos anos 1970, a atividade cafeeira se tornou uma das principais atividades econômicas de Vitória da Conquista e Região Sudoeste da Bahia. Em 1972, por meio do Programa Nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais (PRRC), o governo federal incentivou o plantio de café em Vitória da Conquista e região Sudoeste da Bahia. Dessa forma, as lavouras de café se multiplicaram na região. Em 1975, foram colhidas 840 sacas e, menos de uma década depois, em 1983, este número subiu para 13.179 sacas.

A década de 1980, conforme destaca Oliveira (1984. p. 30-33), foi marcada pela greve dos trabalhadores da lavoura cafeeira, devido à precarização a que estavam submetidos os trabalhadores. O movimento grevista exigia uma diária mínima e lutava pela equiparação salarial entre homens e mulheres; hora-extra e benefícios; escolas e água potável. Números inexatos dão conta de dez mil grevistas.

As condições de trabalho dos assalariados do café assemelham-se, em muito, às dos demais "boias-frias" e trabalhadores volantes. Muitos se deslocam de longe, instalando-se em galpões precariamente construídos dentro de propriedades ou em outras formas de "moradias" improvisadas, onde se alojam até findar a necessidade de emprego da sua força de trabalho. A greve do café, no entanto, provou o quanto é capaz a ação de núcleos de trabalhadores mais conscientes e a interferência da organização (OLIVEIRA, 1984. p, 30-33).

O desenvolvimento da lavoura cafeeira no município foi surpreendente até os anos 1980, quando uma queda de preços no mercado internacional, que se estendeu até a metade dos anos 1990, inviabilizou e provocou o abandono dessa atividade momentaneamente. Nesse período, se deu a implantação do Distrito Industrial dos Imborés, situado a 5 km da cidade. O Distrito Industrial foi ocupado parcialmente e, a partir dos anos 1990, a cidade se transformou num centro de serviços, com um comércio varejista bem diversificado.

Pelos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 2010), os setores de serviços e a indústria, em Vitória da Conquista representam, juntos, 95,4% do Produto Interno Bruto – PIB do município e a agropecuária representa apenas 4,6%. Os resultados do PIB de 2009, ao serem comparados com os do PIB de 2001, revelam que a agropecuária perdeu 50% da sua importância no município, passando de 8,6% para 4,6%. Ainda assim, podemos destacar alguns produtos agrícolas produzidos no município como: a banana e a produção de urucum, além da produção de flores e a horticultura, mas o café ainda

maior parcela da zona rural de Vitória da Conquista ainda era ocupada por pastagens, pela agricultura de subsistência e pelo cultivo de mandioca e de mamona.

ocupa lugar importante nesse cenário. No que se refere à pecuária, a principal atividade é a criação de bovinos, com um rebanho em torno de 136 mil cabeças de gado.

Existem cerca de 110 estabelecimentos industriais em Vitória da Conquista, segundo a Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. A produção de alimentos e bebidas compõe o maior número de estabelecimentos, representando 26% do total. O setor industrial emprega 6.566 pessoas, mas a construção civil é o setor mais representativo na ocupação de mão de obra, seguido da produção de alimentos e bebidas, responsável por 16% das ocupações, e da produção de minerais não metálicos, com 10%. A maioria dos estabelecimentos (39 indústrias) está situada no Distrito Industrial dos Imborés. Todavia, existe uma quantidade expressiva de estabelecimentos localizados em áreas residenciais, com algumas dessas unidades localizados nos bairros Jardim Guanabara, Brasil e Candeias.

Segundo os dados do SEI (BAHIA, 2010), o comércio e serviços são os setores que empregam o maior número de pessoas no Município: 84% da mão de obra. A agricultura é responsável pela ocupação de apenas 1% da força de trabalho, enquanto a indústria ocupa 15%. O Produto Interno Bruto estimado é da ordem de 1,7 bilhões de reais ou 1,97% do total do Estado, segundo previsões para o ano de 2010.

As mudanças socioespaciais ocorridas no município de Vitória da Conquista, nos últimos anos, estão intimamente relacionadas com o perfil socioeconômico do município e de sua população. A falta de trabalho e o desemprego de trabalhadores oriundos de áreas rurais ou de pequenos municípios da Região Sudoeste têm contribuído a compor um quadro complexo que envolve a organização de diferentes movimentos que lutam pela ocupação de espaços no campo e na cidade, nesse processo, configuram territórios, com mudanças socioeconômicas na região.

Desse quadro decorre a necessidade de analisar o fenômeno da territorialização ocorrido no município, em face da ação dos movimentos sociais, prioritariamente do MTD, no contexto da relação campo/cidade. Assim, os problemas de pesquisa apresentados têm a intenção de investigar e responder as seguintes questões: como ocorreu o surgimento dos espaços periféricos em Vitória da Conquista-BA, promovido pela lógica desigual e combinada no campo e na cidade e qual a importância da ação da luta do MTD, enquanto expressão material das contradições engendradas no processo não apenas de luta, mas principalmente de ocupação.

Com intuito de investigar tão complexa realidade, o objetivo geral desta pesquisa visou analisar a ação do MTD em áreas periféricas em Vitória da Conquista-BA, arranjos, perfis e processos sociais, como base de produção e reprodução do espaço. Os objetivos específicos visam: Constituir os antecedentes, processos, perfis e arranjos do MTD no município de Vitória da Conquista/BA; contextualizar o MTD como movimento sócio-territorial, seus impasses, limites e contradições face à existência de outras dinâmicas sociais relacionadas ao movimento na luta por trabalho e terra; analisar o alcance espacial e territorial do MTD, como suporte de resistência e luta de seus atores sociais, e seu rebatimento na produção e reprodução do espaço do trabalho e da vida; abordar a constituição do arranjo social, político e institucional ligado ao MTD em Vitória da Conquista e sua importância no processo de produção e reprodução do espaço; e focar a articulação contraditória do MTD no contexto do Estado enquanto aparelho político-ideológico de reação ao Movimento e suas sutilezas institucionais de esvaziamento do Movimento.

Os pressupostos metodológicos para a realização da pesquisa se baseiam no método crítico-dialético, em que a história de vida e a análise do discurso serão utilizadas para compreender o objeto de estudo. Como estratégia de estudo, a pesquisa de campo foi combinada com técnicas como observação participante, diário de campo, registro descritivo e entrevistas semi-estruturadas e aberta – não estruturada, em que os entrevistados respondiam as perguntas livremente. Foram entrevistados 100% dos trabalhadores vinculados ao MTD (dirigentes, militantes e assentados) do Assentamento Zumbi dos Palmares, os quais relataram a sua história, descrevendo o caminho percorrido até chegar ao Movimento, militando na luta por terra, trabalho e teto.

Além disso, os estudos de Martins (1983), Williams (1989), Lefebvre (1991), Castro (1992), Oliveira (1996), Fernandes (2000), Alentejano (2003), dentre outros, foram fundamentais para a construção do campo teórico da pesquisa.

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresenta-se a discussão teórica, acerca do conceito de território, contextualizado o processo de Territorialização do MTD no Brasil e Vitória da Conquista-Ba, destacando a importância dos movimentos sociais enquanto categoria de estudo. No segundo capítulo, analisa-se o processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares e a história de vida de seus assentados, destacando a luta dos militantes e analisando o processo de espacialização/territorialização e a mobilidade dos trabalhadores desempregados, dela decorrentes, os quais

materializam a luta do Movimento. Por fim, no terceiro capítulo discute-se a questão agrária brasileira e os problemas sociais, resultantes da não reforma agrária. Este texto torna-se completo como capítulo final de “Considerações finais”, pretende-se apontar os resultados encontrados da pesquisa, respondendo, assim, as perguntas que nortearam o atual trabalho.

CAPÍTULO I – ABORDAGENS TEÓRICAS: TERRITÓRIO

A partir da década 1970, a categoria Território retoma os debates teóricos na Geografia, incluindo a abordagem dos conceitos sobre o controle espacial ou simbólico de determinadas áreas, superando o conceito clássico de território relacionado em nível nacional, limitado às fronteiras e tendo o Estado como única fonte de poder no controle espacial. A valorização dos estudos sobre território pode ser atribuída a duas questões: o fim da guerra fria e a passagem do regime de acumulação fordista para o regime da acumulação flexível, sob a tendência de descentralização do Estado diante das economias transnacionais. O conceito de território, ao longo do tempo, sofreria essas alterações de ordem ideológica e não seria mais observado como delimitação de fronteiras, marcando os limites de ações de cada país ou Estado, como se o território só pudesse ser compreendido dentro de uma escala macro de relações econômicas e políticas, como foi no período fordista (PERICO, 2009, p. 55).

Desde então, segundo Perico (2009), o conceito de território vem sendo utilizado nas diversas áreas de interesse das Ciências Humanas e pela ciência do Estado na implementação de políticas com vistas ao desenvolvimento territorial e de estratégia de realização de programas sociais. Tais estratégias abordam a identificação dos territórios a partir da possibilidade de maior aderência às políticas públicas dentro dos princípios de participação, por exemplo, a participação efetiva de diferentes atores agentes sociais no âmbito territorial; a construção e difusão do uso coletivo do conhecimento; o respeito à equidade e à diversidade sociocultural; a promoção da solidariedade, da justiça e da inclusão social; o resgate do sentimento de pertencimento histórico-cultural, racial e territorial; e a promoção da gestão e do controle social das Políticas Públicas.

Todavia, o território, enquanto categoria de análise da Geografia, serve para mostrar como as relações sociais se materializam no espaço. Nesse sentido, Fernandes (2005, p. 277-278) enfatiza sobre a importância desse conceito, quando concebe as relações sociais que se materializam e se reproduzem nos espaços e territórios, dessa forma, percebem-se os movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Esses processos são denominados como geográficos, que são também processos sociais. Neste contexto, Fernandes (2005) afirma que as relações sociais produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem os movimentos sociais, também. Produzem os espaços.

Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesse movimento, as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Nesse entendimento, o conceito de território implica na discussão de poder, apropriação e reprodução, por isso o conflito entre os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, em confronto com as elites rurais que lutam para manter uma estrutura agrária que exclui do campo inúmeras famílias, mantendo assim seu *status quo*. Desta forma, a categoria território torna-se a base para entender a dinâmica dos movimentos sociais que veem, na conquista da terra e da implementação da reforma agrária, a saída contra as desigualdades sociais do campo e da cidade.

1.1 Território e territorialização: questões conceituais

Além da perspectiva adotada por Perico (2009), os conceitos de território construídos por Guattari (1985), Raffestin (1993), Sousa (1995), Fernandes (2000; 2008), Oliveira (2001; 2004), Santos; Silveira (2003), Haesbaert (2005) e Moraes (2005) são fundamentais na construção de um entendimento teórico sobre o assunto. Ainda que os autores não compartilhem do mesmo pensamento, suas variações epistemologicamente tão importantes permitem destacar a concepção de território de cada um, diferenciando as abordagens de acordo com o pensamento de cada autor.

Guattari (1985) faz importante distinção entre espaço e território. De acordo com o autor, “os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie”. (GUATTARI, 1985, p. 110). Dessa forma, o território sempre estaria ligado ao pensamento de dominação e apropriação política da economia vigente.

Para Raffestin (1993, p. 7-8), o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais; são eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Nesse sentido, o território é resultante da ação dos atores sociais, distribuída em redes interligadas em pontos ou nós. Raffestin (1993) criticou a unidimensionalidade que a Geografia atribuiu ao território quando o limitou à sua expressão

estatal. Essas concepções não levaram em consideração os conflitos e divisões que ocorrem no interior dos estados.

Baseando-se nas formulações de Foucault, Raffestin (1993) analisa o poder não como organização separada, localizada em uma parte da estrutura social ou apropriada por alguém em particular, mas como algo que está distribuído e exercido em diversos níveis por meio da cadeia social e não apenas pelos poderes que se expressam de diferentes formas na ocupação dos espaços. O conceito de território é abordado em função da projeção do trabalho humano em determinado espaço, desde a energia à informação e, em decorrência, mostra as relações marcadas pelo poder, destacando que o território tem um caráter político. Para Raffestin (1993, p. 143), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” Nessa perspectiva, o espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si.

Nessa direção, a territorialidade para autor (RAFFESTIN, 1993, p.160) “[...] pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível”.

O território surge na tradicional Geografia Política como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. Sendo assim, o território é visto como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). O problema é tratado de forma a demonstrar como o conceito de território, conforme abordado na literatura científica, tradicionalmente se restringiu a uma forma carregada ideologicamente com base nos pressupostos dos conceitos de “território nacional” e “região”.

Assim, o conceito de território possui várias escalas de entendimento, seja no território da prostituição, seja na formação do território do Estado-Nação. O território pode ser compreendido pela ação dos diferentes grupos existentes, não só de um “[...] recorte espacial, que visa o território como um mosaico orgânico e harmônico de regiões singulares” (SOUSA, 1995, p. 84). Os grupos apresentados mostram que a ação sobre o espaço se constitui em uma luta pelo território, que às vezes entra em choque, porque os interesses são distintos em cada espaço.

Sousa (1995) defende a ideia de que o território seja como campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre os grupos, os membros da coletividade. Defende, ainda, que existe uma territorialidade flexível e demonstra que o território pode ser compreendido dentro das suas diversas formas, não só dos conceitos construídos pela literatura clássica, como também da constituição de redes, em que não há contiguidade espacial, são os chamados “territórios descontínuos”, os quais articulam dois ou mais territórios contínuos.

Diferenciando do conceito do território de Sousa (1995), Fernandes (2000) analisa o conceito de território com base nas ações dos movimentos sociais. As formas de organização dos movimentos sociais, suas relações e ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. É fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos, pois esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos. Para Fernandes (2008):

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (FERNANDES, 2008, p. 4).

Nesse sentido, Fernandes (2000; 2008) compõe dois conceitos para explicar a ação dos movimentos sociais. Os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais. O conceito de movimento socioespaciais é utilizado “[...] para denominar os movimentos que têm o espaço como trunfo”. Ele constrói esse conceito de movimento a partir da análise da ação do MST, não só na sua forma, “mas também como processo” e “[...] os significados de suas dimensões e ações, principalmente pelas transformações causadas na estrutura fundiária e nas relações sociais, na conquista de frações do território”. Existem movimentos sociais que não têm esse objetivo, “[...] mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais”.

(FERNANDES, 2000, p. 60). Para o autor, porém, o conceito de movimento socioterritoriais refere-se a:

Aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. (FERNANDES, 2008, p.9)

Parte-se da explicação “que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo”. Para atingirem seus objetivos, os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se dos processos de territorialização e desterritorialização.

Sendo assim, o autor argumenta que os movimentos socioterritoriais têm o território como objetivo de sua luta, ressaltando a importância do território para a existência dos movimentos sociais. Como exemplos, destacam-se os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos, que podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Em ensaio teórico sobre território, Fernandes (2008) propõe um debate sobre os tipos de território e as disputas territoriais e discute os territórios do território, fazendo uma reflexão sobre o território e o espaço, sendo o espaço uma materialização da existência humana. Descreve que a construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 282).

Ao analisar o conceito de território, em uma perspectiva ampla, Fernandes (2008) contribui para a construção do conceito de território; suas reflexões teóricas permitem aprofundar as leituras geográficas a partir das ações dos movimentos sociais. Nesse sentido, os conceitos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais analisam os movimentos sociais como produtores de espaços e especialista na sua ação política. Para o autor:

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (FERNANDES, 2008, p. 291).

Ao se estudar a ação dos movimentos sociais que lutam por frações do espaço com o objetivo de territorializar-se, é possível entender que o território para os movimentos sociais é a possibilidade de materialização de suas lutas e constituição da luta social. Portanto, o ato de produzir relações sociais é o ato de produzir o espaço. A espacialização das ações promovidas pelos movimentos sociais mostra que o espaço vem se constituindo nesse processo contraditório e revela as especificidades da construção do espaço geográfico.

Ao analisar o território como parte do processo de contradição do modo de produção capitalista, Oliveira (2004, p. 40) entende que o “[...] território é efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”. Nesse sentido, o território:

Deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/ consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológica, simbólicas, etc.). O território é assim produto concreto da luta de classe traçada pela sociedade no processo de produção de suas existências. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2001, p. 74).

Assim, é na contradição das relações sociais que o território vai ser configurando como síntese dialética, na apropriação e reprodução:

A unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade que a tem e desenvolve, a construção do território é contraditória desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação pelo qual a produção e a reprodução passam. Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2001, p. 75).

Na lógica contraditória das dinâmicas desiguais da produção e reprodução do capital nas regiões, é que as desigualdades vão se agravando e a reprodução do capital vai se intensificando em cada território.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. Santos e Silveira (2003, p. 21) analisam o território como resultado de um processo de acumulação desigual de tempos históricos, ou seja, o espaço vai se caracterizar pelas formas distintas de apropriação que existem em suas relações política, econômica, cultural e social.

É uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo das diversas etapas da sociedade humana, bem como do momento atual Haesbaert (2005) verificou que o processo de produção do espaço geográfico envolve, ao mesmo tempo, a desterritorialização e a territorialização. Ele mostra como as dimensões sociais da desterritorialização são submetidas à economia e à política, bem como essas dimensões da territorialização.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6775).

O conceito de território apresentado por Haesbaert (2005) trabalha o concreto de forma simbólica, ou seja, é possível abstrair a materialização presente no território e trabalhar o território na compreensão cultural e simbólica. Nesse sentido, o território, para Haesbaert (2005) compreende aos vários tempos vividos ou processos históricos de diferentes aspectos econômicos e sociais e é imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço: “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’, à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. São três as características destacadas para o entendimento do território: jurídico-política, ou seja, o território visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; cultural(ista), para a qual o território é produto da apropriação feita por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o

espaço”; e econômica, a qual destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Apesar da importante contribuição de Haesbaert (2005) para o desenvolvimento do estudo da territorialização, essa pesquisa pretende analisar o entendimento de território enquanto práxis da luta social engendrada pelos movimentos sociais, que buscam o território como objetivo de sua luta e produz nele a sua ideologia. Esta perspectiva de análise se diferencia do conceito de território apresentado por Haesbaert, que trabalha o território em uma perspectiva cultural.

Em outra perspectiva, Moraes (2005) avalia que a reflexão geográfica levou muito tempo para diferenciar a análise do território da análise da formação territorial. É somente com a crítica ao positivismo, completada nas últimas décadas do século XX, que as teorias geográficas surgem da necessidade de romper com essa visão coisificada do seu objeto e passa a buscar abordagens processuais. Nesse enfoque, o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. A análise sincrônica de tais processos no âmbito espacial – que envolve as dimensões econômicas, política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os territórios existentes no mundo contemporâneo. A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo cumulativo que articula os resultados de forma de sociabilidades não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo, perfilando-se ao lado das características do meio natural, como elementos de qualificação dos diferentes espaços.

Nesse entendimento, o território é resultado dos processos históricos, contínuos ou não, que vão se construindo na economia e na política. Nesse sentido, Moraes (2005) analisa os territórios no mundo contemporâneo, em um processo de acumulação das formas de produzir, levando em consideração a política e a economia. Entre as abordagens apresentadas sobre o conceito de território, destacam-se Oliveira (2001-2004) e Fernandes (2008), que trabalham o conceito de território, tendo como atores os movimentos sociais, que lutam por acesso a terra.

Para o tema estudado nesta pesquisa, como base teórica, opta-se pelas concepções de território desenvolvidas por Fernandes (2000) e Oliveira (2001), as quais apontam que o território deve ser apreendido como uma síntese contraditória, como totalidade concreta do

processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológica, simbólicas etc.). É nesse sentido que o estudo do MTD permite compreender o território enquanto contradição do modo capitalista de produção. Vale ressaltar que o MTD atua em espaços periféricos das cidades produzidos pela lógica capitalista e caracterizados pela presença de trabalhadores desempregados.

Para Fernandes (2000), existem movimentos sociais que não tem o território como objetivo, “[...] mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais”. São exemplos comuns às passeatas contra a violência, por aumento de salário dos trabalhadores e as manifestações contra o racismo, que não tem o território como objetivo, mas lutam por questões de estrutura do espaço geográfico. Por esse motivo, o conceito de movimentos socioespaciais, desenvolvido por Fernandes (2000) também não é relevante para a análise do objeto desta pesquisa.

1.2 O processo de Territorialização do MTD

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados se inspira nas discussões e debates estabelecidos pelo Movimento Consultar Popular, surgido após Conferência realizada em Itaici-SP, em 1997, onde se reuniram militantes de movimentos sociais da cidade e do campo que não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda voltada exclusivamente para processos eleitoral. A proposta organizativa do Movimento Consulta Popular nunca foi uma contraposição aos movimentos sociais existentes. Para Benjamin, à Consulta Popular se aglutinaram militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (BENOIT, 2000, p. 123).

A proposta organizativa da Consulta nunca foi uma contraposição aos movimentos sociais existentes; ao contrário, sempre se definiu como um instrumento de articulação dos lutadores do povo que propõe contribuir para mudar o padrão da luta de classes, incorporando no projeto político o princípio defendido por Florestan Fernandes, assim declarado: “Frente à intolerância das classes dominantes, contrapor a intransigência das classes oprimidas” (GEBRIM, 2005).

Constituem os objetivos da Consulta Popular⁵: difundir e debater com a população em geral, a necessidade de construir um projeto popular para o Brasil; estimular e apoiar os movimentos sociais existentes, bem como colaborar para o surgimento de outras formas de lutas e organizações; lutar pela conquista e construção do poder político para implementar um Projeto Popular, que represente as necessárias transformações sociais que resolvam os problemas estruturais do povo brasileiro; desenvolver a consciência e a prática de valores visando a permanente construção de uma moral socialista; valorizar a cultura popular como elemento básico da construção da identidade da nação; organizar e motivar os trabalhadores para desenvolverem lutas de massas; realizar a revolução brasileira por uma sociedade socialista; e contribuir na articulação e construção da solidariedade e da luta internacional dos trabalhadores.

O nascimento do MTD está relacionado, ainda, à realidade econômica das últimas décadas, em que o desemprego e a miséria são visto de forma muito clara tanto no meio rural como no urbano. As consequências sociais do desemprego para os trabalhadores, cada vez mais precarizados, aproximam-nos da perda de direitos sociais como: moradia, educação, saúde e, obviamente, a falta de trabalho.

Para Singer (2004, p. 2,) a partir de 1980, o neoliberalismo se tornou hegemônico no mundo capitalista e foi eliminando as bases institucionais da política keynesiana. Nesse período, o desemprego em massa retornou gradativamente, chegando a ser comparado com a década de 1930, ou seja, com a maior crise econômica e social do capitalismo. O desemprego atual resulta, então, de políticas macroeconômicas que visam unicamente conter preventivamente a inflação, sacrificando a esse objetivo o desenvolvimento, mediante crédito escasso, juros altos e fortes cortes nos gastos sociais. Nesse contexto, Singer descreve que:

A precarização das relações de trabalho afirmou-se como tendência a partir deste momento. Com o passar do tempo, o desemprego se tornou estrutural, ou seja, não diminuía significativamente nem mesmo na fase de crescimento da conjuntura. O desemprego de longa duração – de anos – tornou-se comum e as suas vítimas se tornavam ‘inempregáveis’, passando a sobreviver de expedientes na informalidade. Milhões de trabalhadores desesperados por conseguir qualquer tipo de emprego, quase em qualquer condição, empurraram os sindicatos para a defesa do emprego a qualquer custo. Criou-se um ambiente no qual os empregadores encontram facilmente trabalhadores que, para conseguir trabalho, se dispõem a abrir mão de seus direitos legais (SINGER, 2004, p. 2).

⁵ Gebrim; Ricardo. Consulta Popular: Projeto popular para o Brasil.

No Brasil, o desemprego está relacionado a vários fatores, dentre eles, questões políticas e econômicas, cada vez mais resultantes da globalização do mundo capitalista e baseadas na reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, o território é visto como possibilidade de implementação de políticas que visam ao controle e ao domínio no campo e na cidade. Isto ocorre, principalmente, quando as políticas centram no agronegócio a rede de relações econômicas de um determinado território.

O surgimento do MTD está ligado ao crescente desemprego presente no espaço rural e urbano diretamente relacionado à concentração da terra, ao êxodo rural, ao crescimento desordenado das cidades e à falta de opções de trabalho para uma massa crescente de trabalhadores. Em decorrência desses problemas, no final de 1999, “um grupo de desempregados, militantes das lutas do povo, foi desafiado a iniciar um trabalho de base junto a outros desempregados das periferias das grandes e médias cidades brasileiras”. Assim, em 22 de maio de 2000, nasceu o MTD, com apoio de três organizações: a Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul (com seus filiados), a Pastoral Operária e o Movimento da Luta por Moradia (GUTERRES, 2006, p. 145; 155).

O MTD tem como bandeira três pilares: trabalho, terra e moradia. Com bases nessas bandeiras são organizadas as lutas por frentes emergenciais de trabalho, por assentamentos de trabalhadores sem terra e sem teto. Para um dos coordenadores do MTD⁶ (2009), a maior de todas as conquistas do Movimento foi a sua consolidação enquanto movimento social de luta do povo que se encontra nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras e que vive marginalizado, em situação precária em função do desemprego, e sobrevive em condições subumanas.

No seu primeiro ano de existência, o MTD realizou várias marchas por trabalho e teto, garantido, assim, a sua espacialização e visibilidade enquanto movimento social.

Como resultado do surgimento do MTD, nasceu também, no Rio Grande do Sul, uma experiência inusitada de geração de trabalho e renda, associada a um local de moradia para as famílias, que é o “assentamento rururbano” – uma política pública, dentro do Programa Estadual de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (GUTERRES, 2006, p. 145).

⁶ Entrevista realizada com G., um dos coordenadores do MTD na Bahia em 2009, no Assentamento Zumbi dos Palmares em Vitória da Conquista-BA.

A conquista dos “assentamentos rururbanos” foi obtida pelo MTD no Rio Grande do Sul nos municípios de Eldorado do Sul, Gravataí, Bagé, Lajeado e Pelotas e motivou o Movimento a configurar a sua espacialização, não apenas no Rio Grande do Sul. O Programa Estadual de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul objetivou, assim, o retorno das famílias urbanas para o meio rural.

Esse retorno ao campo não foi visto como uma viagem de volta ao passado, mas como a construção de novas condições para o presente e o futuro. Assim, o retorno ao campo significa condição de moradia digna, ocupações rurais agrícolas e não agrícolas, alimentos, educação, isto é a devolução da inclusão social para as famílias excluídas da sociedade (GUTERRES, 2006, p.146).

O MTD busca constitui-se enquanto movimento nacional de luta social, organizando-se em torno de núcleos de trabalhadores desempregados em ocupações, assentamentos, comunidades, favelas e bairros da periferia. O processo de espacialização do Movimento privilegia as regiões metropolitanas e as ações visam à politização da classe trabalhadora.

Entre as regiões em que o Movimento atua, destacam-se as regiões sul, sudeste e nordeste e os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Entretanto, a espacialização e a territorialização do MTD não apresentam uma organização homogênea nas regiões em que está presente. No Rio Grande Sul, Santa Catarina e Bahia, o Movimento tem como ações as ocupações em áreas situadas entre o campo e a cidade, com o objetivo de constituir assentamentos rururbanos para as famílias dos trabalhadores desempregados.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o MTD tem as suas ações no espaço urbano. Nas outras regiões, estados e no Distrito Federal, o Movimento realiza debates com os trabalhadores desempregados na periferia urbana das cidades, mas ainda não se constituiu de maneira organizada. Atualmente, o MTD é um movimento nacional de trabalhadores, com atividades em nove estados e no Distrito Federal, conforme mostra a Figura 1.

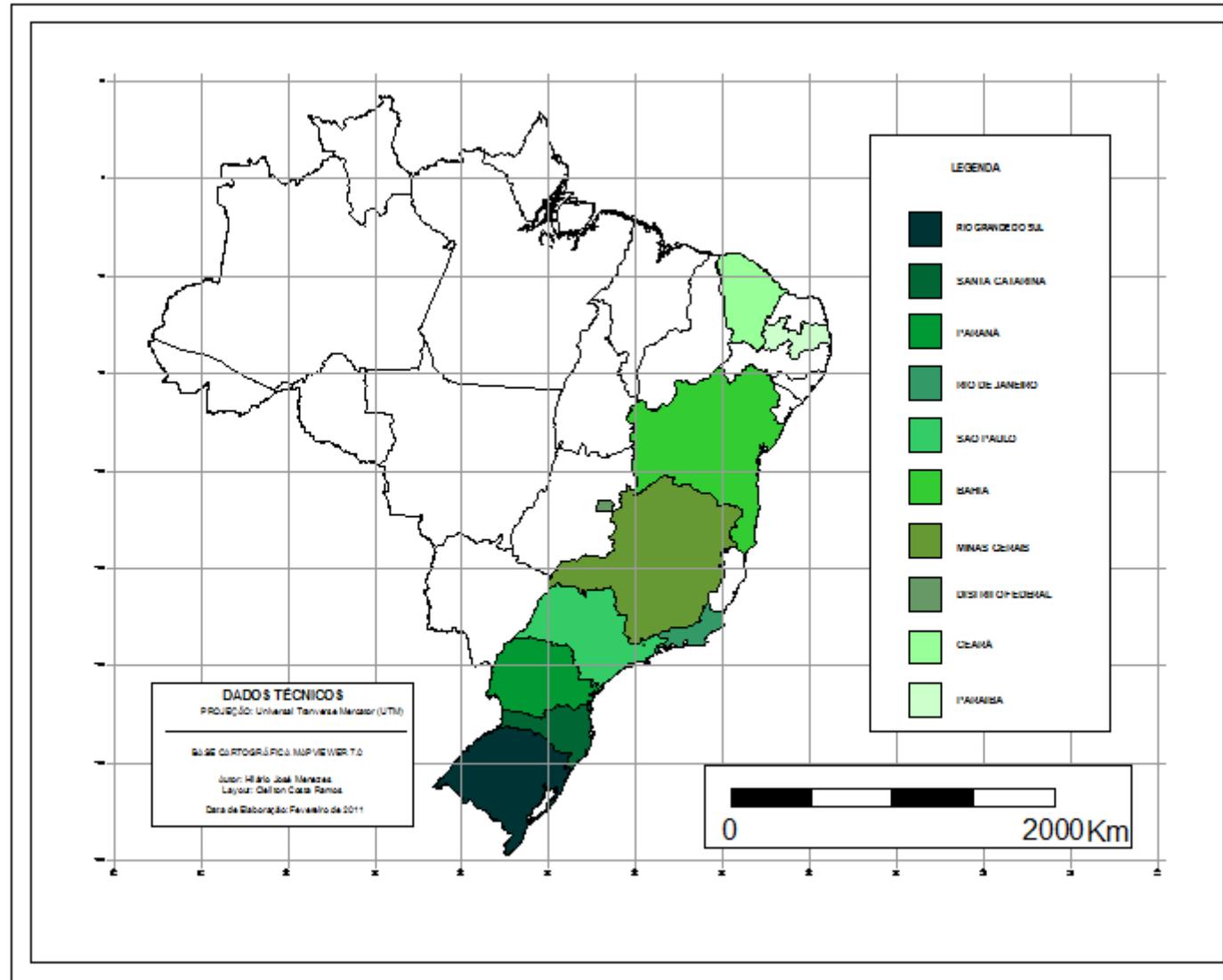


Figura 1 – Espacialização e territorialização do MTD no Brasil – 2011

Na Bahia, o MTD está presente na Região Sudoeste, no município de Vitória da Conquista, e na Região Metropolitana de Salvador, particularmente nos municípios de Candeias, São Francisco do Conde e Simões Filho⁷ (Figura 2).

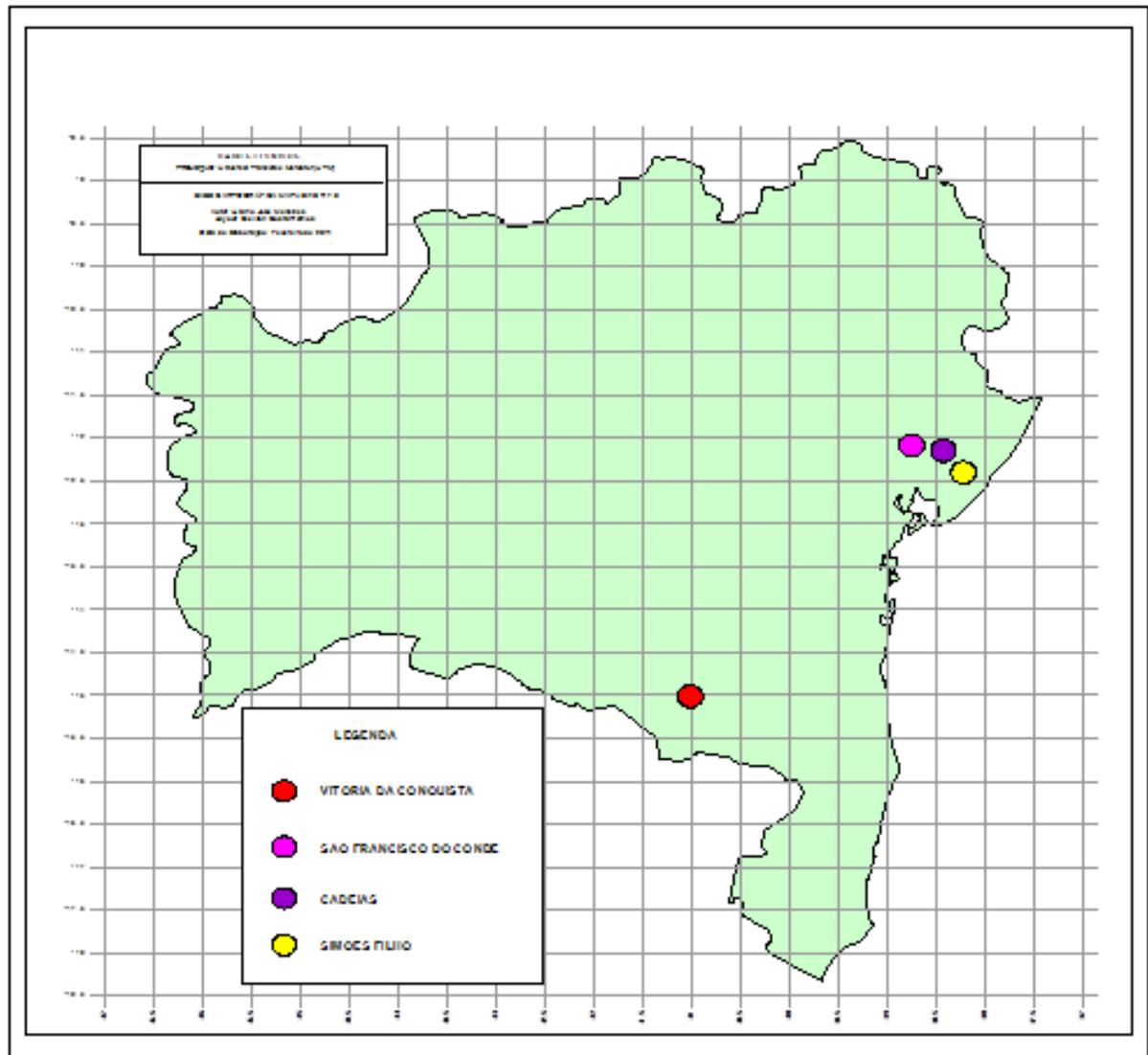


Figura 2 – Espacialização e Territorialização do MTD na Bahia – 2011

⁷ Entrevista dada por militantes do MTD ao site <http://passapalavra.info/>, no dia 20 de outubro 2009, durante ato realizado em frente à sede do INCRA, por causa de agressões sofridas por militantes do MTD desferidas por servidores do INCRA. Em protesto contra esse acontecimento, o MTD resolveu realizar o seu II Encontro Estadual ali mesmo, permanecendo no local até que órgão garantisse os direitos do Movimento.

O Movimento fomenta a solidariedade entre os trabalhadores do campo e da cidade, construindo pautas conjuntas de luta contra o desemprego e pela reforma agrária. As ações do MTD tem despertado interesse de estudiosos e pesquisadores que procuram entender o Movimento a partir de múltiplas perspectivas de análise. Merecem destaque os trabalhos de Goulart (2001), Menezes (2007), Machado (2009) e Silva (2009). Goulart (2001) analisou as articulações psicossociais existentes entre o engajamento no movimento social e a possibilidade de superar o desemprego. Nesse sentido, formula que o engajamento na proposta coletiva está vinculado a um projeto de reforma urbana, que viabilize moradia e trabalho para comunidades desempregadas. Para ela (GOULART, 2001, p. 155), o Movimento “desvelou uma esfera de atuação aos trabalhadores informais, que adquirem representatividade coletiva, garantida pela identidade do MTD, possibilitando a reivindicação de benefícios e direitos fundamentais para o exercício da cidadania”. Goulart (2001) acredita que a luta de desempregados pela reforma urbana “talvez seja um dos maiores desafios que se impõe aos integrantes desta comunidade”.

Machado (2009) buscou compreender quem são os sujeitos da base do Movimento com vistas a construir a identidade do Movimento. No seu trabalho, caracteriza o MTD como um movimento social de classe, constituído de pessoas pobres da periferia, protagonistas de um tempo de possibilidades. Assim, o autor acredita que o desemprego é uma invenção social e os trabalhadores desempregados são produtos de um processo permanente de exclusão social. Para ele, o assentamento pode ser compreendido enquanto espaço social elaborado por seus sujeitos históricos, guardando, em si, o que é espaço político e ideológico. Assim, o MTD é parte do contexto social, do qual os seus sujeitos fazem partem.

Silva (2009) centra a discussão na questão do desemprego, sob a ótica da subjetividade e da construção da identidade de quem vive o fenômeno. Entende que:

[...] o desemprego é uma dimensão privilegiada para se refletir sobre o trabalho, porque a maneira como os indivíduos compreendem o desemprego, com todas as tensões envolvidas, fornece informações sobre o mundo do trabalho no qual estão inseridos e, por conseguinte, oferece a oportunidade para a interpretação das configurações atuais do trabalho (SILVA, 2009.p.6).

O autor analisa os trabalhadores desempregados que procuram emprego junto a postos do SINE (Sistema Nacional de Emprego) de Salvador e Vitória da Conquista – BA, procurando compreender as diferentes concepções, as experiências suscitadas e as mediações

que se estabelecem entre os sujeitos da pesquisa. Quando discute “as diferentes percepções que emergem na situação de desemprego”, na ótica de quem experimenta o fenômeno, seja como representante institucional das agências de intermediação, seja como desempregado. Silva (2009) faz uma abordagem diferente em relação a Goulart (2001) e Machado (2009), pois ressalta que o desemprego não pode ser compreendido como categoria unívoca, mas deve ser interpretado como um construto social diretamente vinculado ao contexto em que foi produzido e no qual está sendo experimentado.

Outro trabalho que serve de base para o estudo do MTD é o de Menezes (2007). Nesse trabalho, a discussão central se desenvolve acerca da desrealização dos trabalhadores na atualidade da “crise estrutural” do sistema acumulativo. Menezes (2007) procura entender o MTD na relação capital/trabalho e investiga o que os desempregados têm a dizer sobre o novo e precário mundo do trabalho, a diversidade da natureza do trabalho e dos trabalhadores e as limitações do “ser urbano”, os sujeitos históricos e as histórias do trabalho alienado. Em uma leitura crítica, pautada nos fundamentos teóricos do marxismo, o autor analisa o MTD e os seus sujeitos sociais.

De maneira distinta das abordagens apresentadas, o presente trabalho busca analisar o MTD na relação campo-cidade, em que os espaços periféricos são construídos pela lógica do capitalismo. Nesse sentido, busca analisar o MTD enquanto expressão das contradições engendradas no/pelo capitalismo, no município de Vitória da Conquista-BA, fazendo a articulação entre a luta dos trabalhadores e suas decorrências espaciais, tanto no campo, quanto na cidade.

1.3 O surgimento e a atuação do MTD em Vitória da Conquista - BA

A fim de configurar a trajetória do MTD em Vitória da Conquista, a partir do final década de 1990 e início de 2000, torna-se relevante direcionar um olhar para a luta dos trabalhadores desempregados da periferia e a precariedade em que vivem. Esse contexto permite compreender a pressão social exercida pelo Movimento na tentativa de mostrar para a sociedade e para os poderes públicos federal, estadual e municipal as consequências da falta de trabalho, habitação e melhores condições de vida para uma parcela da sociedade que vive em situação precária.

Para Lima (1997), os movimentos sociais urbanos, em Vitória da Conquista, ainda no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, se encontravam agrupados em igrejas, sindicatos e associações de bairros. A partir dessas organizações locais, reivindicavam dos poderes públicos a oferta de serviços essenciais, como educação e saúde, mas, principalmente, alternativas de trabalho e melhores condições de moradia, com a construção de habitações e regularização de áreas ocupadas durante a década de 1980, muitas delas sem infraestrutura de acesso, água, luz, lazer ou saneamento básico.

Em 1991, foi estabelecida em Vitória da Conquista uma política habitacional como resultado de pressões populares por moradia digna. Dados coletados no início dos anos 1990 destacam a existência de 19.783 domicílios com infraestrutura inadequada na cidade, em áreas periféricas marcadas pela carência de serviços e alta densificação populacional, representando 39,3% do total dos domicílios urbanos.

Até o final da década de 1990, para um ex militantes do MTD⁸ (2009), os movimentos sociais urbanos que lutavam por moradia começaram a se organizar em torno de movimentos sociais de âmbito nacional, como a Central de Movimentos Populares e o Movimento de Luta pela Moradia. No início dos anos 2000, além desses movimentos, outros começaram a se incorporar na organização dos trabalhadores urbanos, com destaque para Movimento dos Trabalhadores Desempregados e o Movimento Consulta Popular. Como princípio geral, esses movimentos reivindicavam serviços essenciais, como educação e saúde, moradia e alternativas de trabalho.

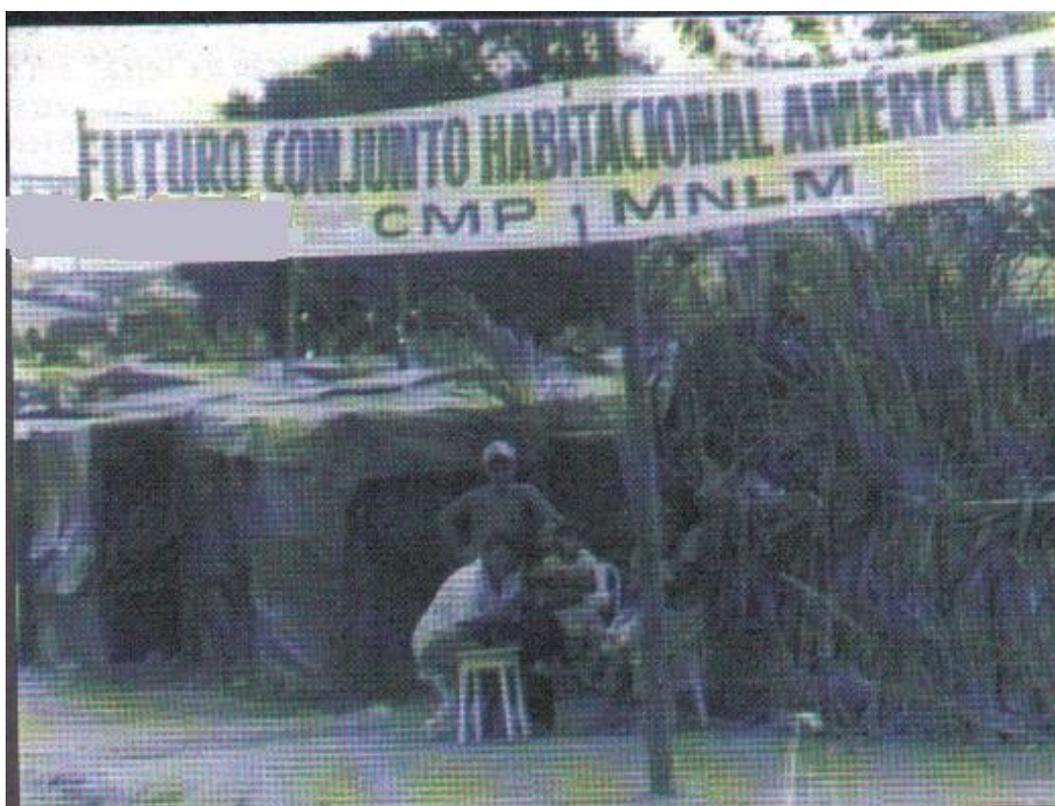
Nesse contexto, de acordo com o entrevistado (J.P, 2009), surgem os primeiros movimentos que desembocaram na criação do MTD. Em função das reuniões nos bairros periféricos da cidade, onde os problemas de desemprego e moradia eram mais graves, militantes e lideranças ligados à Consulta Popular (CP), à Central de Movimentos Populares (CMP) e ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia MNLM), com o apoio do MST, organizaram uma grande ocupação de área pública na zona central da cidade. Foram convocados para essa ocupação trabalhadores sem teto e desempregados que moravam de aluguel ou como agregados de parentes ou conhecidos.

Essa ocupação, que teve início no dia 15 de junho de 2002, iniciou-se com as famílias cadastradas pelos movimentos nos bairros (cerca de 500 famílias), mas recebeu apoio de outras famílias que se encontravam em situação similar, muitas delas, morando de aluguel. A

⁸ J. P. ex-militante do MTD de Vitória da Conquista, participou da formação do Movimento. Por divergências internas, saiu do Movimento em 2003. A entrevista foi realizada em 2009.

ocupação, que foi denominada de América Latina, chegou a contar com a presença de 1.700 famílias, divididas em 700 barracos de lona, plástico e papelão, num total estimado pelos líderes da ocupação de 5.000 pessoas (CASTRO; MIDIAN, 2002, p. 06).

Segundo um dos membros da direção geral do movimento⁹, a escolha da área foi parte de uma estratégia adotada para atrair as autoridades e a sociedade sobre a situação em que viviam esses trabalhadores. O objetivo inicial dos movimentos era construir na área localizada entre o Ginásio de Esportes Raul Ferraz e o Hospital Samur o “Conjunto Habitacional América Latina”, conforme consta na faixa de entrada da ocupação (Figura 3).



Fonte: CASTRO; MIDIAN, 2002, p. 06.

Figura 3 – Ocupação realizada pela CMP e MNLM em área central do município de Vitória da Conquista-BA, 2002.

Essa ocupação resultou em um debate decorrente do impasse instalado para solucionar ou buscar uma saída para a situação, que perdurou desde o mês de junho até novembro do ano

⁹ CASTRO; MIDIAN. Ocupação na área central de Vitória da Conquista. **Oficina de Notícias**. DFCH/UESB, Vitória da Conquista-BA, Ano 02, nº 02, set, 2002, p. 06.

de 2002, quando ocorreu a desocupação total da área. Nesse período, várias reuniões foram realizadas com os ocupantes e representantes do governo municipal, mediadas por uma comissão negociadora formada por representantes da Igreja Católica, do Sindicato Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista (SINSERV), da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ADUSB) e do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁰.

Uma das reuniões foi registrada em um relatório formal, onde foi descrito o esforço feito pelas entidades no momento mais crítico para formar a comissão negociadora, levando em conta a gravidade da situação, após início de confronto entre ocupantes do América Latina e seguranças da Prefeitura¹¹.

Os representantes das entidades se ofereceram para intermediar o conflito, porque avaliaram que o confronto repercutiu de forma negativa para os movimentos sociais em toda a cidade com a criminalização dos movimentos e suas lideranças, e que, com a situação se aprofundando, os movimentos poderiam perder o apoio social entre trabalhadores, colocando em risco a vida de centenas de pessoas que estavam ocupando a área¹².

No caso da ocupação da América Latina, considerada por alguns militantes¹³ como “[...] a primeira ocupação organizada, planejada e massiva da Bahia”, o principal embate dizia respeito à área apresentada pela Prefeitura para abrigar as famílias (Assentamento Vila América) e os critérios estabelecidos pelo Programa de Habitação Popular durante o cadastramento dos ocupantes. O Assentamento Vila América foi considerado, por grande parte dos ocupantes, como distante do Centro da cidade, violento e sem infraestrutura. Dentre os critérios mais questionados, se enquadravam as exigências de prioridade para cadastramento dos ocupantes casados e com filhos. A reivindicação alegava a necessidade de que houvesse a inclusão de todos os ocupantes, inclusive de outras famílias não presentes na

¹⁰ Ata da reunião, realizada em 03 de setembro de 2002, no Salão Dom Climério ao lado da Igreja Matriz da cidade registra que se reuniram a comissão de negociação, composta pelos representantes das seguintes entidades: Arquidiocese de Vitória da Conquista, Pe. Edilberto Araújo Amorim; SINSERV, José Marcos; ADUSB, Célia Tanajura; PT, Clovis Carvalho e Florisvaldo Bitencourt; e movimentos responsáveis pelo Acampamento América Latina (Consulta Popular, Central de Movimentos Populares e Movimento Nacional de Luta Pela Moradia), a fim de discutir uma saída para o impasse em que estavam as negociações. Ao final da reunião, houve a tentativa de se iniciar o debate mais pontual sobre a questão por ambas as partes (governo e movimentos), mas a referida tentativa foi interrompida, após os membros da comissão, representando a prefeitura, darem a reunião por encerrada.

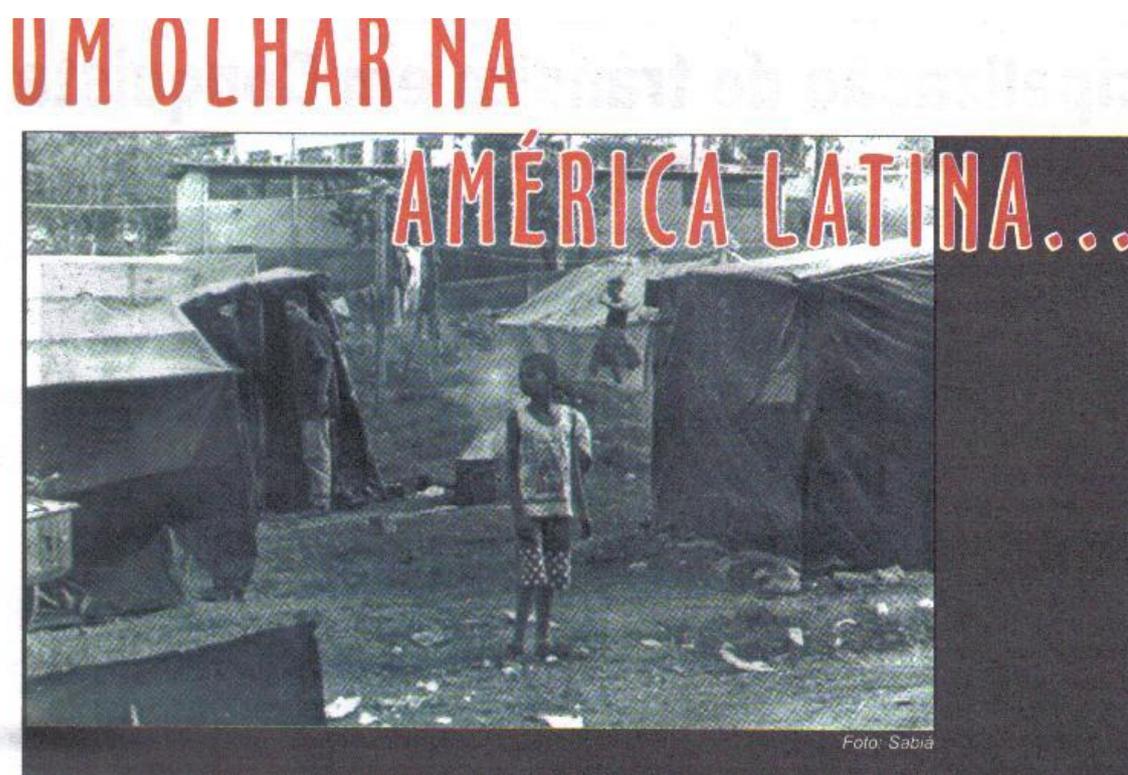
¹¹ Id. Ata da reunião realizada em Vitória da Conquista-BA, 03 de setembro de 2002.

¹² Id. Ata da reunião realizada em Vitória da Conquista-BA, 03 de setembro de 2002.

¹³ Id. CASTRO; MIDIAN, 2002.

ocupação. Alguns militantes acreditavam que o critério de ser casado e com filhos demonstrava a falta de compromisso do governo municipal com a juventude.

Os ocupantes, à época, ainda debatiam com o poder público local algumas reivindicações muito pontuais como a necessidade de serem reconhecidos e tratados como lideranças dos movimentos sociais¹⁴. Em termos de moradia, era possível atestar as precárias condições em que estavam vivendo os acampados (Figura 4).



Fonte: CASTRO; MIDIAN, 2002, p. 06.

Figura 4 – Entrada do Acampamento América Latina, 2002.

Com a repercussão desses fatos que derivaram do Acampamento América Latina, o MTD do Rio Grande do Sul enviou um militante para Vitória da Conquista para a formação do MTD¹⁵ na cidade. Entretanto, o alongamento das negociações entre Prefeitura e Movimentos levou a um desgaste de lideranças junto à população realocada pela Prefeitura e outros recém-assentados atendidos pelo Programa de Habitação Popular, além de divergências

¹⁴ Entrevistas realizadas com militantes e ex-militantes do MTD (J.P, V. e G.).

¹⁵ Entrevista realizada com um líder do Movimento no Assentamento Zumbi dos Palmares.

internas entre movimentos e lideranças. Por esse motivo, de acordo com um ex militante, “ocorreu uma frustração dos militantes da América Latina e o movimento estagnou por um tempo”.

Somente no ano de 2003, algumas lideranças se organizaram como MTD, realizando reuniões nos bairros da periferia, com líderes das comunidades e igrejas, pelo período de dois a três meses¹⁶. Em oito de agosto de 2003, o MTD realizou a primeira ocupação em Vitória da Conquista, em uma área situada à margem da BA-263, que liga a cidade de Vitória da Conquista a Itambé, um imóvel rural conhecido como Fazenda Felícia.

O MTD ficou 28 dias nesse local até a efetivação da ordem de desocupação em ação judicial ajuizada contra o Movimento. De acordo com um dos entrevistados, esse foi um momento de grande tensão, mas o MTD recebeu o apoio da Comissão Pastoral Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento Pequenos Agricultores (MPA) e da Igreja Católica.

Expulsos da “Fazenda Felícia”¹⁷, o Movimento ocupou outra área que estava ao lado da anterior. Após oito meses, os ocupantes foram mais uma vez expulsos da área. Nesse período, aconteceu um incêndio em uma área próxima de onde o Movimento estava acampado, sendo que os moradores se deslocaram para outra área, adquirindo, enfim a posse da terra. Atualmente, a área conhecida como Assentamento Zumbi dos Palmares (Figura 5).

Além do Assentamento Zumbi dos Palmares, em Vitória da Conquista, existem outras áreas ligadas ao MTD¹⁸, a saber: Acampamento Carlos Marighella, implantado em 2004, próximo ao Anel Rodoviário, na BR 116, sentido Salvador, com 40 famílias; Acampamento Santos Dias, situado à margem da BA-263, com 60 famílias; e Ocupação Carlos Lamarca realizada em 2004, na estrada dos Campinhos, próximo ao Anel Rodoviário, na BR 116, com cerca de 30 famílias¹⁹.

¹⁶ Notas de conversas realizadas no Assentamento Zumbi dos Palmares com assentados, militantes e lideranças do MTD em 2008 e 2009.

¹⁷ Notas de conversas realizadas no Assentamento Zumbi dos Palmares, com assentados, militantes e lideranças do MTD 2008 e 2009.

¹⁸ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os acampados são grupos de pessoas sem terra que se reúnem para exigir seus direitos armando barracos em uma determinada área produtiva. Quando conseguem se estabelecer e começar as negociações com o Governo para fazer daquela área um local destinado à reforma agrária, o acampamento torna-se um pré-assentamento.

¹⁹ Informações sobre a quantidade de acampamentos, pré-assentamentos e assentamentos obtida em conversas formais na pesquisa de campo de 2009, feitas no próprio assentamento e nos outros espaços de atuação do MTD.



Foto: Hilário José Menezes

Figura 5 – Placa de identificação na entrada do Assentamento Zumbi dos Palmares, em Vitória da Conquista-Bahia, 2010.

1.4 A importância dos movimentos sociais, enquanto categoria de estudo.

Martin (1997, p. 26) chama atenção dos estudiosos sobre a importância dos movimentos sociais por não buscarem a compreensão das contradições demonstradas nos lugares por eles vividos. Para Martin (1997), ao mesmo tempo em que se intensificou o processo de “globalização”, houve o crescimento dos movimentos sociais no Brasil. Nesse sentido, o autor destaca a importante tarefa dos geógrafos na busca da compreensão desse aparente paradoxo. Ao contrário de outros pesquisadores, os geógrafos não se dedicaram muito ao estudo dos movimentos sociais, mesmo quando esses têm uma nítida dimensão espacial.

Penetrar nesse distanciamento é participar e se expor às consequências da luta no/pelo poder; é o encontro cara a cara com os antagônicos, porque “[...] é no lugar vivenciado onde todos os confrontos se explicitam e se individualizam; onde o poder se exercita”. Martin (1997, p. 26-27) procura fazer algumas reflexões sobre os movimentos socioespaciais, sendo que, para ele, todos os movimentos sociais têm o espaço como trunfo; acredita que o objeto da geografia não é o espaço abstrato, desencarnado e coisificado, mas o território, mediado pelos conflitos conduzidos pelos movimentos socioespaciais em ruptura com a ordem e o consenso territoriais vigentes, que são ao mesmo tempo sociais e espaciais. Martin (1997), assim como Fernandes (2000; 2008), busca compreender os movimentos sociais, formulando categorias de estudo que permitam analisá-los em uma perspectiva do olhar geográfico.

No fim dos anos 1980, Martin (2007, p. 27) procura explicar as origens dos movimentos sociais com a mobilidade forçada da mão de obra. No campo e na cidade, as reivindicações dos conflitos socioterritoriais tornaram-se questões estratégicas: a mobilidade intensa da força do trabalho significa a dissolução da territorialidade.

A mobilidade da mão de obra no campo/cidade inseriu-se no processo de urbanização via industrialização que ocorreu, na metade do século XX, no Brasil. Assim, a questão territorial ultrapassa a simples busca do lugar e do trabalho, para atingir todas as dimensões do espaço.

Martin (2007) buscou trabalhar o seu pensamento dividido em três momentos: no primeiro, considera as reflexões de Becker (1991) para analisar a evolução dos movimentos sociais desde os anos 1980, como as origens dos movimentos sociais, tanto no campo como na cidade. Nos anos 1990, Becker (1991) passou a analisar os efeitos da “modernização conservadora”, agravando ainda mais as questões sociais. Neste período, a autora não só analisa o processo de modernização conservadora, como também reflete sobre a nova dimensão ambiental, a volatilização dos lugares e as novas territorialidades. Para ela, esses projetos fazem parte da geopolítica. Na virada dos anos 1990, Becker (1991, p. 50) levou em conta os efeitos da “modernização conservadora”, determinando a emergência dos novos conflitos sociais localizados, dentro do que ela chama uma verdadeira guerra civil. Para ela, o Estado foi incapaz de controlar a resistência da população excluída e de atender as demandas localizadas, que eclodiram em uma frente de conflitos expressa em movimentos sociais localizados (1991, p. 28).

De acordo com os dados do Atlas da questão agrária brasileira (2010), nos vinte anos que compreendem o período analisado (1986-2006), os camponeses e trabalhadores rurais assassinados foram cerca de 1.100, as ameaças de morte foram cerca de 3.200 e as tentativas de assassinato pouco mais do que 1.000. Essa violência foi denominada por Oliveira (2004) como barbárie da modernidade. Para Girardi (2008), a violência no campo brasileiro coincide com regiões onde os movimentos socioterritoriais são mais atuantes (ocupações de terra). A Figura 6 mostra a espacialização dos assassinatos no campo brasileiro.

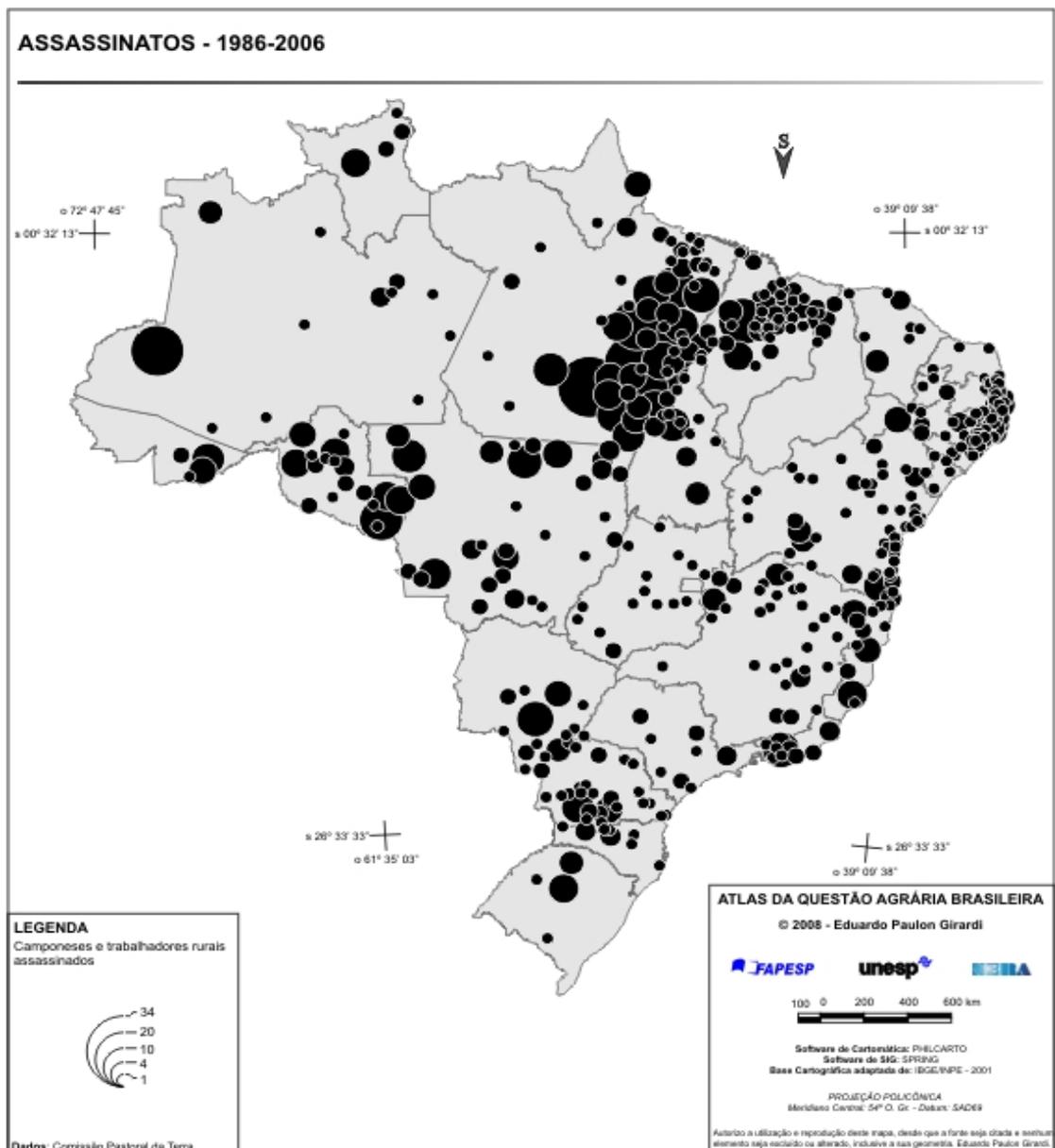


Figura 6 – Assassinatos de camponeses e trabalhadores rurais no Brasil, entre 1986 e 2006.

O leste do Pará e o norte do Maranhão configuram uma típica região de concentração e de forte violência. Essa região é caracterizada pela grande população assentada e, por fazer parte da fronteira agropecuária, o latifúndio nela também apresenta intenso processo de territorialização. Girardi (2008) acredita que, em função dessas características, o enfrentamento é mais evidente nessa região e, com a ausência do Estado, os camponeses e trabalhadores rurais são vulneráveis a ações violentas e a exploração por parte de fazendeiros, grandes posseiros e grileiros. Além de sofrerem violência direta contra a pessoa, os camponeses também sofrem violência direta contra as ocupações de terra, contra suas posses e seus bens. Nesse conjunto de ações, em 2006, a CPT registrou 1.212 ocorrências, que totalizaram 1.809 famílias expulsas da terra, 19.449 despejadas, 12.394 ameaçadas, 16.389 ameaçadas de despejo, 5.222 casas destruídas, 2.363 roças destruídas e 4.165 bens destruídos. Para Girardi (2008) a violência contra a ocupação e a posse está intimamente ligada à prática da violência contra a pessoa, pois, no ato de despejo ou de expulsão, a polícia ou os jagunços empregam força. Os despejos e expulsões são ações que barram a solução do problema agrário brasileiro, pois não resolvem o conflito. Esses dados servem para ilustrar o que Becker (1991) chama de guerra civil e demonstram a incapacidade do Estado de resolver problemas.

A luta dos movimentos sociais é a luta contra o capital que financia projetos para agroindústria, os quais desenraizam territorialmente os trabalhadores rurais do seu lugar de origem, levando-os, por necessidade de sobrevivência, a buscarem alternativas e novas formas de luta pela terra

Martin (2007) analisa também os movimentos socioespaciais (MSE) e a reafirmação da espacialidade; a abordagem teórica dos movimentos socioespaciais; os conflitos socioespaciais espalhados em vários pontos e focos: seja no espaço urbano, nas cidades e nos bairros ou no espaço rural. Partindo dos pressupostos de Soja (1993), Foucault (1988), Scherer-Waren (1993), Veltz (1995) e Di Meo (1991), Martin (2007) procura desenvolver uma linha de pensamento que permita o diálogo entre os autores, abordando a importância do estudo das contradições entre as classes sociais, os trabalhadores explorados e os desempregados à luz da chamada Geografia Crítica.

Para Soja (1993, p.13), a Geografia Crítica deve estar em sintonia com as lutas emancipatórias de todos os que são marginalizados e oprimidos pelo capitalismo, como os trabalhadores explorados, os povos tiranizados e as mulheres dominadas. Assim, deseja a reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e nas análises sociais

contemporâneas, como um esforço de compor uma nova geografia humana crítica, um materialismo histórico e geográfico.

Soja (1993, p.116) entende que a problemática espacial do capitalismo é elevada a uma posição central dentro da luta de classes. Isso indica que as relações de classes devem-se inserir nas contradições e configurações do espaço socialmente organizado. Soja (1993) acredita que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial. Compreender as relações espaciais na sua totalidade permite entender de que forma o espaço geográfico vai sendo moldado por essas relações econômicas e políticas. O modo capitalista de produção revela constantemente as contradições presentes na luta de classe.

Assim, analisando a geograficidade dos movimentos socioespaciais, Martin (2007) acredita na possibilidade desse estudo contribuir para a reafirmação do espaço e de uma Geografia vista como ciência social crítica.

Na visão de Scherer-Waren (1993, p. 54), é no interior dos diferentes movimentos sociais que se defende o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, no caso dos movimentos sociais urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, dos movimentos favelados; o direito a terra para o trabalho, do MST e assim por diante, por que “[...] mais do que um abstrato ‘espaço da cidadania’, o ponto em comum dos movimentos é a luta pelo direito ao espaço concreto. Por esse fato, eles não são somente sociais, mas também espaciais e podem ser denominados como movimentos socioespaciais” (SCHERER-WAREN, 1993, p. 54).

Nessa mesma linha de pensamento, Di Méo (1990; 1991) parte do entendimento de que o território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. Acredita que a territorialidade não pode ser somente a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que permite, com base em imagens, representações e projetos, ou tomar consciência de seu espaço de vida. A territorialidade é o conjunto de todas as práticas espaciais materiais, assim como ideias, que vão permitindo a apropriação social do espaço.

Por fim, Martin (2007) faz uma retomada da geograficidade dos movimentos socioespaciais e aborda, especificamente, a forma como os movimentos no campo e na cidade promovem a espacialização e a territorialização, tratando mais detidamente do MST e dos movimentos sociais urbanos (MSU), analisando o trabalho de Santos (1994; 1987), Nogueira

(1993) e Ferreira (1991), que apontam como as lutas dos MSU colocam em cheque a produção do espaço urbano.

A pedagogia da cultura dos movimentos populares trata, sobretudo, do trabalho cultural e pedagógico de entender a cidade como espaço público. Ela não é apenas o espaço particular das classes dominantes, mas é também essa concepção peculiar definida na e pela expressão de movimentos. Entender a cidade como espaço de todas as classes sociais requer observar as relações socioeconômicas de cada classe e como ela tem acesso aos diversos espaços públicos (NOGUEIRA, 1993, p. 13).

Os movimentos sociais mostram para a sociedade o outro lado de quem vive na cidade ou no campo. No caso dos movimentos sociais urbanos, eles não estão lutando apenas por acesso aos espaços públicos, e sim por direitos a trabalho, casa e a uma vida digna.

Na cidade é bastante visível que “uma boa parcela do conteúdo dos movimentos sociais urbanos defender mais o consumidor que, mesmo, o cidadão”. Com o “veneno do consumismo” nas classes médias, o direito à moradia quase se confunde com o direito de ser proprietário. Portanto, quando são os sujeitos irreverentes que se organizam em movimentos populares nos bairros urbanos, esta organização invade a ordem urbana, expõe seus projetos e suas reivindicações e assim cria fatos por meio dos quais seus sujeitos vão nascendo para a política, num processo educativo de se reconhecerem cidadãos (NOGUEIRA, p. 1993)

Nesse sentido, o MTD busca organizar os trabalhadores desempregados para a busca de alternativas de organização da vida na periferia, tendo como princípio fundamental a valorização da vida humana e o trabalho coletivo, além da construção de um projeto popular para o Brasil.

Carlos (1992, p. 149) destaca o papel importante dos movimentos sociais na ampliação e acumulação de forças e experiências. De acordo com o autor, as lutas urbanas colocam em cheque a produção do espaço “em função dos objetivos do capital e não da maioria da população, gerando conflito entre entendimentos diversos sobre o que é e o que deveria ser a cidade”. A produção do espaço idealizada pelo capital exclui as classes sociais de baixo poder aquisitivo, porque elas são vistas como mão de obra a ser empregada e depois dispensada, formando um exército de reserva de trabalhadores desempregados não qualificados.

As experiências de exclusão social vivenciadas no cotidiano e relacionadas à exploração do trabalhador podem propiciar as condições para a eclosão desses movimentos. Santos (2008, p. 62) analisa que as contradições que ocorrem no rural e urbano guardam em si

as características da desigualdade socioespacial, que é resultado de uma política econômica de concentração de bens, tais como terra, capital e produção. De acordo com Santos (2008, p, 62), o conceito de espoliação urbana, baseado na não acessibilidade aos serviços de consumo coletivo, em virtude da precariedade ou da inexistência destes, fornece subsídios importantes para análise e para a própria organização dos movimentos sociais. Santos acredita que:

As lutas urbanas não podem permanecer isoladas no âmbito da acessibilidade aos bens de consumo coletivo, a terra ou à habitação. É preciso relacioná-las ao empobrecimento proveniente das relações de trabalho. São situações que se encontram e desse encontro pode ocorrer a fusão de conflitos e de reivindicações (SANTOS, 2008,p, 62).

A tese defendida por Thomaz Jr. (2004) é a de que a luta pelo acesso a terra não pode ser algo restrito ao camponês e ou MST, também pertence a todos aqueles que estão precarizados no mundo do trabalho. A união do proletariado urbano e rural advinda das reivindicações afins pode fortalecer a classe trabalhadora. Por isso, Thomaz Jr. descreve que:

A luta pela reforma agrária e a luta pela terra cada vez mais deixam de ser somente algo restrito ao camponês e passam a ser também do trabalhador proletário, rural e urbano, dos subproletarizados, dos desempregados e de todos os que compõem as estatísticas dos trabalhadores hifenizados temporários, domiciliares etc. (THOMAS JR, 2004, p. 80).

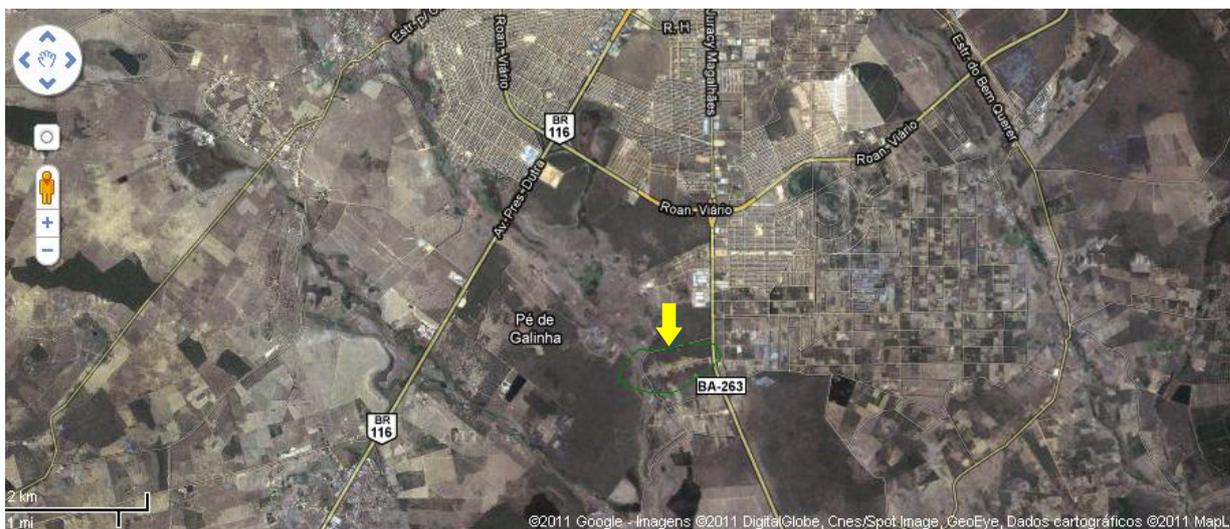
Nesse sentido, o autor acredita que a compreensão de classe trabalhadora deve ser mais ampla, não se mantendo apenas aos trabalhadores proletariados (urbanos e rurais) ou subproletarizados, no limite, mas a um conjunto de expressões do trabalho que inclui os trabalhadores avulsos, camponeses com pouca terra e que lutam por terra e que enriquecem e pluralizam a noção do sujeito social que trabalha (THOMAZ JR, 2004, p. 80). Vale ressaltar que o MTD busca dialogar com os outros movimentos sociais que lutam por questões afins, no campo/ cidade. No caso específico do MST, a forma de estruturação para Fernandes (1992) permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural, a troca de experiências das fases da luta, a organização dos trabalhadores, a ocupação de terras, a negociação com as forças políticas envolvidas etc. Assim, permite não somente o “domínio sobre o seu próprio espaço”, mas também “a ampliação de sua organização e a espacialização/territorialização de suas lutas” (FERNANDES, 1992, p. 35-36).

Dessa forma, a compreensão das questões sociais urbanas não pode ser analisada apenas dentro do contexto do processo de globalização, que espolia o trabalhador e amplia a desigualdade social, dificultando o acesso de bens de consumo e lazer e também o direito a moradia, escola, saúde e trabalho.

Assim, a espoliação não ocorre só no espaço urbano, mas ocorre também no espaço rural, quando os trabalhadores são impedidos de terem direito a terra, um dos fatores para o surgimento dos movimentos sociais do campo e da cidade. O MTD busca fazer a ponte entre os movimentos sociais do campo e da cidade, pois entende que a luta pela terra, teto e trabalho está presente, tanto nos interesses do trabalhador do campo como naqueles da cidade.

CAPÍTULO II – O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E O SEU PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

O Assentamento Zumbi dos Palmares foi o primeiro assentamento do MTD, em Vitória da Conquista – BA. Em 8 de agosto de 2003, o Movimento realizou sua primeira ocupação, área essa situada às margens da BA-263, que liga Vitória da Conquista ao Sul do estado da Bahia, com cerca 30 famílias em um imóvel conhecido como Fazenda Felícia. O MTD ficou acampado no local 28 dias, até o cumprimento do mandato de reintegração de posse ajuizado contra o Movimento²⁰ (Figura 7).



Fonte: Google- Imagens 2011

Figura 7 – Vitória da Conquista - Bahia, localização do Assentamento Zumbi dos Palmares, BR 263, 2011.

De acordo com os militantes do MTD, em entrevista realizada no Assentamento Zumbi dos Palmares em 2009, esse foi o momento de grande tensão. Teria sido a primeira ordem de desocupação contra o Movimento e também das famílias dos trabalhadores, sendo que essas famílias nunca tinham passado por experiência igual. Os assentados do

²⁰ Mandado de reintegração de posse e citação, expedido nos autos do processo nº 20036054-3 de ação de posse requerida por Jaldo Jabur contra MTD – Movimento dos Trabalhadores e outros, correndo o efeito na 4ª vara Cível e Comercial da Comarca de Vitória da Conquista, do Estado da Bahia.

Assentamento Zumbi dos Palmares destacam a importância do apoio recebido da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e da Igreja Católica. O apoio recebido adveio em forma de ações de mediação entre os líderes do Movimento e o poder judiciário, barganhando tempo, enquanto se negociava a possibilidade do Movimento ocupar um terreno de uma associação, que estaria disposta a apoiá-lo.

Quando foi expulso da Fazenda Felícia²¹, o Movimento deslocou-se para uma área ao lado da fazenda (Figura 8). Após oito meses no local, passou a ocupar uma área que pertencia à empresa Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS)²² localizada em frente à Fazenda Felícia, do outro lado da rodovia BA 263. Nesse terreno, a URBIS pretendia erguer o conjunto habitacional URBIS VII, mas o projeto não avançou por falta de recursos. Sabendo disso, o Movimento procurou dialogar com os coordenadores da URBIS, os quais passaram a área para a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA). O Movimento passou, então, a negociar com a CDA sobre a possibilidade de que a área fosse doada para implantação do assentamento. De acordo com um dos líderes do Movimento (N., 2009), depois de muitas reuniões com a CDA e idas e vindas da militância, os representantes do Estado, para não reconhecerem a luta do Movimento, concedeu a posse coletiva da terra aos assentados, mas impôs como condição que fosse criada uma associação. Assim foi concedida a posse coletiva da terra a esta Associação do Assentamento, como usufruto²³ de cada família, enquanto nela estiver, sendo que para cada família foi entregue um lote de um hectare.

Porém, para a regularização da área e a alteração do status de pré-assentamento para assentamento, foi preciso que houvesse uma nova negociação e a formalização de um ato legal pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

²¹ Entrevistas realizadas no assentamento Zumbi dos Palmares 2009.

²² A URBIS é uma sociedade de economia mista, que, dentre outras finalidades, objetivou promover a urbanização de áreas habitacionais carentes de infraestrutura básica e propiciar a ocupação de vazios urbanos destinados à implantação de assentamentos residenciais de interesse social, particularmente aqueles voltados à população de baixa renda. Desde janeiro/1999 a URBIS encontra-se em processo de liquidação.

²³ **Usufruto** é o direito real sobre coisas alheias, conferindo ao usufrutuário a capacidade de usar as utilidades e os frutos de uma coisa, ainda que não seja o proprietário. No Usufruto, o proprietário (denominado nu-proprietário) perde a posse sobre a coisa. O titular do usufruto é determinado individualmente e, por isso, o direito se extingue, o mais tardar, com a morte do usufrutuário (usufruto vitalício). Pode ser constituído por certo prazo também (usufruto temporário), mas a morte do titular extingue-o mesmo antes do vencimento do prazo estabelecido. No caso dos assentados, o usufruto pertence a cada uma das **famílias** assentadas.

Inicialmente, o Movimento tinha a intenção de abrigar 40 famílias na área e possuía um projeto²⁴ estruturado nos moldes de um assentamento rururbano. A organização e distribuição da terra ocorreriam da seguinte forma: 20% dos 40 hectares da área, ou seja, oito hectares seriam destinados à reserva legal, nos locais de maior degradação ambiental, onde seria realizado o reflorestamento com espécies arbóreas nativas; a área para a agrovila seria de 10 hectares; e a área de cultivo comunitário seria de 22 hectares. Entretanto, o projeto foi redimensionado pelo INCRA, de acordo com os critérios da CDA, passando a abrigar apenas 20 famílias.



Fonte: Google- Imagens 2011

Figura 8 – Assentamento Zumbi dos Palmares Vitória da Conquista – Bahia, BA 263, 2011.

Em entrevistas realizadas no Assentamento Zumbi dos Palmares com militantes e coordenadores do Movimento, foi relatado que o INCRA não queria resolver a regularização da terra e que estavam ocorrendo problemas burocráticos. De acordo com os entrevistados, eles viram “que estava acontecendo meio que um jogo político. Mas, depois de muitas manifestações e ocupações na sede no INCRA, em Salvador, em 2010, o INCRA reconheceu a área”.

Para o Movimento, o reconhecimento da área só saiu depois de manifestação ocorrida na sede do INCRA em Salvador em outubro de 2009. Anualmente essas manifestações ocorriam, aproveitando a passagem do governador do Estado, na cidade de

²⁴ Proposta de parceria para o Assentamento Rururbano de 40 famílias no município de Vitória da Conquista – BA. Movimento dos Trabalhadores Desempregados –MTD, novembro de 2003.

Vitória da Conquista. As manifestações têm o objetivo de pressionar o Estado no sentido de buscar solucionar as questões pertinentes aos movimentos sociais, como regularização da posse da terra dos pré-assentados e liberação de créditos rurais para os pequenos agricultores.

Em conjunto com outros movimentos sociais os militantes do MTD, em maio de 2009, fizeram manifestação na principal rodovia que cruza a cidade de Vitória da Conquista, para demonstrar as necessidades e os problemas enfrentados pelos movimentos, em seus pré-assentamentos e assentamentos (Figura 9).



Fonte: <http://www.nucleodenoticias.com.br>.

Figura 9 – Militantes do MTD em passeata na BR 116 em Vitória da Conquista-BA, em 21/05/2009.

A manifestação também contou com a participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que atua no município de Vitória da Conquista e na Região Sudoeste da Bahia. A interdição da pista, por meio da aglomeração de manifestantes e realização de barricadas de pneus queimados (Figura 10) provocou engarrafamento de aproximadamente 1,5 km.



Fonte: <http://www.nucleodenoticias.com.br>.

Figura 10 – Manifestação de militantes do MTD na BR 116 em Vitória da Conquista-BA, em 21/05/2009.

O MTD e o MPA reivindicavam, dentre outras questões, frentes emergenciais de trabalho, crédito subsidiado para desempregados e pequenos agricultores e implantação e regularização dos assentamentos rururbanos. O MTD e o MPA cobravam a disponibilização de terras para acesso à moradia e melhor infraestrutura nos assentamentos.

Em resposta às manifestações do Movimento, o Estado fez uso de suas forças repressivas para conter a manifestação. Desta maneira, foram acionadas para debelar o movimento, a Polícia Rodoviária, (PR) e a Polícia de Choque, a Companhia de Ações Especiais do Sudoeste e Gerais (Caesg). A Figura 11 registra a ação da Polícia de Choque em repressão à manifestação dos trabalhadores.



Fonte: <http://www.nucleodenoticias.com.br>.

Figura 11 – Polícia de Choque bloqueando a passagem dos militantes do MTD na BR 116, em Vitória da Conquista-BA, em 21/05/2009.

Após negociações entre o Comando da Ação e as lideranças dos movimentos, os manifestantes decidiram liberar a pista e continuar com a passeata até o centro da cidade. De acordo com militantes do MTD e do MPA, alguns companheiros queixaram-se de ter sofrido agressões por parte de integrante da polícia.

Outra manifestação de grande repercussão foi à realizada no INCRA, em Salvador no ano de 2009, em protesto contra a demora do Instituto para resolver questões pendentes na regularização das áreas do MTD, na Região Sudoeste da Bahia. Além do Assentamento Zumbi dos Palmares e da Ocupação Santos Dias, o MTD luta pela a regularização do pré-Assentamento Carlos Marighella, implantado em 2004, próximo ao Anel Rodoviário, na BR 116, sentido Salvador, com 40 famílias; e da Ocupação Carlos Lamarca, realizada em 2004, na estrada dos Campinhos, próximo ao Anel Rodoviário, na BR 116, no município de Vitória da Conquista, com cerca de 30 famílias acampadas. A Figura 12 mostra a localização das áreas de atuação do Movimento no município de Vitória da Conquista, Bahia.

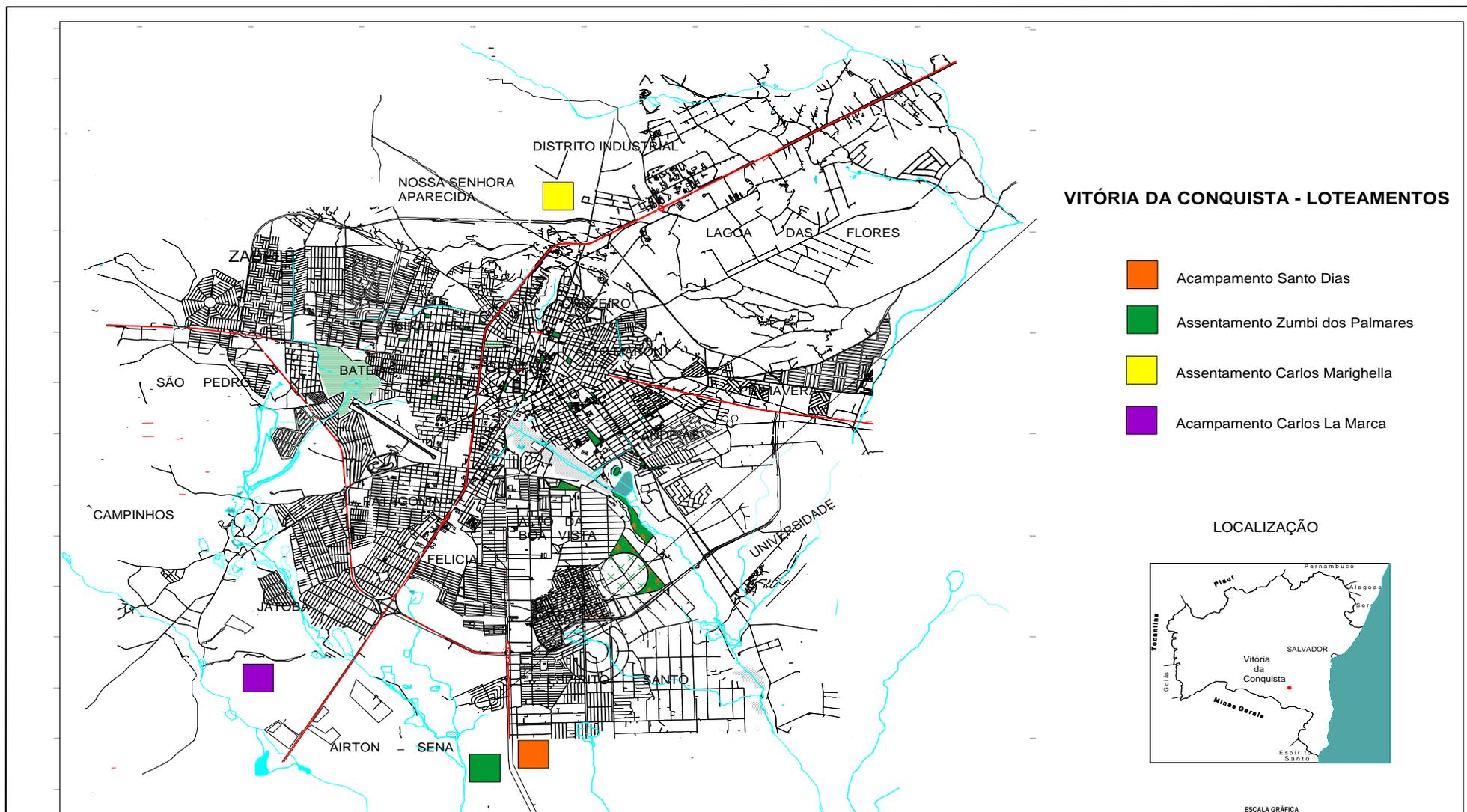


Figura 12 – Mapeamento das áreas de atuação do MTD em Vitória da Conquista.

Folha	VIT01-02-03-04	Fonte:	ADAPTAÇÃO: Cleilton Costa Ramos - Geógrafo - CREA: 94.146/D
DATA DE REVISÃO	DEZEMBRO/2007	CARTA PLANIMÉTRICA	Hilário José Menezes - Especialista em Geografia
		SEI-BA 2000	

De acordo com um dos líderes do Movimento (G., 2009), a não regularização das áreas gera uma série de perdas financeiras, que travam o desenvolvimento do assentamento, porque os projetos estão prontos e os repasses junto aos órgãos do Estado só são viabilizados quando a área é reconhecida enquanto assentamento. O único apoio que os pré-assentamentos e os acampamentos recebem é a distribuição de cestas básicas enviadas pelo INCRA²⁵, ação comum realizada nos pré-assentamentos do país. Nesse contexto, um dos líderes entrevistado (N., 2009) acredita que a demora em reconhecer as áreas de pré-assentamentos e assentamentos está diretamente ligada à morosidade institucional por parte do INCRA, o que leva a constantes manifestações, como a destacada abaixo:

Em outubro de 2009, nós tínhamos um ponto de pauta, no INCRA e um dos pontos era o reconhecimento do assentamento Zumbi dos Palmares. Foi uma luta muito pesada para gente. A gente foi recebido a pontapé pelos servidores do INCRA. Nesse processo aí teve um senhor que, machucou a sua coluna e teve que fazer uma operação. Precisou um trabalhador ser machucado, ter problemas de saúde para o INCRA resolver o problema. Hoje nós já temos a portaria do assentamento (N., 2009).

Observa-se assim que a lentidão do INCRA pode ser caracterizada como burocracia, revestida de falta de interesse em resolver as questões referentes à regularização fundiária. Utiliza-se a burocracia no sentido de mostrar para os movimentos sociais que eles até podem lograr êxito nas suas reivindicações, mas o caminho é longo e cheio de obstáculos.

Em resposta à morosidade imposta pelo INCRA para resolver as questões, o MTD decidiu fazer uma ação que deveria ser rápida para não atrapalhar o II Encontro Estadual do Movimento, que seria realizado em Candeias BA, (2009). Entretanto a ação de protesto que deveria ocorrer de forma breve e pontual acabou se transformando em uma ocupação de todo o prédio do INCRA, como resultado da forma como o Movimento foi recebido pelos servidores do órgão.

No dia 19 de outubro de 2009, ao chegarem ao prédio do Instituto, os militantes do MTD foram agredidos fisicamente por servidores e, durante o tumulto, um

²⁵ As cestas básicas distribuídas em acampamentos de sem-terra integram o programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), voltado a populações em situação de risco. As cestas são adquiridas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O INCRA é tão somente responsável pela entrega das cestas. **Bahia:** Solidariedade ao MTD, que ocupa prédio do INCRA, Passa Palavra, 20 de outubro de 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=13459>.

militante do Movimento, o senhor J. S., de 78 anos, machucou a coluna e teve que ser hospitalizado. O acontecimento, apesar de nefasto, serviu para abertura das negociações com o Movimento²⁶.

Na verdade, o Encontro Estadual do MTD, que estava programado para acontecer em Candeias, cidade localizada na região metropolitana de Salvador, transformou-se em forte e participativo ato em frente à sede do INCRA, localizada no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador²⁷. A Figura 13 mostra esse processo, que desencadeou com maior organicidade do movimento e coesão dos interesses de seus membros.



Fonte: <http://passapalavra.info/>

Figura 13 – Sede do INCRA em Salvador-BA, durante a ocupação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, em 2009.

²⁶ Id. **Bahia:** Solidariedade ao MTD, que ocupa prédio do INCRA, Passa Palavra, 20 de outubro de 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=13459>.

Para a militância do MTD, essa decisão foi justificada pelo clima de insatisfação nos pré-assentamentos, provocado pela lentidão na implementação das reivindicações. Dessa forma, observa-se que o Movimento vem aguardando há anos o reconhecimento de dois pré-assentamentos, a desapropriação de duas fazendas, Bela Vista e Felícia – propriedades rurais localizadas no município de Vitória da Conquista, e também a realização de vistorias em áreas para reforma agrária. Nessa esteira, de acordo com os líderes do movimento, outros direitos também não estão sendo cumpridos e garantidos, visto que o INCRA nunca prioriza a pauta do MTD, dada singularidade desse Movimento.

Inicialmente, o ato de protesto na sede do INCRA somente pretendia reabrir o diálogo com o órgão e pressionar, pacificamente, para que as solicitações do Movimento fossem atendidas. Entretanto, apesar de não ter sido a intenção inicial do protesto, o MTD decidiu ocupar o prédio do INCRA e realizar o II Encontro Estadual ali mesmo, permanecendo no local até que lhe fossem atendidas as reivindicações. Na manhã seguinte, entretanto, após as primeiras negociações, 300 pessoas do MTD que permanecem no local decidiram sair da área administrativa, permitindo que os servidores voltassem ao trabalho e a ocupação foi deslocada para o estacionamento e áreas externas do prédio²⁸ (Figura 14).

No entanto, apesar do deslocamento do local de ocupação ter sido negociado entre líderes do Movimento e dirigentes do INCRA, havia um clima de tensão com os ocupantes assediados por intensa vigilância dos seguranças, conforme uma das mulheres do MTD que participou da ocupação.

Para ela, que é uma das lideranças do Movimento que atua na Coordenação Estadual e Regional do MTD e é Coordenadora de Educação do Movimento: “Além da vigilância constante, o Movimento ficou isolado do prédio, pois foi proibida a entrada de qualquer veículo de comunicação no INCRA”, e, portanto, não foi possível para a imprensa registrar o processo de ocupação e a natureza da reivindicação. Essa estratégia foi utilizada pelo INCRA na tentativa de evitar a propagação dos fatos ocorridos e a divulgação da ação do Movimento. Ainda assim, houve registro de algumas notas publicadas, prioritariamente, em sites da Internet.

²⁸ Matéria divulgada site: <http://passapalavra.info/?p=13459>



Fonte: <http://passapalavra.inf>

Figura 2 – Lideranças do MTD reunidas no estacionamento do INCRA, Salvador-BA, durante ocupação realizada em 2009.

Em nota divulgada, o INCRA afirmou que só aceitaria negociar com o Movimento se os “invasores” deixassem o prédio da entidade, ocupado no momento por cerca de 150 integrantes do MTD. Nessa nota, o INCRA apresentou a sua versão da ocupação, afirmando que, pela manhã, teria havido invasão dos trabalhadores desempregados à sede do órgão, causando danos a veículos e agressão a servidores. De acordo com o órgão, os servidores teriam ido à Polícia Federal para prestar queixa contra os trabalhadores e esses aproveitaram a saída da polícia do prédio do INCRA, para tomar todas as instalações do local. Ainda segundo a assessoria de imprensa do INCRA, o Movimento não teria apresentado nenhuma pauta de reivindicações que justificasse a invasão e ninguém teria se apresentado oficialmente como líder do Movimento²⁹.

²⁹ **INCRA só negocia se invasores deixarem órgão.** Nota divulgada no site <http://www.bahianoticias.com.br>, em outubro de 2009.

Por outro lado, para os coordenadores do MTD, o INCRA tinha conhecimento da pauta das reivindicações do Movimento e sabia que a prioridade para o MTD era a regularização da área, porque, sem esse procedimento administrativo, os recursos financeiros destinados aos projetos do Assentamento Zumbi dos Palmares não poderiam ser executados no Assentamento. Para um dos líderes “a burocracia é vista como arranjo, como manobra, pois, mesmo ciente da reivindicação do Movimento, o INCRA afirma que não foi apresentada nenhuma pauta de reivindicações que justificasse a ocupação”.

Nesse quadro, o MTD reafirma a sua importância, como movimento nacional de luta da classe trabalhadora, com atividades baseadas em nove estados que busca fomentar a solidariedade entre os trabalhadores do campo e da cidade, construindo pautas conjuntas, como a luta contra o desemprego e pela reforma agrária. Para o Movimento, esse momento de ocupação do INCRA foi importante para garantir as conquistas do Movimento, reafirmando-o como movimento social.

As dificuldades encontradas pelo Movimento para legitimar e consolidar as ações são de diferentes matizes e têm origens também diversas. As dificuldades encontradas no processo de consolidação do Assentamento Zumbi dos Palmares serviram para mostrar que a luta pelo acesso a terra perpassa por um longo caminho, que tem o seu início no trabalho nas periferias das cidades³⁰, onde se encontram os trabalhadores desempregado. Para o MTD³¹, no trabalho urbano estão os desafios de se construir um projeto popular e encontrar formas de articular, estimular as lutas de massas e organizar os trabalhadores que vivem nos bairros periféricos das grandes e médias cidades. Nesse cenário, o MTD³² busca se organizar em equipes de trabalho que se dediquem a conviver e desenvolver formas de trabalho e de lutas nas periferias com os trabalhadores. Na frente de trabalho de massa é onde acontecem os contatos dos movimentos sociais urbanos e rurais, no sentido de evitar o isolamento e trabalhar em parceria, fortalecendo o trabalho político na luta contra a injustiça social. Essa articulação facilita a troca de experiências e a realização de ações conjuntas.

Dessa forma, os trabalhadores desempregados passam por todo o processo de formação política, chamado pelo movimento de “massificação”. As famílias

³⁰ Ranulfo, Cepis. Como fazer trabalho de base. São Paulo 2003

³¹ Material disponibilizado pelo MTD, com o título: A formação política dos lutadores.

³² Idem... A formação política dos lutadores

desempregadas organizadas no MTD são a base da estrutura do Movimento; a participação ativa dos desempregados garante a espacialização social do MTD.

Como parte significativa dos acampados estava sempre na condição de desempregados, muitos não procuravam mais trabalho, passando a sobreviver na realização de atividades informais de caráter temporário. A permanência no acampamento foi sendo solidificada no convívio e na socialização dos problemas interindividuais que afligiam a todos; o companheirismo entre eles é realçado nas ajudas mútuas. Nesse sentido, os que militam no Movimento entendem que “a luta conjunta pela terra é uma saída, mais cedo ou mais tarde a terra sai”.

Pelas entrevistas em campo com os assentados do Zumbi dos Palmares, todos relataram as dificuldades que passaram por viverem no Acampamento, com o calor da lona preta, a falta água e de luz, alimentação precária etc. Todo esse cenário demonstrava as dificuldades encontradas na fase de acampados, somadas às incertezas sobre uma futura posse da terra: essas situações não definidas e instáveis levaram muitas famílias a abandonarem o acampamento, relato dos assentados³³.

Diante de todo esse processo de luta para adquirir a terra, o Assentamento em análise foi se materializando, enquanto que assentados e lideranças do MTD planejavam as próximas ações a serem implantadas.

Ao ser perguntado sobre o que tem implantado hoje no Assentamento, um dos militantes e líder do Assentamento descreve que toda infraestrutura da área foi construída pelas próprias pessoas, principalmente as casas. Segundo ele, ainda que algumas ações fossem realizadas por órgãos e empresas públicas, como a energia e a água, nenhuma melhoria chegou ao Assentamento sem luta. Ainda que o governo tenha elaborado projetos para o Assentamento, esses nunca foram materializados sem que o Movimento tivesse lutado para que isso ocorresse.

Sobre projetos que o Movimento tem para o Assentamento, pelas entrevistas de campo, o Movimento vem lutando para construção da escola, porque a escola que os alunos estão frequentando está funcionando em um local precário, sem condições, em um quarto de uma das casas.

Com o objetivo de ter um novo espaço para a escola, os assentados se reuniram para construir. Conforme uma das Assentadas: “foi uma briga com a Prefeitura para mandar um professor”. Ainda de acordo com a ela, a merenda enviada pela Prefeitura

³³ Para a senhora J. M. No tempo de acampamento descreve que: passou muito frio e chuva, com a sua família, a comida era pouca, agente também não tinha água e luz.

era insuficiente. Entretanto, com as fortes chuvas que ocorreram, a escola foi arruinada. Como descreveu uma das Assentadas: “aí mudamos a escola, só que tem um problema, o telhado é muito baixo e as telhas são de *Eternit*, quando o sol bate, ninguém consegue ficar lá dentro, esquenta muito. Fizemos uma proposta para a Prefeitura construir uma escola, em contrapartida daríamos o lugar para a construção”. Após uma série de negociações com a Secretaria Municipal de Educação, a escola foi concluída em agosto de 2010.

Denominada como Escola Municipal Zumbi dos Palmares, a escola municipal recebe alunos do Assentamento Zumbi dos Palmares e do Santos Dias (Figura 15). Quando foi entrevistada para esta pesquisa, uma das funcionárias da escola (Figura 16) aguardava o pleno funcionamento da nova unidade de ensino. Em suas palavras: “A mudança só vai trazer melhorias. Teremos um lugar digno para que eles possam se sentir mais motivados” acrescenta. Dessa forma, a comunidade finalmente teria acesso a um prédio escolar que atendesse às necessidades básicas dos professores e alunos.



Fonte: SECOM/PMVC

Figura 153 – Escola Zumbi dos Palmares, Vitória da Conquista, 2010.

Ainda de acordo com uma das assentadas, antes de funcionar nesta nova sede, a Escola Zumbi dos Palmares passou por outras construções precárias. A primeira foi uma construção erguida em pau a pique. A segunda escola era feita de adobão, que foi

descartada assim que começou a apresentar problemas, pois ameaçavam a integridade física dos alunos e do professor. Por fim, a escola foi transferida para um o cômodo alugado em que funcionou até a inauguração do novo prédio, onde funciona atualmente.



Fonte: SECOM/PMVC

Figura 16 – Assentada e Merendeira da Escola Zumbi dos Palmares com alunas no Assentamento Zumbi dos Palmares - 2010.

Desta forma, ressalta a Coordenadora de Educação do MTD, o Movimento vai conseguindo inserir as crianças no ensino escolar. Sobre a situação dos jovens e adultos, a Coordenadora relata:

A gente tá com uma turma no TOPA (Todos pela Alfabetização), com jovens e adultos. A gente sabe da importância que tem o programa. O Movimento tem essa preocupação, dá essa importância. Na verdade, é um processo de começar a discernir as pessoas, no meio social a partir da formação (Z. P. 2009).

A educação é uma das preocupações do Movimento, pois os seus militantes acreditam na educação enquanto possibilidade de formação de sujeitos críticos em relação à sociedade, que possam perceber a importância da luta do Movimento e da luta pela terra, pelo trabalho e pela moradia. Apostam na íntima relação entre teoria e

prática, pois, para eles, se o ensino parte da reflexão sobre a prática, a relação desta prática com os conhecimentos científicos faz com que a teoria faça sentido.

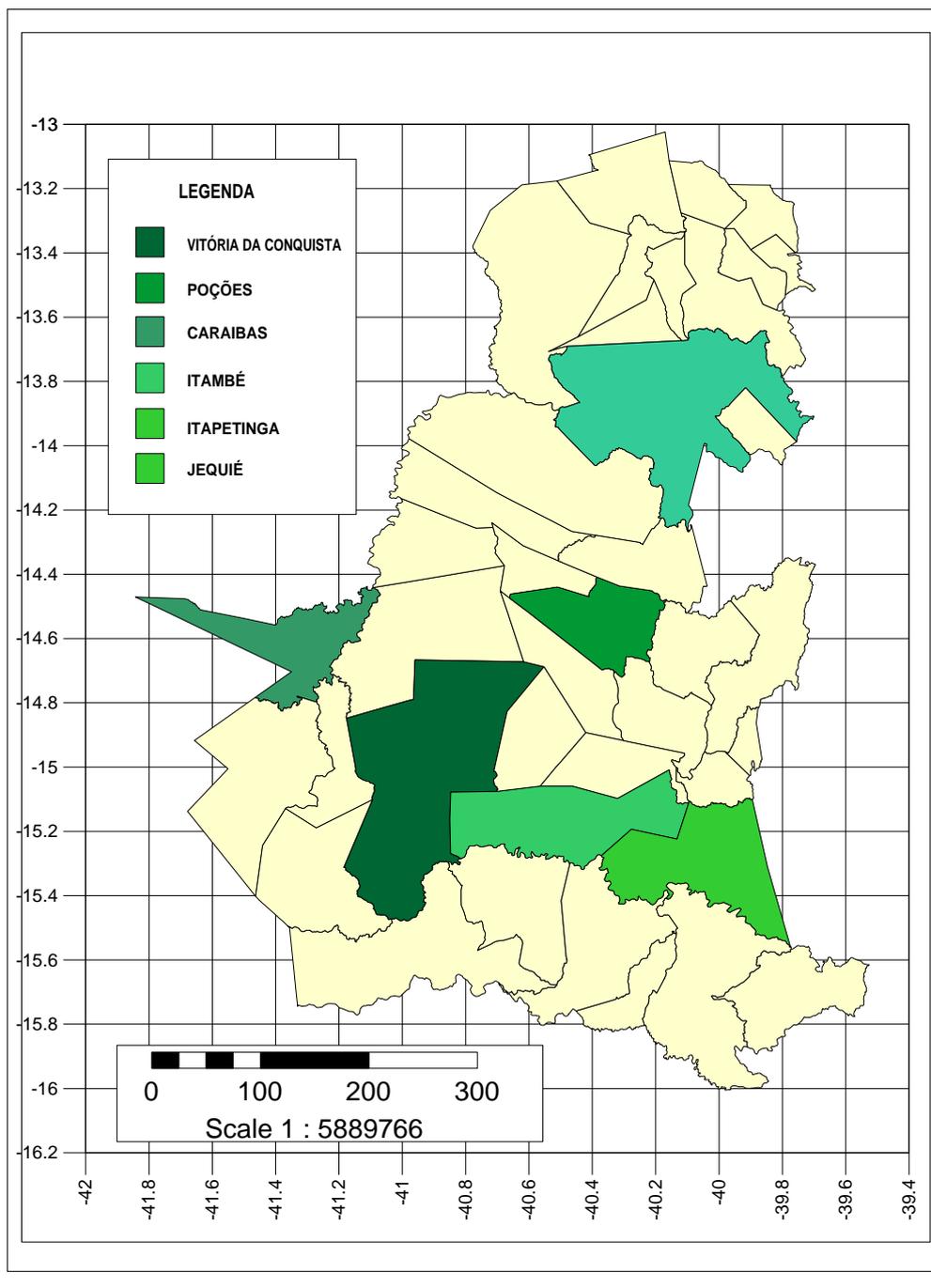
2.1 Os trabalhadores e a sua história de vida no Assentamento Zumbi dos Palmares – MTD

Os assentados do Assentamento Zumbi dos Palmares são oriundos do próprio município de Vitória da Conquista, municípios vizinhos e localidades mais distantes, como Itapetinga, Poções, Caraíbas, Itambé e Jequié. A vinda dos assentados para Vitória da Conquista ocorreu entre as décadas de 1960 e 1990. Muitos deles militam no MTD desde seu surgimento em Vitória da Conquista³⁴ entre acampamento, pré-assentamento e assentamento.

Desempregada, uma das assentadas (D. M.) relata que conheceu o MTD por intermédio de sua genitora, que, de passagem por Vitória da Conquista, tomou conhecimento do Movimento e a convenceu a se inserir na luta por trabalho e moradia, como alternativa de superação dos problemas que enfrentava na sua cidade natal, Itapetinga-BA. Entretanto, ela reconhece as dificuldades de viver no assentamento. Segundo ela, os principais problemas enfrentados são a falta de água e médicos. Esses profissionais eventualmente aparecem. De acordo com ela, o principal meio de subsistência da família ainda é a cesta básica, que recebe como doação, e apoio que recebe dos familiares.

Para alguns assentados, a conquista da terra foi objetivo central de suas lutas; o calor e o frio passado de baixo da lona, a angústia provocada pela incerteza sobre se a terra “iria sair ou não” foram os pontos de maior motivação para continuarem no acampamento. De acordo com as mulheres, mães de família entrevistadas, “... é por causa da terra que se encontram nesta luta”. Para ela, “... a terra significa o futuro dos seus filhos, a terra é importante para produzir e a partir daí poder ter um futuro melhor”. A Figura 17 retrata a origem dos assentados e o seu deslocamento entre os municípios da Região Sudoeste.

³⁴ Os assentados entrevistados se incorporaram ao Movimento quando do trabalho de base realizado nos bairros periféricos de Vitória da Conquista pelos militantes do MTD.



Fonte: Menezes; Ramos, 2009.

Figura 17 – Sudoeste da Bahia, origem dos assentados do Assentamento Zumbi dos Palmares

Para um dos assentados (M. G.), natural de Vitória da Conquista, a sua vida antes do MTD era uma batalha: “a mesma coisa que é aqui, por que aqui eu estou sem recurso, esperando sair”. Entretanto, ele valoriza o sacrifício, pois contrapõe a possibilidade de possuir a terra com a realidade que enfrenta na cidade. Para o

entrevistado, “lá fora eu não tenho emprego fixo, vivo de bico, trabalho de pedreiro e o importante aqui é o pedaço de terra”.

Observa-se que o interesse pela terra e a vida em coletividade, ou seja, a identidade social, a luta pela conquista do coletivo está presente no pensamento do assentado. Neste contexto, G. afirma:

O MTD não ocupa uma área só por moradia, porque geralmente quem tem problema de moradia é por que tem baixa renda e se não se cria alternativas de geração de trabalho e renda, acontece uma alta evasão de famílias após serem assentadas. É o que acontece nas ocupações de sem teto, as muitas famílias ficam sem condições de permanecer morando ali por falta de renda e acabam vendendo o barraco ou a casa para ir tentar trabalho em outro local. Existe uma grande massa de desempregados que é nômade, não por opção, mas por não conseguir se manter e mesmo os subempregos e empregos hoje são muito temporários e rotativos (G., 2009).

De acordo com um dos entrevistados, os principais problemas enfrentados no Assentamento é a falta de recursos para a construção das suas casas, porque algumas delas foram construídas de forma muito precária, pela absoluta falta de condição financeira dos assentados para levantarem habitações de melhor qualidade (Figura 18).



Foto: Hilário José Menezes.

Figura 48 – Casa de um dos Assentados do Zumbi dos Palmares.

Nesse aspecto, o Movimento procura assentar as famílias em áreas próximas do espaço urbano, como estratégia de manter as famílias próximas dos lugares onde elas podem fazer os seus bicos para manter-se no assentamento. Nesse sentido um dos líderes do Movimento (G.) afirmou:

Trabalhamos os assentamentos rururbanos como alternativa de moradia e geração de trabalho e renda no entorno das cidades, onde se podem mesclar atividades agrícolas com atividades não agrícolas e por serem áreas próximas a cidade permitem que as famílias não percam seus vínculos com a cidade e podem continuar fazendo seus bicos o que não seria possível se fosse uma área rural para reforma agrária (G., 2009).

Outro aspecto observado é a acessibilidade. No caso dos assentamentos rururbano são áreas próximas a cidade com solo cultivável e água potável, o que, teoricamente, facilitaria o acesso a água e a energia. Para Negão, o objetivo do Movimento não é só dar o pedaço de terra para as famílias e tirá-las da periferia. Segundo ele: “somos um movimento de luta de classe. Temos a opção pela classe trabalhadora e pelo enfrentamento do capital e a construção do socialismo”. Essa discussão mais ampla sobre o entendimento da luta do movimento é percebida também na fala de um dos líderes do Movimento. De acordo com ele:

A maioria das pessoas entra para o MTD sem o conhecimento dessa discussão. Entram para conseguir um pedaço de terra para morar e trabalhar, ou entram em uma turma de alfabetização de jovens e adultos organizada pelo MTD na periferia, ou entram numa ocupação para sair do aluguel ou num grupo de produção por estarem desempregadas, ou seja, entram para o movimento por necessidade de sobrevivência, mas acabam conhecendo que a luta do MTD vai mais além e passam a se identificar com as propostas e fazer parte do MTD, ou como base ou como militantes (G., 2009).

Construir identidade na coletividade é um processo social de pertencimento é identificar-se na luta pelos problemas afins, sentir em si próprio as dores que afligem o outro e dividir e compartilhar o pouco que tem. Na fala de uma das assentadas (D. M.), natural do município de Itambé, percebe-se essa identidade quando ela declara que o Movimento foi o seu ponto de apoio e que aposta nas vitórias alcançadas para conseguir sustentar a família. Perguntada sobre a importância de morar no assentamento, reforça: “... eu estou com esses filhos pequenos e estou procurando uma melhora para eles, para o futuro deles”.

As entrevistas realizadas no assentamento possibilitaram o registro de vários depoimentos sobre a luta, a forma de organização e a identidade dos assentados com o Movimento, perpassando pelo acampamento até o assentamento, de maneira similar com aquilo que foi identificado por Mitidiero Jr. (2002, p. 57):

No aprendizado da luta, principalmente na fase do acampamento, eles aprendem a lidar com a justiça e com as leis, com a política local, com o INCRA, com o Estado e seus representantes, com os juizes do Supremo Tribunal Federal, com o Ministério Público, com os políticos, com os sindicatos etc. O acampamento passa a ser o espaço das reuniões e discussões políticas para definir o planejamento e a organização. No decorrer do tempo, os acampados começam a incorporar e reproduzir a forma de pensar e agir do Movimento (MITIDIERO JR., 2002, p. 57).

A falta de trabalho ou a possibilidade de acesso à moradia e a terra foram as principais causas que levaram os trabalhadores a aderirem ao Movimento, como descreve um dos assentados (D. E. S), natural de Itambé-Ba, município localizado no Sudoeste da Bahia.

Há dez anos residindo em Vitória da Conquista, este assentado trabalhou no meio rural em Itambé, na função de vaqueiro em diversas propriedades. Após fixar residência em Vitória da Conquista, no conjunto URBIS VI, trabalhou na construção civil. De acordo com ele: “era uma vida sofrida, lutando pra comprar o pão, pagar o aluguel, não tinha emprego fixo, sempre fazendo bico”. O senhor D. E. S. teve conhecimento do MTD por intermédio de pessoas que residiam próximas a sua casa, as quais contribuíram para a sua adesão ao Movimento. Hoje, como um dos Assentados, conquistou um pequeno terreno no assentamento. Atualmente revela que a sua vida é no assentamento: “a minha vida depois que eu saí da cidade é mais tranquila. Aqui eu saio pra fazer meus biquinhos, mas tenho aipim e as minhas galinhas; cuido da roça. Pra mim, melhorou bastante; aqui eu não pago aluguel. No que se refere à conquista da terra ele considera positivo, mas a maior dificuldade, para ele, ainda é a falta de recurso para investir na terra.

Outro assentado (D.), natural de Jequié-BA e há quase trinta anos residente em Vitória da Conquista, destaca que trabalhou na roça, em empresa privada e no Estado. Residia no bairro Renato Magalhães, localizado na periferia da cidade. Alega que conheceu o Movimento nas reuniões do bairro e o que o atraiu foi o pessoal que estava

acampado e a possibilidade de ter um pedaço de terra. A maior dificuldade enfrentada para o entrevistado, atualmente, é a falta de recursos, o que não possibilita aos assentados construir as casas e ampliar a pequena criação. Entretanto, reconhece que se não fosse a aposentadoria estava difícil ficar no Assentamento. A situação do Senhor. D. E é o espelho dos demais aposentados que estão no Assentamento. Para eles, mesmo recebendo a uma aposentadoria a dificuldade de se manter na terra é grande, pois a falta de recursos trava todos os projetos do assentamento.

Destarte, as entrevistas vão ajudando a configurar o perfil dos assentados, visto que, quanto mais afirmam suas histórias de vida no assentamento e fora dele, mais se observa o processo de exclusão social³⁵ sofrida por essas famílias, a ausência dos direitos básicos como moradia, educação, trabalho, saúde e lazer.

Esse processo é observado na fala de uma assentada (A. P. S.) natural do município de Itapetinga-Ba. Ela conhece o MTD há sete anos e teve o seu primeiro contato com o Movimento nas reuniões nos bairros. À época, residia no bairro Ibirapuera, mas tinha dificuldade financeira para manter a vida no bairro, pois era uma vida de sofrimento:

Tudo que agente quer tem que comprar. Você sabe que a vida na cidade é boa para quem tem dinheiro, pra quem não tem é uma vida difícil. Pra mim a vida no Ibirapuera não foi uma vida muito digna porque se você quer comprar uma cabeça de alho, você tem que ter dinheiro para comprar, se você quer comprar uma dúzia de banana, tem que ter dinheiro pra comprar... Eu acho uma vida muito mais difícil ... a vida na cidade (A. P. S., 2009).

A assentada descreve, ainda, que trabalhava como vendedora no centro da cidade em Vitória da Conquista, mas, quando morava em Itapetinga, trabalhava na roça, junto com o seu pai, mas a terra era arrendada. Com a doença do pai, não teve mais condição de trabalhar na fazenda, pois teve problema de saúde. Desta forma, a família dela saiu da terra. E ainda afirma: “a gente era muito pequeno, não dava conta da terra, aí a gente vê que o fazendeiro era mais pra explorar o trabalhador. Foi quando ele teve uma proposta para trabalhar de pedreiro e a gente foi trabalhar em casa de família; aí

³⁵ Exclusão social é um dos [neologismos](#) produzidos pela [ideologia neoliberal](#), que substitui a característica fundamental da sociedade capitalista – a divisão e dominação de classes – por uma de suas consequências: a exclusão de uma parte da força de trabalho das condições de reprodução que haviam sido apresentados pela ideologia liberal, e em particular sua versão socialdemocrata elaborada no [estágio intensivo do capitalismo](#), como 'direitos civis' (moradia, educação, saúde e lazer). Harloe, Michael (1979) "Marxismo, Estado e questão urbana" *Espaço & Debates* 28:80-100, 1989

agente começou a trabalhar e não voltou mais pra roça”. No assentamento, ela (A. P. S) mora com mais duas pessoas: o esposo e a filha. Quando perguntada sobre qual é a importância do MTD na sua vida, ela responde:

O MTD hoje é tudo pra minha vida, eu aprendi a ser independente, a não depender de pessoas que têm dinheiro, ou seja, do patrão, que o trabalhador só serve pra ser escravo dele, patrão. O trabalho na sociedade é mais pra ser um motivo de escravidão; ganhar pouco e trabalhar muito. O MTD foi uma coisa muito importante. Hoje eu tenho a minha roça, eu tenho uma banana pra comer, eu tenho pimenta, feijão etc.

Observa-se, na fala de A. P. S, uma visão crítica das relações de trabalho, entre patrão e empregado, marcado por uma infância sofrida, que presenciou e sentiu a exploração do trabalho. Fica implícita, no seu pensamento, a desvalorização do trabalhador no processo de produção. Quando afirma que “o trabalhador só serve para ser escravo do patrão” ressalta que aprendeu a ser independente, notando-se aí a incorporação da ideologia e dos objetivos do Movimento que luta contra a exploração e alienação da classe trabalhadora e pela garantia aos direitos básicos, dando dignidade aos trabalhadores.

Sobre as dificuldades encontradas no assentamento, a assentada ressalta que a moradia, a casa, é muito ruim, mas que isso ocorre:

[...] porque o governo não abriu mão de nada pra gente. A gente vai plantando aos pouquinhos e vai vivendo. Meu marido faz bico fora, eu ganho uma pensão de um salário, minha filha está aí desempregada. Já colocou currículo em meio mundo de lugar, aí eu falei: minha filha, vamos plantar, fazer horta, vamos fazer qualquer coisa aqui mesmo pra nós sobreviver.

Em outra entrevista, uma dos assentadas (J. M. A.), natural do município de Caraíbas-BA, relata que as relações de trabalho na roça foram um dos motivos da migração de sua família para Vitória da Conquista. Desde oito anos de idade, trabalhava no cabo da enxada:

Aí, mamãe ficou viúva e entrou um tempo de fome em Caraíbas. A gente trabalhava de meia na roça dos outros. O fazendeiro dava a roça sem nada, aí agente trabalhava. Quando colhia o mantimento a metade era da gente a outra era do fazendeiro. Foi quando eu casei e fui embora pra Vitória da Conquista.

Ela descreve, ainda, que o trabalho na roça não era mais suficiente para manter a família e conta como conheceu o MTD:

Quando o pessoal passou lá em casa, perguntando se a gente queria ser sem terra, eu aceitei. Passei chuva, frio, sol de baixo da lona. Hoje eu vivo com quatro netos e dois filhos e o marido no assentamento. A gente sobrevive com a plantação da gente: aipim, banana, abacate, galinha e porco e a aposentadoria do meu marido.

A principal dificuldade para ela é ter que criar os netos, por que a filha separou, e o pai dos meninos não quer ficar com eles: “a nossa renda é pouca fica muito apertada”. J. M. A. descreve as relações de trabalho presentes naqueles que não possuem a terra para trabalhar. Como meeiros, os trabalhadores são duplamente explorados: depois do trabalho realizado, o dono da terra, além de se apropriar a metade da produção, o terreno é deixado pronto para a realização de novos cultivos.

O Assentado L. S, natural do município de Itabuna-BA, no Sul do Estado, morando há quarenta anos em Vitória da Conquista, destaca que veio para o Movimento porque não aguentava mais a vida na cidade. Estava muito doente, morava na URBIS VI, tinha casa, mas não era feliz: “a vida aqui tá bom, o maior problema é a falta de recurso”.

Diferente dos relatos apresentados, L. S, é o único que tinha uma casa própria, mas ele não se identificava com a cidade. Em uma conversa mais informal, descreveu que o sonho dele era voltar para a roça, trabalhar na terra, mas a condição financeira não permitiu. Foi quando conheceu o MTD nas reuniões nos bairros “aí começou a minha caminhada junto ao Movimento”.

No contexto das entrevistas realizadas, quanto perguntados sobre quais foram os motivos deles participarem do Movimento, eles descreveram que não tinham mais condição de permanecerem na cidade, pois o aluguel estava muito caro e sem trabalho estava ficando cada vez pior. Sobre as dificuldades de se manterem no assentamento, assim como os outros, falaram que a falta de recursos é um dos principais problemas para manter a roça, “por isso agente não fica o tempo todo aqui”. Quando solicitados a comparar a vida no assentamento com a vida que eles tinham na cidade, dizem que “aqui é bem melhor, a gente não paga aluguel, planta milho, feijão e mandioca”.

As entrevistas com os assentados permitiram fazer alguns análises. Nota-se dentre eles um alto interesse na vida no Assentamento. Mesmo vivendo com dificuldades, estão felizes por não terem que pagar mais aluguel e estarem morando no

que é seu. Atualmente, a sua autoestima está mais alta por estarem trabalhando e cultivando a terra.

Menezes (2008) observou que, entre os anos de 2007 e 2008, eram quatro as preocupações centrais dos moradores do Zumbi dos Palmares. Na época, a área ainda não era classificada como um assentamento e sim como um pré-assentamento. As preocupações eram: a falta de água encanada, luz, recursos financeiros e uma moradia melhor. Após a pressão do Movimento, a água e a energia elétrica foram instaladas. A energia elétrica passou a ser alvo das reclamações dos assentados, porque a tarifa não está sendo inserida como tarifa social; e o valor pago é considerado alto pelos entrevistados. O Movimento reivindica da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) a mudança do padrão de cobrança da tarifa. Esse mesmo processo vem ocorrendo com o abastecimento de água.

Entretanto, todos ressaltam que atualmente recebem ajuda do poder público (apoio técnico) e do movimento (sementes), para cuidar do lote e manter a agricultura na forma familiar, com o plantio de feijão, mandioca e milho. É pertinente observar a importância da aposentaria rural como a principal fonte de renda de várias famílias dos assentados.

Ao mesmo tempo em que as pessoas destilam com o tom reivindicatório dos problemas existentes no assentamento, elas ressaltam a importância da terra para o desenvolvimento familiar do assentado e o impacto que a posse dessa terra provocou em suas histórias de vida. Nesse sentido, de acordo com os relatos dos entrevistados do assentamento Zumbi dos Palmares, a falta de recursos e infraestrutura são os principais problemas para os assentados, visto que os projetos existem, mas não há recursos financeiros disponíveis para a implementação das atividades. Essa situação pode melhorar com a regularização da área pelo INCRA, pois alguns projetos que foram enviados para captação de verbas foram aprovados, recentemente.

2.2 O MTD: Espacialização e Territorialização em Vitória da Conquista da Bahia

As ações do MTD³⁶ avançam em nove estados do Brasil. Na Bahia, está presente nos municípios de Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Simões Filho e

³⁶ Nota do primeiro seminário nacional do MTD, São Paulo de 16 a 19 de novembro de 2004

Vitória da Conquista, com uma proposta de assentamento para trabalhadores desenraizados da vida rural e que não querem mais viver na cidade.

A proposta consta de assentamento no entorno das grandes cidades, com a distribuição de lotes de, no mínimo, 0.5 hectares por família, onde as pessoas efetivamente possam recriar uma comunidade na forma de “agrovila”, com espaços para construção de residências para as famílias. Nesse sentido, o MTD busca nesse modelo de assentamento garantir a reprodução da vida dos assentados por meio do processo de plantio e de apoio institucional.

A proximidade com os grandes centros urbanos pode assegurar às pessoas que seus biscates ou trabalhos urbanos sejam desenvolvidos, garantido, assim, reserva de áreas dentro do assentamento para a implementação de projetos de vínculo urbano, como metalúrgicas, olarias, padarias etc. De acordo com os coordenadores, o MTD ressalta o papel restaurador desse modelo de assentamento, uma vez que a periferia desmonta o sentido de relação das pessoas com a natureza, com o meio ambiente e isso dificulta a recuperação de valores morais, princípios de convivência coletiva e práticas de desenvolvimento sustentável. De acordo com G.:

[...] existe uma grande massa de desempregados que não consegue se manter nos subempregos e empregos que são muitas vezes temporários e rotativos. Nesse sentido, trabalhamos os assentamentos rururbanos como alternativa de moradia e geração de trabalho e renda no entorno das cidades, onde se pode mesclar atividades agrícolas com atividades não agrícolas (G., 2009).

Os assentamentos rururbanos tornam-se estratégico, tendo em vista que as famílias assentadas moravam na periferia de Vitória da Conquista desde década 1970. Para muitas dessas famílias, voltar para o campo significa retomar alguns valores que têm nas memórias de quando de lá saíram. Na vida urbana, os trabalhadores incorporam novas relações sociais e romper esses valores não é algo fácil, criam-se laços familiares e de amigos que são fortalecidos no cotidiano. Nesse sentido, os assentamentos rururbanos são estratégicos porque não rompem com esses laços sociais, por estarem perto dos lugares de origem das famílias.

Quando decide pela ocupação, o MTD estabelece a área, dando preferência às áreas públicas ou áreas privadas, cujos proprietários sejam sonegadores ou que sejam inadimplentes de tributos e que esteja a propriedade em estado de abandono, ou seja, sem cumprir uma função social. Outro aspecto observado pelo movimento é a

acessibilidade que se tem para alcançar os benefícios oferecidos pelas cidades, por isso muitas vezes essas áreas se encontram às margens das rodovias. Caracterizadas como rururbanas, as áreas ocupadas pelo MTD, próximas às cidades, devem possuir solo cultivável e possibilidade de acesso à água potável. Para Barros (1999):

La idea de espacio rururbano puede asociarse a la de continuo rural urbano [...]. Desde el punto de vista del análisis territorial, se han intentado establecer diferentes categorías dentro de este continuo que permitiesen ubicar, en un extremo, al espacio claramente urbano y en el otro al espacio indudablemente rural. Una de las formulaciones más recientes [...] es la de García Ramón, Tulla i Pujol y Valdovinos Perdices; en ella aparecen seis categorías: el espacio urbano propiamente dicho, el espacio periurbano o áreas urbanas discontinuas, el espacio semiurbano (con alternancia de usos), el espacio semirural urbanizado, el espacio rural dominado por la actividad agraria pero con algunas influencias urbanas como por ejemplo las derivadas de la descentralización industrial y, por último, el espacio rural "marginal" [...] y del espacio semirural urbanizado, donde aparecen áreas urbanas pero donde también aún continúan siendo muy importantes las actividades agrícolas. Según los autores citados, el tercer y cuarto círculos representan el ejemplo más evidente de espacio rururbano. Al respecto, P. Claval afirma que: En estos sectores el campo subsiste y los paisajes guardan a menudo el encanto de lo rural, pero las formas de vida son predominantemente urbanas: nos encontramos pues, en la ciudad dispersa, dentro del medio "rururbano", que cada vez se interpone más a menudo entre los centros urbanos y las zonas acusadamente rurales (BARROS, 1999).

Nesse sentido, a territorialização do MTD estaria, conforme Barros (1999), identificada como uma territorialização rururbana, assim como são identificadas pelas suas lideranças, visto que essas áreas estão localizadas entre centros urbanos e áreas rurais. Entretanto, ainda que possam ser associadas ao conceito de área rururbana, a territorialização resultante da ação do Movimento, em Vitória da Conquista, ainda mantém características da vida nas áreas rurais. Os assentados apontaram, principalmente, o vínculo com a terra e o prazer em implementar práticas de produção de alimentos em pequenas lavouras.

Quanto se verifica qual a atividade desenvolvida, nota-se que as pessoas estão cultivando a terra, fazendo plantações e a terra está sendo utilizada de forma diversificada, com uma variedade de plantações, como maracujá, mandioca, banana, urucum, café etc., conforme Figura 19.



Foto: Hilário José Menezes, 2010.

Figura 195 – Plantação de frutas localizada no Assentamento Zumbi dos Palmares, Vitória da Conquista-BA

Na luta pela terra é importante destacar a visão dos líderes estaduais, sobre a importância do território para o MTD. Para os mesmos, o território significa a possibilidade do exercício da democracia direta, ou seja, da constituição do poder popular. Espaços sem patrões, nem empregados, onde todo poder é do povo, que o exerce por meio de discussões e decisões coletivas em assembleias e reuniões de núcleos de familiares.

Nesse sentido, o território para o MTD está próximo do que afirma Raffestin (1993, p. 158-160), pois, para ele, o território adquire um valor bem particular, uma vez que reflete a multidimensionalidade do “vivido territorial” pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivent”, ao mesmo tempo, os processos territoriais e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

Para o MTD, o que o diferencia de outros movimentos sociais é que ele se propõe a constituir um movimento urbano e de massas capaz de se enraizar nas periferias das principais cidades de cada estado e organizar os trabalhadores desempregados urbanos. Ainda de acordo com as lideranças do movimento,

entrevistadas para esta pesquisa, há um grande vazio organizativo por parte da esquerda para esse setor.

Por isso, no contexto atual, o MTD tem desafios para desenvolver seu projeto político. Primeiro precisa constituir nacionalmente como um grande movimento de massa, capaz de representar os anseios dos trabalhadores desempregados e subempregados amontoados nas periferias das grandes e médias cidades do Brasil, que não tem voz nem vez, de modo que, por meio da organização e da luta de massas, possam conquistar condições de vida digna para todos os trabalhadores, mesmo que para isso seja necessário forjar mudanças estruturais na sociedade brasileira.

De acordo com o MTD, essa luta é pautada dentro de um projeto popular e uma construção coletiva permanente da classe trabalhadora de um projeto para si, de cunho popular, anti-imperialista e socialista, em uma construção de longo prazo. O MTD atua preferencialmente nas médias e grandes cidades brasileiras, pelo fato de nelas se concentrar o maior número de trabalhadores desempregados, visto que cerca de 80% da população vivem na cidade.

A espacialização do MTD na Bahia gerou alguns conflitos internos, como afirma algumas de suas lideranças. A necessidade de ampliação das ações do Movimento além do município de Vitória da Conquista gerou uma crise interna entre as lideranças locais. Um grupo acreditava que primeiro o MTD deveria se fortalecer localmente para depois sair em busca de outros espaços, contudo a maioria entendeu que era necessário realizar a espacialização das ações do Movimento e territorializar outros espaços na Bahia. A inserção de líderes locais na tarefa de expandir o Movimento provocou a saída de alguns militantes e o surgimento de alguns problemas de ordem administrativa dada à complexidade e falta de experiência de quem ficou na organização das ações do Movimento.

Alguns desses atores³⁷ não fazem mais parte do Movimento e argumentam que saíram do processo porque não concordavam que o Movimento saísse de Vitória da Conquista para conquistar outros espaços, ou seja, a sua espacialização em Salvador iria enfraquecer o Movimento localmente. Mas, para uma dessas lideranças³⁸, houve perdas e ganhos com a saída de algumas lideranças, para Salvador. Neste contexto, o mesmo diz que:

³⁷ Ex-militante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados de Vitória da Conquista. Participou da formação do Movimento e saiu em 2003.

³⁸ Militante e uma das lideranças do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Fui uma das pessoas que se deslocou para Salvador, para formar o Movimento lá. Eu acho que todo processo tem suas perdas e seus ganhos. Eu acho que a gente perdeu, mas ganhou muito, também. Se for olhar por este ponto de vista, eu acho que era o momento. Talvez não era o momento de quem tinha medo. Eu também tenho medo, a gente cai muito nesta ideia, por exemplo, quando agente constitui um Movimento... Claro de tem áreas que agente chama de setores, setores de frente de massa e formação. Tem as pessoas que fazem a educação, toca, não precisa de todo mundo. Tem pessoas específicas de cada setor. O de frente de massa, que é o trabalho de base, a gente manda para Salvador a pessoa da educação. Eu vou ficar com medo, como é que vai ficar aqui! Se só aquela pessoa sabe de todo o processo da educação, isso é que faz que a gente tenha esses medos. A gente perdeu a pessoa da educação, saiu deixou nas mãos de pessoas que não estava apta a formação de todo o processo da educação. Aí vai enfraquecer mesmo. No período, foi o caso dos militantes. E no processo de ocupação, em Salvador, foram quatro militantes. Aí quem ficou sentiu meio desamparado. No ponto de vista do Movimento crescer agente vai crescer (O. S. A, 2009).

Ele reconhece que o Movimento teve perdas, mas conseguiu avançar em outros lugares na Bahia, o que valeu à pena, porque houve um crescimento do MTD no Estado. Essa liderança ressalta que o projeto do MTD é pautado em uma construção coletiva dos trabalhadores desempregados do país nos seus grandes centros.

Na busca de se organizar, o MTD realizou seminário nacional em 2004³⁹ que teve como proposta básica criar um programa federal, em que os núcleos de desempregados organizados prestariam um trabalho direto ao poder público ou para a comunidade (recuperar escolas, praças públicas, postos de saúde, limpeza de córregos, riachos poluídos), ao longo da semana. A proposta era de 3 dias de trabalhos laborais; 1 dia para a qualificação dos trabalhadores; e 1 dia para resgate de valores sociais e humanos. Quanto a remuneração dos trabalhadores, a luta era por um salário digno, mais uma cesta básica, sendo os custos divididos pelos três poderes, ou seja, 10% seriam de responsabilidade do Município, 40% do Estado e 50% da União. O MTD entende que o trabalho na sociedade contemporânea ocupa um papel central.

Hoje, o trabalho orienta nossas vidas. Os horários que acordam e dormem [...] Criou-se um valor simbólico, pois quem não trabalhava há algumas décadas atrás em nosso país eram os vadios, gente que não queria nada, isto ficou muito forte, pois na prática havia um crescimento na indústria de base produtiva e apesar de todos os problemas políticos havia crescimento na economia. Portanto, hoje, mesmo o país mergulhado nesta profunda crise econômica, no imaginário dos trabalhadores ainda permanece esta ideia de que quem não trabalha é porque não busca serviço.

³⁹ Primeiro seminário nacional do MTD, realizado em São Paulo de 16 a 19 de novembro de 2004.

Para o MTD, aqueles que não conseguem garantir o serviço no quadro sociopolítico se identificam como pessoas incompetentes, que não estudaram e, portanto, são rotuladas de culpadas ou incapazes pela situação. Diante desse quadro, alguns procuram na criatividade e mesmo na precariedade desenvolverem seus potenciais com capacidade transformadora. Porém isso não seria suficiente no universo das necessidades dos trabalhadores. O desemprego não é um problema individual, ele é um problema do modelo econômico adotado pelo Brasil e em todo mundo, dessa maneira, o MTD argumenta; que as frentes de trabalho têm uma força recuperadora. Elas atuam na autoestima do trabalhador desempregado, pois, ainda que seja por um tempo determinado, poderá permitir incorporar alguns conceitos, e fazer o trabalhador reconhecer que ele não resolverá seus problemas individualmente, mas outras que estão na mesma situação socioeconômica na mesma situação e poderá haver uma aglutinação de forças, que faça com que o trabalhador sinta estimulado em participar de um processo de luta, em um movimento social concreto. O MTD propõe um método que pressupõe o início de um processo no qual o eixo no trabalho desenvolve um conjunto de situações:

A primeira questão é que as frentes de trabalhos abordam o problema de forma coletiva, não trata a questão da sua individualidade, pois desta maneira seria impossível de resolver, nesse sentido trabalha-se o conceito de coletividade, de união e cooperação. Em segundo lugar, o trabalho está no sentido de desempenha tarefas que venham a melhorar as condições de vida, dando uma melhor infraestrutura no local de morada destas pessoas envolvidas na frente de trabalho. As tarefas são desde limpeza de arroios, concertarem os postos de saúde, escolas, praças da comunidade, as ruas, os esgotos e também as próprias casas dos trabalhadores (MTD, 2008).

Para o MTD, um processo inicial de um ano e seis meses significa um tempo muito importante na conscientização coletiva dos trabalhadores sobre a importância de uma organização permanente, ou seja, quando as frentes de trabalho acabarem, ocorrerá a formação de um novo acampamento de trabalhadores desempregados, visando ao assentamento rururbano, como uma forma de estabelecer um novo “espaço vivência” com o desenvolvimento das atividades econômicas. Essa forma de trabalho traria benefícios tanto para o Movimento, pois se trata de uma nova forma de fazer política, deixando o paternalismo e o assistencialismo como aspectos secundários.

2.3 A mobilidade dos trabalhadores desempregados: o exemplo do MTD em Vitória da Conquista – BA

Explicar a mobilidade dos trabalhadores desempregados, tendo como categoria de estudo o trabalho, remete ao entendimento do conceito. Para Antunes (2005) e Thomas Jr. (2003-2004), deve-se ampliar a visão de conceito de classe trabalhadora saído da clássica morfologia de que são trabalhadores somente aqueles que estão incorporados ao mundo do trabalho formal. Antunes escreve que:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora deve incluir também todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial e dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorporando o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part-time*, o novo proletário dos McDonalds, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal” – que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital -, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exercício industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 2005, p.60).

O entendimento de classe trabalhadora apresentado mostra que, no mundo contemporâneo, as novas formas de trabalho devem ser incorporadas na categoria trabalho, ou seja, todos aqueles que estão na informalidade do trabalho, advindos da reestruturação do modo capitalista de produção. Antunes acredita que:

[...] a classe trabalhadora, hoje também incorpora o proletariado rural que vende a sua força de trabalho para o capital -, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados (ANTUNES, 2005, p.82).

Compreende-se como classe trabalhadora, conforme Antunes (2005, p. 82):

De modo ampliado, o conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, são os assalariados e desprovidos dos meios de produção, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação

produtiva global e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.

A tese central de Antunes (2005) é a de que, se a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente nos séculos XIX ou da segunda revolução industrial, ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante.

Moreira (2003, p. 42) compreende o trabalho em uma relação sociometabólica entre o homem-sociedade e aquilo que a nossa cultura, a partir do renascimento, vai designando por natureza, ou seja, a relação metabólica entre o homem e o meio, o homem e a natureza. Nessa relação, Moreira (2003) acredita que o homem vai interagindo com o mundo no qual vai sendo modificado por ele constantemente. Nessa abordagem, o autor mostra outra leitura da categoria trabalho, diferenciada de Antunes e Thomaz Jr., que procura trabalhar o conceito à luz da reestruturação do modo capitalista de produção e os seus rebatimentos na classe trabalhadora.

Neste contexto, Moreira (2003, p.42) afirma que existe outro modo de perceber o conceito de trabalho, “é vê-lo como processo, também, mas um processo mediante o qual o homem realiza o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade.” Formula-se assim, para Moreira, a ideia sobre o trabalho na Geografia, em dois planos: o plano da relação própria do metabolismo homem-meio e o plano do que os sociólogos têm chamado de espaços do trabalho. Nesse entendimento, o conceito de trabalho é visto com base em temas como: a regulação fordista, produção fordista, produção flexível e trabalho flexível. Nessa segunda escala da leitura sobre trabalho, o autor concebe o trabalho na mesma perspectiva de Antunes e Thomaz Jr, tendo como suporte configurações do tipo chão da fábrica, estabelecendo uma leitura de trabalho no espaço da fábrica interligado ao modo de produção.

Esse processo permanente da reestruturação do modo de produção capitalista rebate na classe trabalhadora. As transformações intensificaram o desemprego estrutural e também a crescente precarização das condições de trabalho, devido à flexibilização das leis trabalhista. Para Santos (2006, p. 8):

Com as flexibilizações das leis do mercado de trabalho, a força de trabalho se torna mais barata, pois se utiliza de trabalhadores contratados temporariamente e precariamente, os quais, num período de crescimento da economia, são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para, num momento de

recessão, voltarem a condições de desempregados. Assim com o desemprego estrutural, fica mais difícil tais trabalhadores voltarem a ter empregos estáveis.

Dessa forma, o autor acredita que o desemprego avança na acumulação flexível. Resta aos trabalhadores procurarem outras formas de sobrevivência. Uns se enquadram no mercado informal, outros em empregos parciais e precários. Neste contexto, o MTD entende que o processo de reestruturação do modo de produção aumenta ainda mais o desemprego estrutural. Levando em conta que o movimento surgiu nesse período, um dos líderes do MTD analisa que:

O debate se insere dentro de uma discussão internacional centrada no processo de reorganização do trabalho, uma tese que vem se construindo através de crises cíclicas do capitalismo, como se está sendo vivenciado agora, desde o fim do último semestre de 2008, se perdurando até o corrente ano. Essa crise do capital é chamada por muitos de subprime. Nós, do MTD, demos uma grande investida no capital sobre o trabalho. Os debates sociais ultrapassam a cultura popular, a respeito de uma organização a nível nacional que pudesse construir bases urbanas. Por meio dessa discussão e da investida do capital sobre o trabalho, ou seja, a flexibilização trabalhista, precariedade do trabalho, baixos salários e o grande índice de desemprego, fez-se necessária a construção de um Movimento eminentemente urbano que pudesse contribuir para a formação da classe trabalhadora.

Significa afirmar que os trabalhadores desempregados são resultado de uma mudança global do capitalismo, em que a reestruturação produtiva exclui do mercado de trabalho um enorme número de trabalhadores, que dificilmente vão retomar ao mercado de trabalho formal. Muitos desses trabalhadores estão nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras, despossuídos de qualquer bem de produção. Nesse contexto, surgem os diferentes movimentos sociais de ações coletivas na tentativa de se construir uma alternativa para os trabalhadores desempregados.

Conforme Thomaz Jr. (2003, p. 83), “é fato que a reestruturação do capital também chegou ao campo e junto com ela o aguçamento das contradições que redefinem amplamente a dinâmica da gestão societária do capital sobre a o trabalho e da sociedade em geral.” Para ele, a reestruturação do capital, ao chegar ao campo, faz surgir novas territorialidades, contendo os diferentes sentidos para o trabalho, tais como, a pluriatividade; as movimentações por melhores salários e condições de trabalho. Thomaz Jr. (2003), assim como Antunes (2005), procura compreender a classe

trabalhadora no seu sentido mais amplo, saindo da clássica classificação de trabalhador de carteira assinada.

Antunes (2005) desenvolve as suas análises em uma perspectiva do proletário urbano e sobre as consequências das mudanças no mundo do trabalho para essa classe, denominada pelo autor como classe que vive do trabalho.

Thomaz Jr. (2003, p. 84) procura trabalhar a relação campo cidade “[...] como parte do processo expropriatório e de dominação do capital que até hoje (re)definem os fluxos migratórios cidade – campo”. Nesse sentido, as ocupações e a luta pela terra e as consequenciais advindas dos rearranjos provocados pelo metabolismo do capital implicam diretamente as elevadas taxas de desempregado e de precarização das condições sociais do trabalho. Para o autor, a luta pela reforma agrária deve elevar os trabalhadores rurais e urbanos, porque o retorno a terra, sob a condição de produtor de bens para subsistência ou mesmo na condição de ocupantes, é a única alternativa para a ressocialização, não só para os trabalhadores egressos do campo, mas também o crescente número de trabalhadores urbanos que se lançam ao caminho de volta ao campo, em muitos casos, já na 3ª ou 4ª geração, integrantes de famílias camponesas desterradas e expulsas da terra nos anos 1970.

A mobilidade vivenciada por esses trabalhadores, que saíram do campo e foram para a cidade, está dentro do processo das mudanças da reestruturação produtiva do capital. No Brasil, ficam evidentes as mudanças ocorridas nas relações econômicas que, até então, estavam concentradas nas atividades agrícolas, até o início do século XX, quando se intensificaram as políticas voltadas para o urbano, configurando, assim, uma nova organização espacial via metropolização, tendo a industrialização como marco desse processo.

A cidade poderia ser a expressão coletiva emancipada e desejável, decorrente de um significado. Aborda Rocha (2007), porém, que isso se reproduz com base na acumulação capitalista decorrente do desenvolvimento desigual e combinado, o que, por sua vez, resulta na produção da periferia. A periferia reflete o desenvolvimento desigual e a exclusão por parte daqueles que não têm acesso, contraditoriamente, àquilo que eles produzem. Assim, o autor entende que:

A cidade que incute a esperança no imaginário da força de trabalho lhe proporciona as mazelas e o “prazer” de habitar um dos símbolos do capitalismo (a cidade caótica e atraente), mesmo para aquele que mora na periferia carente. Na conformação dos espaços, estes são

regidos pelo modo de produção capitalista, a partir de suas novas formas. A população, por sua vez, conforma-se com as leis de acumulação de capital, embora isso não deixe de ser uma estratégia de vida. Nesse sentido, os espaços periféricos devem ser vistos como resultado de um processo de produção do espaço urbano, e também como reflexo da sustentabilidade da nova estrutura laboral flexível que viabiliza a nova lógica do capital (ROCHA, 2007, p. 1).

Os espaços periféricos são resultados do avanço do modo de produção capitalista. O MTD organiza trabalhadores desempregados da periferia, mostrando para a sociedade o outro lado do capitalismo; a existência de trabalhadores precarizados e empobrecidos, excluídos do mercado formal de trabalho.

Para Singer (1976, p. 32), “o processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversidade maior de produção, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho”. No Brasil, essa divisão social do trabalho ganhou força justamente quando modo de produção capitalista avançou nos espaços urbano e rural. A mecanização da agricultura é um exemplo disso, nas décadas de 1970 e 1980, pois promoveu intensamente o êxodo rural, ocasionando uma grande mobilidade de trabalhadores do campo para os médios e grandes centros urbanos, aguçados pelo surgimento de novas regiões que se industrializam no país.

Singer (1976, p. 34) observou ainda que “a industrialização em moldes capitalista está longe de ser um processo espontâneo, promovido exclusivamente pelo espírito de iniciativas de inovadores.” Para ele, a industrialização “só se torna possível mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação do capital e, do outro, encaminhar o excedente acumulável”. Assim, à medida em o governo cria as condições necessárias, como infraestrutura, redução de impostos, mão de obra barata, elas vão sendo atraídas. Para Singer (1976, p. 35), tudo isso favorece a concentração do capital, pois as medidas institucionais debilitam as atividades não favorecidas.

A urbanização brasileira intensificou-se na segunda metade do século XX, devido à industrialização e à modernização das atividades agrárias. De acordo com IBGE (2010), em 1940, apenas 31% dos brasileiros moravam nas cidades contra 69% no rural. Em 1980, a situação inverteu-se: 67,5% estavam vivendo em cidades, e apenas 32,5% na área rural. No entendimento de Davidovich (2000, p. 147), em meados da década 1960, o poder público passou a intervir na organização do espaço brasileiro. Com base em um projeto desenvolvimentista, tinha como objetivos a integração

nacional, a modernização do território e o desenvolvimento da economia capitalista. Nesse sentido, era necessário expandir a indústria e construir uma sociedade de consumo predominantemente urbana.

Nesse contexto, Davidovich (2000, p. 147) observa que foram implementadas políticas espaciais voltadas para a urbanização, como estratégia de desenvolvimento do território e, com a implantação de hidrelétricas, portos, aeroportos, dutos, canais e grandes projetos industriais, apoiados em financiamento externo, as expansões das redes de energia, estradas e comunicações foram meios para eliminar barreiras para a circulação do capital. A indústria automobilística teve, então, o seu expoente. Essas mudanças econômicas encontraram no governo de Juscelino Kubitschek o suporte necessário. O Brasil passou a viver o chamado “milagre econômico” que atraiu o capital estrangeiro, devido à política de abertura econômica incentivada pelo governo. Nesse sentido, as mudanças ocorridas na economia brasileira visaram criar as condições necessárias para que o modo de produção capitalista pudesse se instalar.

Na visão de Conceição (2007), em estudo realizado no Estado de Sergipe, sobre a mobilidade dos jovens nas áreas da microrregião do Sertão Sergipano:

[...] a dinâmica das relações de produção do Brasil, na inserção da mundialização do capital e conseqüentemente na reconfiguração da geopolítica mundial, as Políticas Públicas se inscrevem no campo mascarando os reordenamentos das configurações da divisão social e territorial do trabalho sob o discurso dos novos paradigmas da modernização tecnológica como reguladores do espaço através das relações de trabalho, tendo como propósito uma nova reestruturação produtiva (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78).

O resultado das políticas econômicas, com o discurso ideológico capitalista e com o aval do Estado brasileiro para a introdução do Brasil no mercado mundial sobre o lema da modernização, fez com que ocorresse uma configuração regional do trabalho, transformando, assim:

A estrutura regional centro-periferia tornando o país urbano. Isto se deu com um intenso processo de metropolização reproduzindo as desigualdades sociais em níveis locais e sub-regionais. Associada a ideologia desenvolvimentista que se sustentava na metropolização houve uma forte divulgação do mito da urbanização como modelo de desenvolvimento. As grandes cidades passaram a ser focos de concentrações populacionais em guetos, que passaram a reunir centenas e milhares de humanos, na sua grande maioria migrantes, pequenos produtores expulsos do campo frente à modernização agrícola (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78-79).

A autora procura compreender as mudanças de ordem econômica, por meio do próprio discurso ideológico capitalista. Ideologicamente, a cidade passa a ser o lugar onde os seus sonhos serão contemplados. A cidade é vista como possibilidade de realização da classe trabalhadora.

Todavia, por trás desse processo de desenvolvimento, ocorre a mobilidade da classe trabalhadora brasileira, que tem como função servir de mão de obra barata nas indústrias do Sudeste. Mais especificamente, a partir da década de 1960, no Brasil, quando Juscelino Kubitschek, então presidente, de 1956 a 1961, criou as condições necessárias para a abertura da economia ao capital internacional, a abertura econômica proporcionou a chegada de investimento no setor industrial, levando assim o desenvolvimento de algumas cidades da região Sudeste.

O resultado disso foi um grande êxodo rural do Nordeste para o Sudeste do país, em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades do Sudeste. Esse processo estendeu-se com força durante as décadas de 1970 e 1980. Como essas cidades não ofereciam condições adequadas para essa demanda de trabalhadores que chegava, ocorreu de forma muito rápida hipertrofia urbana. Nesse contexto, Conceição afirma que:

Do seu local de origem seguindo a trilha do capital, a classe trabalhadora é também expulsa do urbano nas áreas de valorização do solo. Sem condições mínimas de moradia lhe é reservado, por apropriação e luta, áreas sem valorização fundiária, desprovidas dos serviços necessários para a reprodução da vida. Distante da relação do poder de demanda a classe pobre produz o espaço da favela que revela o contraste do urbano a partir de uma paisagem/local marcada pela materialização dos “barracos da miséria”. É no movimento de ocupação/expulsão/ocupação pelas diferentes classes sociais que se produz o urbano e o seu espaço da miséria (CONCEIÇÃO, 2007, p.79).

As consequências sociais ocasionadas nas grandes e médias cidades brasileiras estão ligadas à falta de infraestrutura e planejamento e a valorização do solo urbano, fazendo surgir, assim, uma periferia rotulada de violenta. Esses espaços são chamados por Conceição (2007, p. 79) de “espaço da pobreza e da miséria” e “está destinado aos migrantes vindo do campo”. Ela entende que “a expansão capitalista no campo significou a garantia da acumulação capitalista monopolista mundial sob o controle do Banco Mundial”. Para o autor (2007), os objetivos dessas políticas eram os programas

direcionados para o desenvolvimento regional, voltados para as áreas rurais, ou seja, instalação e expansão da agroindústria.

Nesse caminho, as desigualdades regionais no Brasil se aprofundaram com o avanço do modo de produção capitalista, contribuindo para a mobilidade dos trabalhadores. Conceição (2007) entende que o Estado se utiliza de um discurso velado da submissão ao capital, pois o mesmo cria as condições necessárias da crescente mobilidade do trabalho. O discurso da modernização do campo, ao tempo em que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida.

Conceição (2007) analisa que, em decorrência da perda da capacidade de produzir dos camponeses, eles se tornam subordinados ao capital. Os camponeses ficam livres para migrar, porque a perda da terra tira deles, de uma só vez, unidade familiar de produção e a sua capacidade de reprodução social, enquanto classe social que é. Nessa perspectiva, sobre a mobilidade da classe trabalhadora, ao analisar as dinâmicas das migrações internas e os fatores das imigrações dos países pobres e não pobres, das populações mexicanas nos Estados Unidos, os Bolivianos no Brasil, os brasileiros no Japão, Martins acredita que:

A dinâmica das migrações internas se apoia nos mesmos fatores das imigrações: desemprego, subemprego, falta de oportunidades de trabalho, excedentes populacionais crescente, pobreza crescente associada à competição pelas oportunidades de emprego cada vez mais rara ou cada vez piores, expectativas crescente de consumo, dificuldades para compatibilizar trabalho e nível de vida (MARTINS, 2002, p.139-140).

Nessa direção, Martins (2002) procura compreender que o migrante é vítima, pois é submetido às precárias condições de vida, devido “às contradições da concentração fundiária e da importância anômala que nesse capitalismo periférico tem a renda da terra, a especulação com o preço da terra, as tendências à concentração da propriedade fundiária.”. Na prática, a concentração da terra não está só relacionada ao desenvolvimento tecnológico da agricultura, que expulsa as populações camponesas da terra. A concentração fundiária, a conversão de áreas agrícolas em pastagem ou transformação da terra em reserva de valor e sua interdição à ocupação ou aquisição por parte dos migrantes que chegam de outras regiões têm representado uma pressão no

sentido de gerar grandes contingentes de pessoas inadaptadas aos desafios da vida urbana. Sendo assim, Martins (2002) compreende que as migrações internas não podem ficar restritas só aos estudos demográficos e econômicos a respeito dos dados de natureza estatística. Conforme o autor (2002), além dos números, estão os dramas das famílias que são obrigadas a fragmentar, com a saída dos seus membros que buscam oportunidades de trabalho. Para Martins, o problema não está só na fratura da família:

[...] que se divide temporariamente, marcada, tanto na área de saída quanto na área de chegada, pela figura do ausente. A presença humana que se constitui em referência desses migrantes é quase sempre o ausente, o que se foi ou ainda não chegou. Mas, quem parte é um, quem volta é outro. Retornam parcialmente ressocializados na sociabilidade marginal urbana, dos excluídos, dos sem-lugar, sem-teto, sem família. Ressocializados pela vida solta, fora dos mecanismos de controle social da comunidade e dos parentes, na suposta e falsa liberdade do ir e vir. Voltam com outra mentalidade, outros gostos, outras vontades, não raro outra visão de mundo, outra moral, outra religião. A escala de valores de referenciais fica alterada, até profundamente, na recusa parcial ou total do modo de vida da sociedade de origem (MARTINS, 2002, p. 143).

Nessa perspectiva, Conceição (2007) e Martins (2002) buscam não só entender a mobilidade dos trabalhadores brasileiros, analisam também o resultado de políticas que contribuíram para a saída dos trabalhadores do campo para cidade, fazendo a discussão sobre o tripé Estado, Capital e Mercado. No entendimento de Martins (2002), “o discurso da modernização do campo, ao tempo em que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade familiar de produção”. Desta forma, o autor entende que o “desenvolvimento tecnológico da agricultura tem contribuído para a expulsão de populações camponesas da terra”. As mudanças sofridas no campo geram contraditoriamente, “o desenvolvimento desigual e combinado”. Essa teoria é a base da teoria da revolução permanente formulada pelo revolucionário marxista russo León Trotsky e é a mesma utilizada no entendimento da questão agrícola brasileira, para alguns autores.

O problema da migração visto por Martins (2002, p.143-144) também é uma questão cultural. Uma nova sociabilidade é constituída pelos migrantes nas grandes cidades, caracterizada “pela pobreza e até pela miséria”, formadas por “grupos culturalmente diferentes, costumes, níveis distintos de degradação”. É, nesse sentido, que o autor analisa as migrações: “na medida em que elas são um problema para o migrante que é ao mesmo tempo vítima das migrações”. Para ele, o principal fato está

na questão da sujeição do migrante, em “aceitar condições de vida; degradantes de trabalho, humilhações e más condições de vida; [...] dispostos abrir mão de concepções mínimas e básicas de decoro, dignidade e direitos”.

O modo de pensar a cidade enquanto lugar de civilidade faz parte dos estudos de alguns teóricos aponta Martins, pois os mesmos entendem a relação campo-cidade, tendo olhar da fragmentação das relações que permeiam o campo e a cidade. Por isso, Martins critica estes teóricos, que “no geral têm trabalhado com o pressuposto de que as migrações são migrações rural-urbanas e que a cidade que atrai é econômica, social e politicamente avançada e civilizada em relação ao atraso e, supõem alguns, em relação à barbárie do mundo rural e camponês (MARTINS, 2002, p. 147).

Essa relação, de acordo com Martins, vem mudando, devido ao processo da ruralização das cidades nas últimas décadas. Para ele está ocorrendo uma adaptação precária e insuficiente de seus habitantes, ao mundo urbano. Tendo a cidade de São Paulo como exemplo, Martins (2002) observou certa revitalização de costumes e tradições rurais, “como também uma reinvenção adaptativa da vida social, com bases nas ruínas culturais do campo e da cidade”.

Nesse caso, o lixo é uma referência importante para muitos migrantes, que dele vivem e até dele comem, como se vê nas grandes cidades brasileiras e de outros países. As desigualdades sociais vistas nas grandes e médias cidades brasileiras mostram que a sua apropriação e reprodução social são caracterizados pela forte concentração de riqueza, sendo esse resultado de um processo histórico e econômico que reflete na sua espacialidade as mais fortes contradições sociais e econômicas. Nesse sentido, é possível concordar com Martins, quando ele descreve que:

A cidade já não oferece muitas alternativas de vida; perde seu poder de ressocializar a partir de valores e relações sociais que estejam referidos à cidadania, à consciência cidadã dos direitos, à grande cultura, à religião, etc., àquilo, enfim, que representa a efetiva emancipação das pessoas em relação a necessidades que reduzem ou bloqueiam o alcance da consciência dos direitos (MARTINS, 2002, p. 148)

A cidade revela todos os contrastes possíveis de um espaço marcado pela segregação, refletindo assim o seu arranjo espacial. Para Moreira (1982. p.2), a análise dialética do arranjo do espaço serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classe que produzem esse arranjo. Portanto, analisar esses

arranjos sociais é compreender de que forma o capital se apropria do espaço, criando espaços segregados marcados pela precarização. Moreira (1982, p.3) entende que o arranjo espacial brota tanto do processo de produção – distribuição, quanto do controle que se exerce sobre as relações existentes entre as classes sociais. Com base nas ideias do autor, se a sociedade é composta por classes sociais, é nas suas relações que se mostra a “estrutura contida nela [...] através do conhecimento da estrutura e movimentos da formação espacial, se conhece a estrutura e movimentos da formação econômico-social, e vice-versa”.

Dessa forma, quando Mézáros (2002) analisa a reestruturação do capital e o seu rebatimento na classe trabalhadora, observa que os mesmos estão sendo reduzidos à condição de “força de trabalho supérflua”. Para o autor é “[...] uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341).

Nesse sentido, a flexibilização dos direitos trabalhistas, serve como disfarce para mascarar a realidade da:

[...] política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações em tempo integral (MÉSZÁROS, 2002, p. 342)

Sendo assim, os trabalhadores passam a conviverem com os critérios da competitividade e da produtividade, demandados pela aplicação da tecnologia *high-tech* subordinada à liquidez do capital financeiro. Portanto, a reestruturação do capital leva a classe trabalhadora a perder direitos fundamentais das leis trabalhistas, porque é obrigada a aceitar acordos estabelecidos sob os princípios do capital, que desregularizam ou fragilizam as leis trabalhistas.

Com base no pensamento de Masuzaki e Carvalho (2009, p. 4), a flexibilização do mercado de trabalho e a consolidação do ideário neoliberal na sociedade possibilitaram a recuperação da lucratividade capitalista a custas da classe trabalhadora, que passou a trabalhar mais tempo, por um salário que não condiz com a sua produtividade. Com essas mudanças na reestruturação do capital, a exclusão do trabalhador deixa de ser transitória e passa a ser permanente. A crise do modo de produção capitalista leva cada vez mais os trabalhadores para a informalidade e para o

subemprego. O trabalhador passa, então, a viver da marginalidade dos trabalhos temporários, dos bicos, da sujeição do que encontra pela frente. Formulam Masuzaki e Carvalho que, a partir da década de 1970:

[...] com a crise estrutural do sistema capitalista, o capital buscou novos caminhos para a sua reprodução, objetivando sua expansão e acumulação de lucros. Esse momento marcado pelo aprofundamento das relações internacionais do capital, conhecida como globalização, o qual vem interferir e trazer grandes transformações no mundo do trabalho. Neste momento, com o advento do neoliberalismo, há uma onda de privatizações de empresas estatais e processo de terceirização da empresas (MASUZAKI; CARVALHAL, 2009, p. 3).

O impacto da reestruturação do sistema capitalista de produção sobre a classe trabalhadora, em destaque sobre os migrantes que buscam oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos brasileiros, contribui para o aumento da periferia, visto que os trabalhadores sofrem de um duplo desemprego, quando sai do campo e perde o pouco que resta, e quando migra para a cidade e não consegue trabalho. Com isso fica nítido que:

A reestruturação produtiva trouxe em seu arcabouço, novas formas de gerenciar o processo da produção, com a implantação de novas tecnologias que intensificou os processos de trabalho colocando-o no ritmo das máquinas, o trabalho polivalente que o trabalhador passa a exercer várias funções, combinação de trabalho em equipe, mecanismos de envolvimento do trabalhador com os interesses da empresa, exigências de qualificação profissional, entre outras características advindas da organização de novas formas de gestão do trabalho. Combinadas ou separadas, essas medidas promovem o aumento do ritmo do trabalho, da intensidade e da pressão sobre a produtividade, a drástica redução do número de trabalhadores empregados e, ainda, o alarmante crescimento de formas precárias de trabalho, fazendo parte do processo contínuo de reestruturação do capital (MASUZAKI; CARVALHAL, 2009, p. 6-7).

Por outro lado, os sindicatos sinalizavam que as transformações globais do capitalismo (neoliberal) queriam “explorar as vantagens comparativas do mercado de trabalho brasileiro”, de mão de obra barata e relativamente qualificada, muito embora o discurso dominante frisasse a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas, aponta Carvalho (2008, p.132). A flexibilização dos direitos trabalhistas leva o trabalhador para a instabilidade, passando a não ter nenhuma garantia se vai continuar trabalhando ou não. Outro ponto é a crescente informalidade dos trabalhadores, pois se tornam precarizados. Segundo Carvalho, as transformações:

[...] no processo produtivo capitalista são as determinações mais visíveis do processo de precarização do mercado de trabalho, isso porque a reestruturação produtiva provocou grande aumento da produtividade do trabalho, eliminando com isso um montante considerável de empregos industriais no mundo, com efeitos mais visíveis nos países desenvolvidos. (CARVALHAL, 2008, p.133)

As transformações do modo de produção capitalista são contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade, reduz a quantidade de trabalhadores. Para Carvalhal (2008), a leitura sobre esse processo deve-se ampliar. Por exemplo, a modernização da agricultura fez aumentar a concentração de terra e a exploração agrícola, oprimindo os pequenos e médios agricultores que ficam, cada vez mais, reféns do mercado, para se adequarem ao modo de produção dominante.

Retornando o exposto sobre a mobilidade dos trabalhadores, vale lembrar que esse fenômeno é parte da lógica capitalista para atender a sua reprodução. Nesse contexto, não só são importantes as definições de Antunes, Thomaz Jr, Conceição, Martins e Carvalhal, mas também daqueles que conseguem lidar com as novas regras da economia capitalista. Nesse caso, a economia capitalista vê na modernização da agricultura a garantia da sua reprodução, na busca constante por novas terras, ampliando-se as fronteiras agrícolas. Isso indica que, quanto mais o capital intensifica-se, no espaço, mais aumenta a mobilidade dos trabalhadores que vão buscar novas oportunidades de trabalhos.

Alves considera que esse processo:

Sempre teve um papel importante na reordenação espacial do país, sobretudo como reserva de mão de obra para a valorização do capital, propõe-se nesse texto analisar quais estratégias o capital utiliza para colocar em movimento a força de trabalho de brasileiros nessa passagem do século XX para o XXI. Dito de outra maneira, quais áreas específicas do território brasileiro tornam-se estratégicas na reprodução do capital. (ALVES, 2004, p.45).

Tudo isso gerou no Brasil, principalmente nas médias e grandes cidades “cinturões de pobreza urbanos – especialmente metropolitanos -, formando um imenso estoque de reserva de mão de obra não qualificada, mal acomodada no subemprego” (SANTOS, 2006, p. 9). O crescimento econômico brasileiro, concentrado em São Paulo, não representou, paralelamente, uma melhor e maior distribuição de renda. Pelo contrário, a concentração econômica fez aumentar as disparidades regionais. Como

resultados surgem os movimentos migratórios internos e externos, que são atraídos pelo capital.

Com a intensificação do modo de produção capitalista no final da década de 1970, intensificou-se a mobilidade do campo para cidade, tanto o rural como o urbano, que passou a ter uma vasta mão de obra. Ao analisar os fatores da migração dos trabalhadores brasileiros do campo para cidade e o processo inverso do quadro migratório, Santos chegou à seguinte conclusão:

Primeiramente, a saída do espaço rural em direção ao urbano. Na sequência o deslocamento inter-regional de uma cidade a outra a fim de acompanhar as oportunidades de emprego. Enfim, em um número significativo de situações, o retorno ao local de origem, isto é, o próprio espaço rural, uma vez esgotadas as oportunidades e possibilidades de emprego no espaço dinâmicos da economia. Tendência tanto mais presente se considerado que o contingente de migrantes é, em geral, constituído por mão de obra desqualificada, e, conseqüentemente, sem grandes chances de inserção em mercados de trabalho dinâmicos. Para os que ficam, o campo alternativo de sobrevivência tem sido o ingresso na informalidade ou empregos temporários e todas as formas subjacentes de precarização (SANTOS, 2006, p. 10)

Partindo dessas premissas, a mobilidade dos trabalhadores serve para compreender como as relações sociais, econômicas e políticas vêm se tecendo no rural e no urbano, saindo de uma leitura de dicotomia e procurando entender esses espaços na sua totalidade, sendo que ambos se complementam.

Esse debate permite compreender como as relações de produção se inserem no espaço rural e urbano; no caso do rural, transformando pequenos e médios camponeses em trabalhadores operariados, sem terras, livres para vender a sua força de trabalho, tornando-se mão de obra disponível. Conforme Gerardi (2010), atribui-se a esse processo três fatores, a modernização da agricultura, o extremo parcelamento da terra e o avanço da fronteira agropecuária.

Para Gerardi (2010), esses impactos da mobilidade campo cidade estão associados à forte modernização da agricultura e intensificação da industrialização do Sudeste, a partir da década de 1960, e servem para explicar a dinâmica populacional. O autor destaca que região Sul passou a apresentar uma intensa perda de população rural a partir de 1970, também por influência da industrialização e modernização da agricultura, que transbordou do Sudeste para o Sul, contemplando assim toda a região concentrada.

Com base nessas ideias apresentadas, compreende-se que modo de produção capitalista tem a capacidade de se mobilizar no espaço geográfico e mobilizar os trabalhadores, sendo que esses passam a buscar trabalho em outras regiões fora do seu lugar de origem.

Vale ressaltar que a “capacidade do capital de se mobilizar, permite implantar a sua lógica em lugares antes organizados a partir das relações tradicionais de produção” (ALVES, 2004, p. 46). Esse processo pode ser visto, no Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, quando o Governo Federal concedeu incentivos para a implementação da cafeicultura, como fator de desenvolvimento.

À medida que a cidade de Vitória Conquista foi se consolidando como a terceira maior cidade do interior da Bahia, também aumentou o processo migratório. Nos anos 1940, a construção do trecho que liga Ilhéus a Bom Jesus da Lapa a BA-262 intensificou o comércio e o crescimento da população e, mais tarde, na década de 60, a construção da Rio-Bahia (BR 116) impulsionou o crescimento da cidade. Essas ações reforçaram a posição de Vitória da Conquista no cenário regional, recebendo um novo contingente humano formado por baianos, mineiros, paulistas e nordestinos de diversos estados, especialmente sergipanos e pernambucanos⁴⁰.

Até a década de 1960, as atividades da zona rural de Vitória da Conquista era caracterizada pela agricultura de subsistência e pelo cultivo de mandioca e de mamona. A partir da década 1970, o espaço rural de Vitória da Conquista foi tendo outra organização espacial, devido ao Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura (PRRC), do governo do General Médici.

O objetivo do Plano era ampliar a área semeada de café, produto bastante valorizado nesse período. Foram oferecidos subsídios aos interessados para abrir cafezais e isso levou os proprietários rurais a cultivar café nos municípios de Vitória da Conquista, Planalto, Poções e Barra do Choça, entre outros. De acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2010), as lavouras de café multiplicaram-se em poucos anos. Em 1975, foram colhidas 840 sacas; em 1983, esse número subiu para 13.179. Por outro lado, começou a ocorrer uma mudança na configuração espacial no rural e urbano. Os pequenos agricultores, pressionados pelos novos produtores de café, foram retirados de suas terras, seja por meio da compra e venda, quando eram proprietários, seja pela expropriação, no caso dos não proprietários. Eles passaram de

⁴⁰ VITÓRIA DA CONQUISTA. **História**. Disponível em: <http://www.pmvc.com.br>, visitado em 18/082010.

pequenos produtores a trabalhadores temporários, com proventos que variavam de acordo com a fase trabalhada, entre o plantio e a colheita. Alguns estudos sobre a implementação da cafeicultura no município de Vitória da Conquista foram realizados. Assim contribuem as pesquisas de Santos (1987), que destacou pontos importantes para compreender esse processo, como a fomentação, redirecionamento e ampliação dos fluxos, expropriação dos pequenos proprietários, retirando-lhes os seus meios de produção e proletarizando, os migratórios e a fragilização dos pequenos produtores próximos da área cafeeira (SANTOS, 1987, p. 101).

Nascimento (1985) que abordou o percurso da Igreja Católica enquanto instituição volta-se para a organização sindical dos trabalhadores do campo, passando pelo esgotamento do modelo no pós-64 e a retomada dessa atuação via Comunidades Eclesiais de Base (CEB). O autor relata as pesquisas de campo em Vitória da Conquista, desde às CEB, articuladas conforme a Paróquia das Graças, na luta dos posseiros da região do Pau-Brasil e a greve dos catadores de café no início dos anos 1980.

Como estudo mais recente, destaca-se o trabalho de Souza (2008), que analisa o processo de reprodução camponesa e suas expressões territoriais no Sudoeste da Bahia. Para a autora, a modernização da agricultura, por meio da inserção de ações do Estado, voltadas para a expansão da monocultura do café – a partir de 1970 e nos anos 2000 e o incentivo do plantio do eucalipto promoveram a valorização e a concentração de terra, rebatendo-se, negativamente, sobre os camponeses e trabalhadores assalariados. Dessa forma, Souza busca:

Compreender, em diferentes momentos históricos, as demandas impostas ao Sudoeste da Bahia, dentro da divisão social do trabalho, e como esses processos se materializam e se contrapõem em determinados momentos as formas de organização social e as relações de trabalho já existentes. A partir de então, procura-se entender o processo de apropriação territorial, a conformação das classes sociais no território e os conflitos advindos da forma desigual na distribuição territorial e dos meios de produção, o que remete, historicamente, a longos e consideráveis conflitos – não só pela terra, quanto pelos meios de produzir a vida (SOUZA, 2008. p.39).

Em abril de 1980, esses conflitos se revelaram com o grande movimento grevista dos trabalhadores do café dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, que se fortaleceu com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A partir da chamada “Greve do café”, os cafeicultores foram obrigados a reconhecer os direitos

dos trabalhadores. A luta mostrou para a sociedade as precárias condições às quais os trabalhadores estavam submetidos. Para Souza (2008)

Produto do avanço do capitalismo no campo no Sudoeste da Bahia, a greve dos catadores de café, constitui-se em um importante capítulo da organização dos trabalhadores rurais assalariados, frente ao “modelo de desenvolvimento” implementado pelo Estado, que alterou, profundamente, as relações de trabalho existente até então, repercutindo, diretamente, nas relações camponesas, não eminentemente assalariadas, mas também na degradação das condições do trabalho assalariado, mediante a perda de direitos trabalhistas, a maior exploração do trabalho, e a introdução de maquinários poupadores de mão de obra, rebatendo no rebaixamento dos salários, tão logo nas condições materiais daquele que vivem da venda de sua força de trabalho no campo. Assim, grande parte dos trabalhadores assalariados cedeu lugar aos trabalhadores de tipo volantes, temporários, onde a figura do boia-fria ganha visibilidade, espelhando a degradação das condições objetivas, e da satisfação do mínimo aceitável a sobrevivência de qualquer ser humano. É a exploração e a alienação do processo do trabalho, que representa o lado contraditório do discurso do “desenvolvimento” do qual o Sudoeste da Bahia não se constitui realidade estanque (SOUZA, 2008, p. 436).

Compreende-se que a capital territorializa as suas ações, via implementação de programas, em que o Estado tem o papel de criar as condições necessárias. No caso de Vitória da Conquista, o capital, o Estado, os proprietários e os donos do meio de produção, ou seja, os fazendeiros de café procuraram excluir os pequenos e médios produtores agrícolas das suas terras. Assim, os agricultores deixaram a condição de proprietários, donos do seu próprio trabalho, e passaram para a condição de empregados, boias-frias.

Nesse sentido, o capital procurou primeiro desterritorializar os pequenos produtores, expulsando-os do campo, para depois reterritorializá-los, com o cultivo da monocultura do café, produto de consumo nacional e de exportação.

Vale lembrar que a implementação da cafeicultura, com forte incentivo de recursos federais, promoveu, em Vitória da Conquista, uma concentração fundiária, que excluiu do campo as famílias dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. Para Lima (1997, p. 54), é necessário compreender que os movimentos migratórios em direção ao município de Vitória da Conquista não se explicam pela exaltada “localização estratégica”, e sim se deve considerar a mobilidade territorial da força de trabalho, em todo país, no Nordeste e, principalmente, na Bahia, provocada pelo movimento do

capital, que modifica as relações sociais e econômicas e suas implicações socioespaciais no campo e na cidade.

O rebatimento provocado pelo movimento do capital no espaço geográfico agrário de Vitória da Conquista fez com que ocorressem algumas mudanças nas relações de produção e trabalho nesse espaço, antes organizados sobre uma agricultura de subsistência, com uma mão de obra familiar. Com a implantação da cafeicultura esses trabalhadores passaram a trabalhar como diaristas nas fazendas de café. Além disso, muitas dessas famílias de trabalhadores se deslocaram para a periferia da cidade, sendo convocadas para o trabalho apenas nos períodos de colheita e limpa dos cafezais; passavam o dia no campo e à noite voltavam para as suas casas, configurando, assim, como trabalhadores boias-frias. Para Fernandes, essas mudanças ocorreram porque o capital ao se territorializar, procura retirar aquilo que é incompatível com o seu modo de produção.

A expropriação dessas famílias do seu meio de sobrevivência gerou para o capital uma vasta mão de obra de trabalhadores disponíveis que são constantemente submetidos às precárias condições de trabalho. A mobilidade dos trabalhadores de Vitória da Conquista do campo para cidade tem, portanto, uma estreita relação com as mudanças ocorridas no seu espaço agrário, muitas delas provocadas pela “difusão” da cafeicultura, na década de 1970.

Nesse sentido, a pressão social por moradia tornou-se constante na cidade; uma luta social por parte dos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, que não tinham onde morar, ou mesmo aqueles que moram de aluguel ou de agregados com parentes. Neste contexto, surgem as primeiras ocupações no perímetro urbano e loteamentos populares.

No entendimento de Medeiros (1978), a busca pela moradia fez surgir loteamentos de origem popular e na prática:

[...] atendia à crescente demanda motivada pelo crescimento populacional urbano. Como se sabe, a partir dessa década, a população urbana começa a dar verdadeiros saltos, a tal ponto que o Censo Demográfico de 1960 comprova que ela é bem maior que a população rural. Este crescimento era oriundo não só do crescimento interno, mas sobretudo da migração proveniente de outras áreas e do campo para a cidade. A população começa, portanto, a pressionar a terra e esta, atendendo ainda a necessidade de o proprietário expandir seus negócios, fragmenta-se (MEDEIROS, 1978, p. 9).

Assim como no campo, a terra nos centros urbanos das grandes e médias cidades brasileiras teve uma grande valorização, dificultando o acesso por parte da classe trabalhadora assalariada, que se deslocou para esses lugares. Para Medeiros (1978), tratava-se de uma população realmente de baixo poder aquisitivo, daí porque os primeiros loteamentos surgidos tenham sido “populares”. Em virtude dos baixos preços dos lotes:

Algumas pessoas chegam a admitir que a existência dos chamados “loteamentos populares” em Vitória da Conquista é responsável pela inexistência de “favelas” na cidade. Em parte, pode ser uma explicação. Entretanto, deve-se lembrar de que, mesmo sem o fenômeno do loteamento, em sentido técnico-jurídico, isto é, do loteamento propriamente dito, os baixos preços de terrenos próximos ao núcleo e a relativa abundância de materiais regionais de construção nas décadas de 1950 a 1960, não impediriam o parcelamento da terra não loteada e consequente venda, a preço relativamente acessível, porque esse parcelamento era a única opção para o proprietário, num tempo em que a preocupação urbanística não estava na ordem do dia e que o poder de mando local estava bem próximo e aquiescente ao proprietário privado (MEDEIROS, 1978, p. 9).

No fundo, os loteamentos surgiram como um negócio, todavia não existia uma preocupação do planejamento urbano por parte de quem vendia. Os dados levantados na prefeitura mostram o surgimento dos loteamentos entre 1950 ao fim da década 1970. Assim foram identificados:

[...] a existência de 11 loteamentos na década de 1950, embora alguns deles só mais tarde viessem a ser “regularizados”. Na década de 1960, foram licenciados 29 loteamentos, enquanto que na década de 1970, 21 loteamentos foram aprovados. Somente no ano de 1977, 11 loteamentos foram licenciados pela Prefeitura Municipal. Não se conseguiu dados que indiquem período de formação de quatro loteamentos. Dados disponíveis na Prefeitura Municipal indicam a existência de 65 loteamentos, alguns já completamente ocupados - a maioria - exceto possíveis loteamentos não submetidos à administração pública municipal. Os bairros novos da cidade, a rigor, são fruto de loteamentos. De loteamentos populares, o empreendimento saltou para loteamentos só acessíveis às classes média e alta. Aliás, alguns loteamentos resolveram ser “seletivos”, aumentando artificialmente o preço da terra. Tal fato não quer dizer que deixaram de ser requeridos loteamentos proletários e abertos novos desta categoria (MEDEIROS, 1978, p. 9).

As pressões pela moradia no espaço urbano, entre as décadas de 1950 e 1970, mostram as contradições provocadas pelo avanço do modo capitalista de produção na

região. A ausência de planejamento dos gestores é visível. Nota-se que os loteamentos foram vendidos pelos agenciadores, que desmembravam antigas fazendas e as transformavam em lotes, sem nenhuma infraestrutura. As casas eram construídas por conta própria e não seguiam nenhum padrão.

Conforme Medeiros (1978), muitos problemas ligados aos loteamentos surgiram: não só a falta de infraestrutura, água, esgoto, luz, transporte, mas também falta da documentação, transformando-os em verdadeiros embustes. Ainda de acordo com Medeiros, têm-se notícia de lotes vendidos a mais de uma pessoa. Dessa forma, a necessidade pela a moradia fez surgir um negócio lucrativo, devido à falta de critérios e as irregularidades realizadas pelos agentes.

As mudanças ocorridas na Região Sudoeste da Bahia e, conseqüentemente, do próprio município de Vitória da Conquista, a partir da década de 1970, fizeram com que a cidade recebesse trabalhadores da sua região e também de outros Estados.

Em pesquisa realizada por Lima (1997, p. 53), os números comprovam o crescimento populacional. Segundo dados do IBGE (1995), no ano de 1980, a população de Vitória da Conquista era de 170.619 habitantes: 121.459 são da própria cidade e 49.160 não são naturais do município, enquanto que 27.572 migraram para o município há menos de 10 anos. Para Tanajura (1992) fica visível o crescimento populacional da cidade, em decorrência principalmente do êxodo rural da própria região e de outros Estados. O autor observou que:

[...] Em 1940, sua população era de 33.556 habitantes, em 1950 passou para 46.456; em 1960 já era de 80.113; em 1970, elevou para 127.528, chegando em 1985 a 194.299 habitantes a para alcançar a expressiva cifra do recenseamento de 1991. Muito concorreu para esta urbanização acentuada as migrações provenientes de várias partes do país, notadamente do Nordeste, e o êxodo rural constante, que em 1970 já alcançou um percentual de 67,5% da população do Município vivendo na cidade. As causas destes modos migratórios estão no fascínio que a cidade, principalmente as grandes e de médio porte, exercem sobre os moradores da zona rural e a oportunidade de adquirir melhores condições de vida, inerente a todo ser humano (TANAJURA, 1992).

De acordo com Tanajura (1992), muitas foram as causas da mobilidade dos trabalhadores de campo para a cidade, que favoreceu a urbanização em Vitória da Conquista. Nota-se, no pensamento do autor, a ideologia que a cidade é o lugar das

oportunidades de adquirir uma melhor condição de vida, e por isso a cidade fascina esses trabalhadores.

Nesse sentido, não é possível concordar com Tanajura, pois entender a mobilidade dos trabalhadores pelo êxodo rural e o fascínio pela cidade, mascara as relações sociais e econômicas que estão por trás da mobilidade da classe trabalhadora. A mobilidade e a urbanização ocorrem no Brasil com o avanço do modo de produção capitalista, que atua no campo e na cidade. No caso do campo, ao modificar as relações de trabalho e expropriar as famílias da sua unidade de produção, na cidade ocorre pelo processo de industrialização, que atrai os trabalhadores que saíram do campo para as periferias das cidades.

Nesse sentido, as transformações ocorridas no espaço rural e urbano de Vitória da Conquista, a partir da década de 1970, em que a monocultura do café substituiu a tradicional agricultura de subsistência cultivada pelos pequenos produtores rurais, levaram os trabalhadores à submissão da lógica capitalista.

Nesse sentido, as entrevistas com os assentados do Zumbi dos Palmares mostram a realidade desses trabalhadores que saíram da periferia para incorporar o MTD. Nesse processo, ora são pequenos produtores, ora boias-frias, desempregados e assentados, mostrando, assim, a sua plasticidade.

Para Thomaz Jr (2006, p. 38-39), a plasticidade do trabalho expressa as especificidades simbólicas de cada uma das formas expressão, contribuindo dessa forma para que se possa entender a riqueza dos conteúdos sociais da classe trabalhadora, tanto do campesinato que se mantém enraizado ao modo de vida e de trabalho da família camponesa e do trabalhador egresso das experiências proletário operário urbano e rural, quanto dos operários que não desnudaram integralmente os valores teóricos do conceito de classe.

É nesse universo plural do trabalho, no entendimento de Thomaz Jr. (2003, p. 101), socialmente e expressivo, que nos permitem reconhecer a identidade da classe trabalhadora como segmento social potencialmente mais representativo do sentimento anticapitalista. São os que vivenciam diferentes estágios de subproletarização – domésticos, terceirizados, subempregados, informais, camponeses com pouca terra, trabalhadores sem terra etc., juntamente com os desempregados, em fim os segmentos mais precarizados e excluídos, são os sujeitos que propugnam as ações mais ousadas, como ocupações rurais realizadas pelos movimentos sociais, como o MTD, o MST dentre outros.

A entrevista realizada com a assentada E.P.S do Assentamento Zumbi dos Palmares, natural da cidade de Itapetinga, mostra de forma expressiva a riqueza da sua história de vida, contribuindo para a compreensão da vida do trabalhador rural e urbano, que vai incorporando novas experiências do mundo do trabalho. Assim, ela relata:

O meu pai era vaqueiro, em Itapetinga. O fazendeiro deu um pedaço de terra pra gente plantar. O motivo da saída do campo para cidade foi quando o meu pai não teve condição de trabalhar mais; ficou doente né, teve problema de coluna muito sério. A gente era muito pequeno, não dava conta da terra. Aí a gente vê que o fazendeiro era mais pra explorar o trabalhador. Foi quando ele teve uma proposta para trabalhar de pedreiro e a gente foi trabalhar em casa de família. Aí a gente começou a trabalhar e não voltou mais pra roça (E. P. S, 2009).

Observa-se que relações de trabalho impostas pelo fazendeiro não favoreciam a permanência dos trabalhadores na terra. Dessa forma, esses foram os motivos da migração do campo/cidade. Vindos do campo, os trabalhadores passaram a incorporar novas funções no espaço urbano. Uma das assentadas revela que trabalhou como empregada doméstica e depois como vendedora de lanches nas ruas do centro da cidade.

Para a assentada J. M. A, natural de Caraíbas-Ba, os motivos também estão relacionados à exploração e precarização do trabalho:

A gente trabalha de meia na roça dos outros, o fazendeiro dava a roça sem nada, aí a gente trabalhava, quanto colhia o mantimento a metade era da gente a outra era do fazendeiro. Foi quando eu casei, minha mãe foi embora pra Conquista, ai eu falei aqui também eu não vou fica (J.M.A., 2009).

Assim, as entrevistadas deixam claro que as relações de trabalho impostas pelos fazendeiros estavam deixando as suas famílias cada vez mais precarizadas. Todavia, o trabalho no campo não se estabelece de forma homogênea. As relações entre as duas classes sociais se estabelecem por meio de acordos ou pré-acordos. Segundo J., existia um acordo entre a sua família e o fazendeiro: a forma de parceria. Sendo assim, a sua família entrava com a força do trabalho e o fazendeiro disponibilizava a terra. No fim da colheita, toda a produção era repartida, conforme o estabelecido.

No caso de E., identifica-se o trabalho não remunerado, pois a terra era disponibilizada para o cultivo de uma agricultura de subsistência, realizado pela própria família, enquanto estivessem trabalhando na fazenda. Nesse sentido, esses trabalhadores que passaram, como descreve Thomaz Jr (2003), pelas diferentes experiências de

trabalho. Amiúde vão se tornando cada vez mais precarizados, indo, assim, ao submundo do trabalho. São inúmeros trabalhadores despossuídos de qualquer bem material, a não ser, a sua força de trabalho.

Nesse contexto, surgem os movimentos sociais, como resultado das contradições dos processos históricos, que buscam junto os trabalhadores melhores condições de vida. Gohn (2007) considera que os movimentos sociais não são meramente o resultado de uma crise, porém, assinalam, sim, uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Gohn acredita que

Os movimentos sociais ajudam a entender a criação da ação social, assim como a ação individual, e levam à exploração de novas possibilidades, pois se trata de uma ação que mantém distância, ela própria, das heranças e signos dos lugares e caminhos nos quais a sociedade constrói a si própria. Constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, em que a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e de seu sentido (Gohn, 2007, p. 157).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais ajudam a compreender as contradições do capitalismo no campo e na cidade, quando rompem a ordem estabelecida e revelam que a relação capital/trabalho, cada vez mais, expressa novas práticas de exploração dos trabalhadores.

Em contraponto à realidade vivida pelos trabalhadores, os movimentos sociais do campo e cidade passaram a intensificar as suas ações. Os movimentos sociais urbanos, que até a década de 1980 faziam “reivindicações isoladas” na luta por transporte, creche, moradia e escolas públicas, vão unificado força por uma luta da questão social.

Gohn (2007) denominou essas lutas entorno do social como “salto qualitativo”, ocorrendo, assim, “a construção das identidades através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso aos direitos mínimos básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadão; e fundamentalmente a luta contra o *status quo* predominante”.

Nessa perspectiva, Fabrini (2008, p. 240) entende que os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil como o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Porém, o autor chama atenção sobre a existência dos movimentos. Para ele tem que haver uma forte expressão da dimensão coletiva e quando essas condições não

estão amadurecidas, os movimentos sociais tendem a não dar certo. Ainda de acordo com Fabrini:

Os movimentos sociais não devem ser visualizados como se fossem sinônimos de revolução, analisados no pensamento marxista ortodoxo, que coloca o movimento operário como responsável pela ruptura na estrutura da sociedade e quebra da hegemonia da classe capitalista (FABRINI, 2008, p. 241).

A reestruturação do modo capitalista de produção e conseqüentemente a fragmentação do trabalho, a partir década de 1970, implicam, para Fabrini, no surgimento de diferentes sujeitos sociais, que vão se organizar nos movimentos sociais, devido às estruturas homogêneas e de difícil participação por parte do não operariado.

Portanto, a impermeabilidade do movimento operário não permitia abarcar a complexidade de demandas dos diferentes sujeitos sociais. Essa crítica também é feita pelo MTD, quanto à complexidade das relações sociais a que os trabalhadores estão sendo submetidos. Essa complexidade vem criando novas formas de atuação dos sujeitos sociais. Nesse sentido, G. (2009) entende que “há um grande vazio organizativo por parte da esquerda para esse setor”. O MTD busca organizar os trabalhadores desempregados das periferias das cidades, no sentido unirem forças para lutarem juntos contra a lógica capitalista.

Em Vitória da Conquista, os primeiros movimentos sociais surgiram no contexto da crise da econômica local e nacional, na década 1980. Segundo Lima (1997), as primeiras ocupações de terra ocorreram no perímetro urbano de Vitória da Conquista, em áreas que sobraram de loteamentos, remanescentes de conjuntos habitacionais e em áreas que tinham outras finalidades, de acordo com a Prefeitura. Seriam destinadas a cemitério, aeroporto, creche, praça ou, ainda, áreas institucionais e de loteamentos particulares (Figura 20).

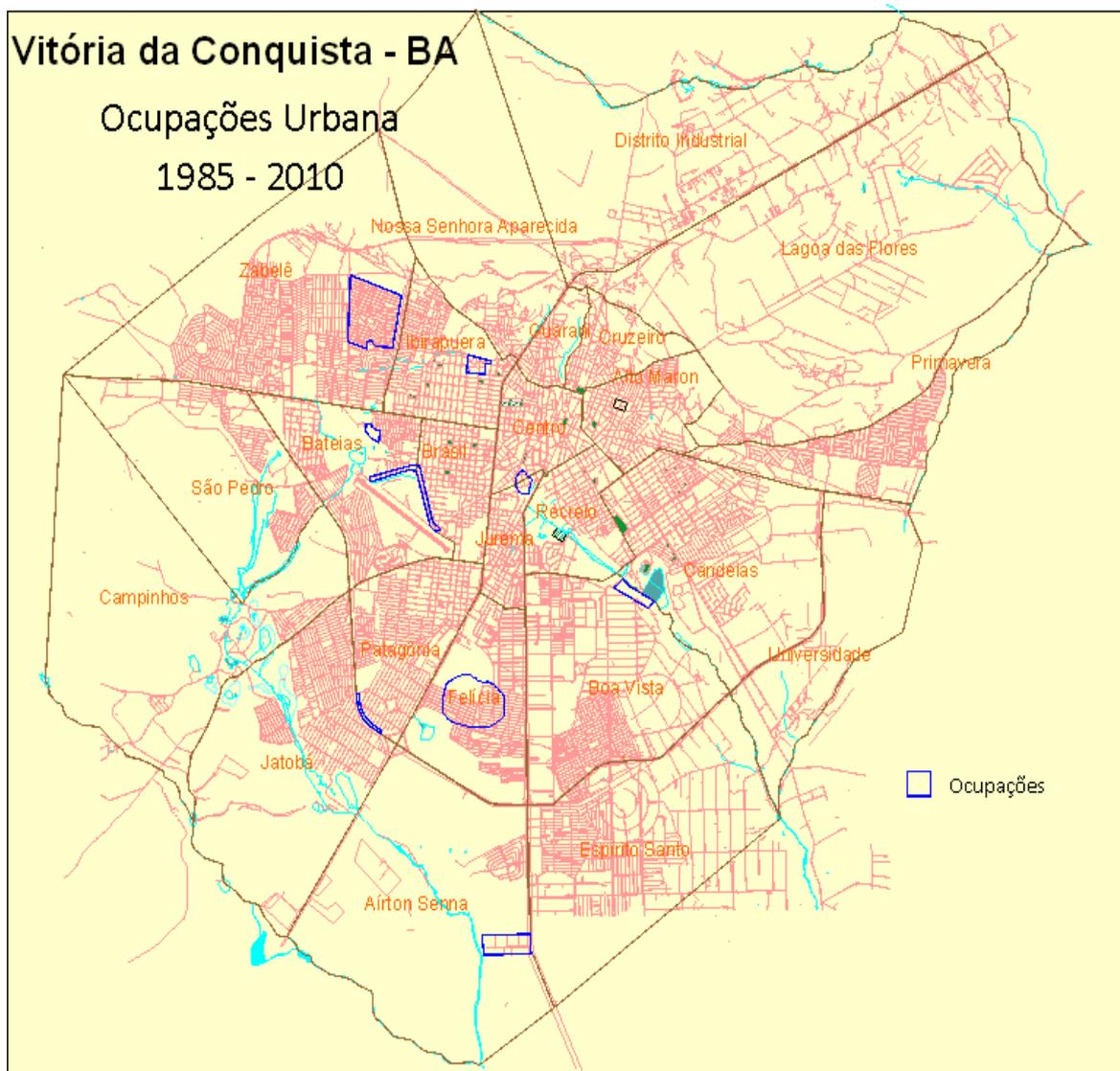


Figura 20 – Planta Urbana de Vitória da Conquista-Bahia, 2011

Lima (1997) considera que o primeiro caso de ocupação de terra urbana em Vitória da Conquista ocorreu em 1988, em uma área remanescente dos conjuntos habitacionais da Urbis II e III, que mais tarde passou a ser chamada de “invasão Santa Cruz” e depois de Bairro Santa Cruz. Em um levantamento feito pela autora é possível notar que várias foram as ocupações de terra urbana no período de 1988 a 1995, a saber: Ocupação Santa Cruz; ocupação da Santa Helena (1ª etapa); ocupação da Santa Helena (2ª etapa); ocupação do Ibirapuera; ocupação do Pinição (“Baixa do Facão”); ocupação da Urbis IV; ocupação de Trevo do Anel Viário; ocupação do Cemitério do Alto Maron; ocupação do Pacheco; ocupação do Bruno Bacelar; e ocupação do Jardim Copacabana. Acrescento aqui a ocupação América Latina em 2002 e a ocupação Santos Dias do

MTD, em 2003. As ocupações realizadas pelos movimentos sociais em Vitória da Conquista de 1988 a 2010 retratam as contradições engendradas pelo capitalismo. O seu arranjo espacial evidencia as situações adversas enfrentadas por esses movimentos sociais, mostrando, assim, a mobilização dos trabalhadores desempregados que buscam organiza-se com o objetivo de lutar por direitos básicos.

Assim, compreender a mobilidade dos trabalhadores do Assentamento Zumbi dos Palmares remetia, primeiro, a perguntar sobre os motivos que provocaram essa mobilidade e por que esses trabalhadores foram expulsos dos seus lugares de origem.

Nesse sentido, as entrevistas com os assentados respondem essas perguntas. De acordo com as 19 famílias assentadas, o que as levaram a sair do campo foram as situações adversas nas relações do trabalho. Por serem trabalhadores livres despossuídos de qualquer bem, são submetidos a relações de trabalho pouco favoráveis, mostrando assim, a exploração sofrida e a precarização a que estavam submetidas.

Nesse contexto, as entrevistas evidenciam o avanço do capital no campo e a capitalização da agricultura, junto com o avanço das agroindústrias. Ocorrem, dessa forma, uma maior concentração da terra, em consequência do avanço do capital.

Por outro lado, a crescente mão de obra assalariada nos principais centros urbanos atrai esses trabalhadores rurais que buscam, de acordo com os entrevistados, uma melhor condição de vida. Portanto, a mobilidade dos trabalhadores insere-se em dois processos, o avanço do modo capitalista de produzir no campo, com as condições essenciais para ocorrer à mobilidade do campo para cidade e o processo de “desenvolvimento” do urbano, o que levou os trabalhadores a buscarem outros espaços.

CAPÍTULO III – A LUTA DO MTD E A CONQUISTA DA TERRA

Refletir sobre a questão agrária no Brasil e os problemas sociais decorrentes da concentração de terra nos remete a pensar sobre a importância da Reforma Agrária na resolução dos problemas do desemprego que atinge não só o trabalhador do campo, como o da cidade. A má distribuição de terra no Brasil faz parte do processo histórico e a luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de uma elite brasileira, que vê na posse da terra a manutenção do seu poder, enquanto os trabalhadores rurais e os sem terras veem na terra a possibilidade de realização do seu trabalho o sustento de sua família.

Para mudar a estrutura fundiária, ativistas, intelectuais e militantes dos movimentos sociais do campo acreditam que somente a reforma agrária pode democratizar o acesso a terra. De acordo com Stédile (1997), a luta é contra o latifúndio e, conseqüentemente, a favor da democratização da terra, vista como um bem comum, de todos, cuja propriedade é injustamente concentrada e precisa ser redistribuída, por intermédio de uma reforma agrária. O autor concebe a reforma agrária como solução não só para a superação da desigualdade e das injustiças sociais, como também para os demais males que afligem a população brasileira rural e urbana: desemprego, pobreza, fome, violência, analfabetismo. Assim, é importante compreender porque o Brasil configurou a sua espacialidade como um território de contradições; um país de grandes extensões territoriais, onde trabalhadores lutam pelo direito de trabalhar na terra. Nesse sentido, é preciso responder à seguinte questão: o que levou o país a ter essa concentração de terra nas mãos de uma minoria?

As transformações impostas pela economia mercantil incidiram diretamente nas tradições que antes vinculavam a posse de terras enquanto símbolo de distinção social. Suzuki (2006) busca compreender a “expansão da propriedade privada da terra no Brasil”, a partir de Smith (1990), que observou a transição de formas anteriores de propriedade para a propriedade capitalista, em consonância com a criação da força de trabalho subordinada ao capital. Assim, o avanço da economia capitalista tem um caráter de transformar tudo em mercadoria e a terra passa a ser integrada à economia, tendo seu potencial produtivo explorado ao máximo. Em consequência dessa prática

econômica, diversas nações passaram a discutir e a regular juridicamente as funções e os direitos sobre a terra.

No Brasil, os sesmeiros e posseiros realizavam a apropriação de terras, aproveitando de brechas legais que não definiam bem o critério de posse das terras. Depois da independência, alguns projetos de lei tentaram regulamentar essa questão definindo critérios mais claros sobre a questão. No entanto, somente em 1850 a chamada Lei 601, a Lei de Terras, de 1850⁴¹ apresentou pela primeira vez novos critérios em relação aos direitos e deveres do domínio de/a terra. Essa lei surgiu em um “momento oportuno”, na medida em que o comércio de escravos passaria a ter restrições em terras brasileiras. A atividade, que representava uma grande fonte de riqueza, teria de ser substituída por uma economia em que o potencial produtivo agrícola deveria ser explorado de forma mais eficiente. Ao mesmo tempo, ela também responderia ao projeto de incentivo ao processo migratório, que deveria ser financiado com a dinamização da economia agrícola e regularizaria o acesso a terra frente aos novos camponeses e assalariados. Dessa maneira, ex-escravos, trabalhadores livres e migrantes teriam que enfrentar enormes restrições para galgarem à condição de pequenos e médios proprietários.

Com a vigência da Lei de Terras, nenhuma sesmaria poderia ser concedida a um proprietário de terras ou seria reconhecida a ocupação por meio das cartas de doação. As chamadas “terras devolutas”, que não tinham dono e não estavam sobre os cuidados do Estado, poderiam ser obtidas somente por meio da compra junto ao governo. A partir de então, uma série de documentos forjados surgiram para garantir e ampliar a posse de terras daqueles que há muito já a possuíam. Aqueles que se interessassem em adquirir uma parcela de terra deveriam dispor de dinheiro para obter. Dessa maneira, a Lei de Terras transformou a terra no Brasil em propriedade privada, ao mesmo tempo em que garantiu a sua posse aos antigos latifundiários. Com a ameaça de os escravos virarem proprietários rurais, deixando de se constituir num quintal de mão de obra quase gratuita, o regime passou a ser o da compra e não mais de posse. Conforme afirma Martins (s/d): “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra virou escrava⁴²”. Assim, a Lei de Terras criou o mecanismo necessário para a não socialização da terra, ainda mantendo a sua estrutura, dificultando o acesso para uma grande massa de escravos que seria libertada em 1888. Em análise

⁴¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>

⁴² http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/contexto_1.html

similar, Stédile (2005, p. 23-24) acredita que a Lei nº 601, de 1850: Tem como característica implantar no Brasil a propriedade privada da terra, transformando a terra, que é um bem da natureza e, por tanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política, em mercadoria.

Sendo assim, o objetivo dessa Lei, conforme Stédile (2005), é “regulamentar e consolidar o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal até os dias atuais para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

A concentração da terra no Brasil condena milhares de famílias de trabalhadores rurais, por não adquirirem acesso a um pedaço de terra que possibilite a sua sobrevivência. No entanto, o não acesso a terra leva os trabalhadores à condição de fragilidade, passando a aceitar qualquer contrato de trabalho.

Como bem aponta uma das assentadas do Zumbi dos Palmares, que veio do município de Caraíbas-Ba, a senhora J. M. A, quando perguntada sobre o que a sua família fazia para sobreviver na zona rural da sua cidade, já que possuíam terra para cultivar. Ela descreve: “agente trabalhava de meia⁴³ na roça dos outros. O fazendeiro dava a roça sem nada, aí agente trabalhava, quanto colhia o mantimento, a metade era da gente a outra era do fazendeiro”. Formula-se, assim, o que Stédile (2005) chama de estrutura injusta da grande propriedade rural.

Para Suzuki (2006), “a lei de terras significava uma alteração na produção das relações sociais, cuja determinação principal encontrava-se na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, moldando a terra como fundamento de riqueza e a sua mercantilização” (SUZUKI, 2006, p. 214). Para alguns estudiosos, como Stédile e Oliveira, essa seria a primeira grande oportunidade para se fazer uma reforma agrária. Porém, a Lei de Terras tornou-se um empecilho para o acesso a terra, refletindo, assim, uma exclusão dos trabalhadores rurais. A respeito da reforma agrária, Stédile (1997, p. 31) chama a atenção que nos países centrais esse problema foi visto como entrave ao desenvolvimento e o Estado foi pressionado a fazer a reforma agrária. Na Europa, por exemplo:

⁴³ Trabalhar de “meia” significa trabalhar em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral, o meeiro ocupa-se de todo o trabalho e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. No Brasil, a agricultura de meação ainda é muito praticada, principalmente nas regiões mais atrasadas.

[...] os pensadores clássicos caracterizavam a existência de um problema agrário nas sociedades capitalistas do século passado ao perceber que a concentração da propriedade da terra, originária dos resquícios do feudalismo e da oligarquia rural, se transformou em obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas no campo e na indústria (STÉDILE, 1997, p.30).

Dessa forma, as elites e as burguesias industriais recém-chegadas ao poder, a partir da revolução francesa, compreenderam a magnitude desse problema agrário, da concentração da propriedade como um entrave ao desenvolvimento dos seus ideais.

No Brasil, segundo Faoro (2001, p. 205), a aliança do poder aristocrático da Coroa com as elites agrárias locais permitiu construir um modelo de Estado que defenderia sempre, mesmo depois da independência, os intentos de segmentos sociais donos da propriedade e dos meios de produção. É dessas constatações que se pode auferir a confluência paradoxal; de um lado, da herança colonial burocrática e patrimonialista; de outro, de uma estrutura socioeconômica que serviu e sempre foi utilizada, não em função de toda a sociedade ou da maioria de sua população, mas no interesse exclusivo dos donos do poder.

Essa especificidade da aliança entre poder aristocrático e a elites agrárias no Brasil constituiu a base da exclusão social do homem da sua terra. Faoro (2001, p. 279), ao abordar as características da transformação da sociedade no século XIX, argumenta que esse processo ocorreu com a substituição da pequena e média agricultura pelas grandes lavouras mecanizadas de exportação. Nesse contexto, os trabalhadores rurais, que têm como base o trabalho familiar sobre as suas pequenas propriedades, aos poucos vão se transformando em boias-frias ou trabalhadores assalariados das agroindústrias, porque a sua terra vai sendo incorporada ao modo capitalista de produção, visando ao lucro como meta. Nessa perspectiva, o relato do assentado A.P, do município de Itapetinga-BA, contribui para o entendimento do que descreve Faoro sobre os trabalhadores rurais e as suas transformações em trabalhadores boias-frias. Ao ser perguntando sobre a sua história de vida, A.P descreve:

Trabalho desde os sete anos; trabalho na roça: uma parte com tratores agrícolas, (trabalhei com roçagem de manga, plantação, capim, no café, colheita de cacau, plantio, limpa e poda, com gado, muito tempo também, tirava leite, fazia manteiga, requeijão... A minha vida sempre foi voltada para a área rural. De um uns tempos para cá que eu venho trabalhando na cidade, por que aprendi a profissão de mecânico, mas a minha vida sempre foi a roça (A.P, 2009).

A estrutura agrária brasileira é uma das principais causas dos problemas sociais. De acordo com o assentado A.P, as relações de trabalho, presentes no espaço em que vivia, revelavam a concentração fundiária da terra, sendo que essa é uma região caracterizada pela presença da criação de gado. Dessa forma, o acesso a terra pelos trabalhadores rurais é dificultado, pelo alto valor que tem essas terras.

Todavia, no Brasil, o modelo econômico baseou-se na grande propriedade para atender a um modelo estabelecido a partir do pacto colonial. Para Prado Junior (1987, p. 15), a concentração fundiária no Brasil integrou como base fundamental da economia brasileira, bem como os demais arranjos debatidos na concentração do poder político e na concentração de renda. Desse modo, analisar as mudanças socioespaciais operadas no município de Vitória da Conquista, na atualidade, sem investigar seu processo histórico, seria um erro, por que a relação espaço/tempo mostra o processo de apropriação e reprodução do próprio espaço geográfico.

Em Vitória da Conquista, a implantação da cafeicultura nos anos de 1970 foi uma estratégia do capital em parceria com o Estado brasileiro, a qual proporcionou o avanço das relações capitalistas de produção no campo no município. Foi nesse período que a concentração de terra se fez predominante em benefício de uma reduzida minoria, os fazendeiros de café. Isso levou à mobilidade de trabalhadores e o surgimento de uma mão de obra barata e disponível, tanto no campo como na cidade. Prado Junior (1987, p. 17-18) alerta que a estrutura e distribuição das propriedades fundiárias – aliadas à circunstância de que, em geral, é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis – fazem com que uma considerável parcela da população rural se encontre insuficientemente aquinhoadas e não disponha de terra para a sua manutenção. Em função disso, uma grande massa de trabalhadores sairia em busca de trabalho para poder sobreviver, aceitando as mais diversas relações de trabalho, ou seja, submetendo-se à precarização do trabalho. Os baixos salários e as precárias condições de trabalho na generalidade da indústria e outras atividades urbanas se daria ao potencial de mão de obra de baixo custo que o campo oferecia e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lho. De acordo com G., um dos coordenadores do MTD, na Bahia, o Movimento tem o desafio de:

Representar os anseios dos trabalhadores desempregados e subempregados amontoados nas periferias das grandes e médias cidades do Brasil, que não tem voz nem vez e, através da organização e da luta de massas, conquistar condições de vida digna para todos os

trabalhadores, mesmo que para isso seja necessário forjar mudanças estruturais na sociedade brasileira (G., 2009)

Os assentamentos do MTD são, portanto, espaços que têm como práxis a transformação social, criando-se alternativas de organização da luta para os trabalhadores da periferia. Nesse sentido, busca-se fazer o resgate da valorização da vida humana e o trabalho coletivo.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o surgimento desses espaços pode ser analisado a partir da atividade cafeeira, que impôs novas relações socioeconômicas, advindas da reestruturação da base produtiva no campo. Nesse caso, a mobilidade dos trabalhadores rurais no município, nos anos de 1970 e 1980, e os desdobramentos das relações socioeconômicas vão se refletir na segregação socioespacial que se estabeleceu a partir de então. Como se observou na pesquisa de Lima (1997), a atividade cafeeira nos dá uma base para contextualizar essas duas décadas. A partir da década de 1990, entretanto, além de um expoente da agricultura cafeeira, Vitória da Conquista se tornou um importante centro urbano. A luta do MTD, no município no contexto da relação campo/cidade, a partir de então, induziu o surgimento de espaços periféricos resultantes de uma lógica capitalista desigual e combinada, baseada em uma série de ocupações e assentamentos rururbanos coordenados por trabalhadores em luta por terra, trabalho e moradia. Para Martins:

Quando falam em expansão do capitalismo no campo, as pessoas querem ser referir a duas coisas: de um lado, a uma massa crescente de camponeses, ou lavradores autônomos, cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no da sua família, que estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra (MARTINS, 1979, p.152).

Essa lógica do capitalismo retira tudo àquilo que pode dar autonomia ao trabalhador rural que vive da sua terra, com base em um trabalho familiar; ao perder a terra, ele (o trabalhador) não tem mais nada para fazer, só lhe restando vender a sua força de trabalho, transformando-se em proletário rural ou urbano.

Nesse sentido, ao analisar como o capitalismo cria a ilusão de que os trabalhadores livres recebem um salário equivalente pelo seu trabalho feito, Martins (1979) argumenta que isso ocorre porque, para ele:

[...] a riqueza aparece como sendo exatamente o contrário do que ela é: só o trabalho produz valor, produz riqueza, e o trabalho pertence originalmente ao trabalhador; no entanto, a riqueza, o capital aparece não como produto do trabalho, mas como produto do próprio capital. Essencial para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação de exploração baseada numa ilusão – a ilusão de que não há exploração alguma (MARTINS, 1979, p.156).

Mas, por outro lado, os movimentos sociais do campo e da cidade buscam avançar no debate político junto à classe trabalhadora sobre as formas de exploração que o capitalismo utiliza. Ao analisar o MTD, que atua em Vitória da Conquista, percebe-se que a mobilidade da classe trabalhadora entre o espaço rural e o urbano vai sendo moldada pela forma como ambos os espaços negam o direito desses trabalhadores neles permanecerem. Assim, o rural e o urbano são espaços que mostram as contradições das relações sociais de forma dialética. Para um dos coordenadores do MTD, a desigualdade social que está presente no meio rural e urbano é resultado da forma como as elites se apropriaram do Estado. Nesse sentido, ele entende que:

As elites que sempre tiveram o controle do Estado conduziram o país a essa situação, onde se tem grande parte da população desenraizada do meio rural, com baixo nível educacional e profissionalizante, amontoada nas periferias das grandes e médias cidades, sem nenhuma perspectiva (G., 2009).

A luta do MTD revela a contradição existente entre o espaço urbano e rural, diferenciando-se, assim, esse Movimento de outros movimentos sociais, que não conseguem mobilizar os trabalhadores da periferia urbana. No entendimento de Oliveira (2001), isso acontece por que:

A cidade hoje revela essas contradições. Ela é, pois, palco dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. Isso significa que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão das cidades passa pela compreensão dos processos que atuam no campo (OLIVEIRA, 2001, p.26-27).

A análise da questão agrária e das consequências sociais para os trabalhadores do campo/cidade permite compreender que, quando os direitos dos trabalhadores são negados, devido à forma como o espaço é apropriado pelos capitalistas, eles (os trabalhadores) buscam alternativas de sobrevivência e, muitas vezes, encontram nos movimentos sociais a possibilidade de luta por aquilo que foi negado. Oliveira (2001)

acredita que a cidade é o espaço das manifestações dos sujeitos que são excluídos tanto no campo como na cidade. Para ele:

A geografia das lutas no campo, a negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação (OLIVEIRA, 2001. p.193)

A expropriação e a negação ocorrem para os trabalhadores rurais e urbanos porque a expansão do capitalismo está presente no campo e na cidade, em princípio, fazendo a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Dessa forma, o “capitalismo cria as formas de apropriação e separação para facilitar a sua expansão e territorialização” (MARTINS, 1979, p.158).

A análise aponta que a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é, pois, gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2004, p. 41). Dessa forma, compreende-se a lógica contraditória das dinâmicas desiguais da produção e reprodução do capital nas regiões; as contradições e as desigualdades vão se agravando; a fome e a reprodução do capital vão se intensificando em cada território. Segundo um dos militantes do Zumbi dos Palmares (L. L. A), o MTD é resultante desse:

Processo histórico ocorrido no Brasil, onde as elites se aliaram com o capital internacional e, se utilizando da estrutura do Estado, promoveram uma desindustrialização acelerada, à custa da abertura para a entrada de multinacionais e do endividamento externo para construir estradas, portos hidroelétricos e toda a estrutura necessária para viabilizar essas empresas (L. L. A, 2009).

É importante destacar que o capital cria as suas próprias formas de reprodução e apropriação, levando, assim, inúmeras famílias de trabalhadores rurais e urbanos à condição de precariedade. Na visão de L. L. A: “esse modelo de desenvolvimento que as elites adotaram para o Brasil mantém a concentração da terra, da renda, do saber e do poder nas mãos dos mesmos”.

Percebe-se, na entrevista de L. L. A, uma visão crítica da forma como o Estado promoveu o “desenvolvimento” do Brasil, ao mesmo tempo em que se promovia a

aliança com o capital internacional, a desigualdade social aprofundava. L. L. A. entende que o Estado usou a estratégia da:

Industrialização dependente e centralizada nas grandes capitais atraiu milhões de pessoas para as cidades, como forma de distanciar o campo para evitar a pressão por reforma agrária e ao mesmo tempo fornecer mão de obra barata para as indústrias e para a construção civil da infraestrutura que estava sendo construída para servir ao capital. (L. L. A, 2009)

As consequências dessa política econômica resultaram na concentração urbana das grandes e médias cidades brasileiras, advindas não só do processo de industrialização, mas, também, da apropriação da terra no campo, levando, assim, os trabalhadores rurais a busca de novos espaços. Conceição (2009)⁴⁴ ressalta a importância da questão agrária para o entendimento da relação campo/cidade no Brasil.

De acordo com a autora, no Brasil:

Até 1970, só havia uma leitura do campo pelo campo, não existia uma leitura teórica da questão agrária, o que existia era um padrão agrário do campo pela leitura no campo. Foi a partir de Caio Prado Junior e Alberto Guimarães Passos que se começou a discutir a ideia de formação de um arcabouço teórico sobre a questão agrária no Brasil. Isso ocorreu no contexto da separação campo-cidade, período da intensa industrialização e da modernização desenvolvimentista no Brasil, mais precisamente entre as décadas de 1980 e 1990 (CONCEIÇÃO, 2009).

Nessa mesma direção, Marques (2000) aponta que, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, cresceu a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo. Assim, novos movimentos sociais entraram em cena, tais como: o movimento dos atingidos por barragem, dos seringueiros, Trabalhadores Rurais Sem-Terra, acrescentando aqui o MTD.

Como uma ilustração da importância desse fenômeno, vale registrar a realização do 1º Encontro Nacional do MTD e 2º Encontro Internacional Sepé Tiaraju, em Porto Alegre, entre os dias 11 a 15 de abril de 2003 (Figura 21), com vistas a discutir os problemas sociais que atingem os trabalhadores do campo/cidade, unificando-se as lutas entre os trabalhadores desempregados urbanos, os trabalhadores sem terras e os povos indígenas, que lutam contra o avanço do modo de produção capitalista nas suas terras.

⁴⁴ Nota da aula da professora Alexandrina Luz Conceição. 16-03-2009

Conforme Rossi (2003 *apud* MARTINS, 2003)⁴⁵, integrante da organização do evento, o encontro significou a construção de pautas conjuntas.



Fonte: <http://flasko.blogspot.com>}

Figura 216 – Participantes do 1º. Encontro Nacional do MTD e 2º Encontro Internacional Sepé Tiaraju, em passeata pelo Parque da Harmonia – Porto Alegre/RS, 2003.

De acordo com Martins (2003), os dois encontros reuniram cerca de três mil trabalhadores do campo e da cidade, de vários estados do Brasil, além das tribos indígenas brasileiras, paraguaias, argentinas, chilenas, uruguaias e bolivianas. Nessa oportunidade, os movimentos sociais elaboraram estratégias conjuntas de planejamento e organização e:

Nas diversas experiências trocadas de lutas concretas vivenciadas por diversas categorias da nossa classe trabalhadora, ficou constatado que cada movimento tem um papel fundamental, pois mostra que mesmo dentro sistema capitalista, as lutas que são feitas, servem para um trabalho de formação, mostram na prática que a cada conquista, faz com que aquele que não tem acesso a uma alternativa para sair da má condição de vida, possa perceber que só a união das massas

⁴⁵ Fernando Gomes Martins. Disponível no site: <http://flasko.blogspot.com>. Acessado em 2010

organizadas pode mudar a péssima condição de vida que somos submetidos (MARTINS, 2003).

Como aponta Marques (2000), a complexidade da questão agrária fez surgir movimentos sociais que se unem na luta contra o latifúndio e as formas de apropriação da terra. Assim, a luta pela reforma agrária se torna uma luta conjunta dos movimentos sociais do campo e da cidade.

Os movimentos sociais buscam cada vez mais espacializar e territorializar sua ação, na busca de constituir espaços sociais, que permitam criar estratégias de enfrentar o capital e, ao mesmo tempo, de reproduzir enquanto classe social. Os acampamentos e assentamentos do MTD são espaços políticos e ideológicos que refletem a forma como os trabalhadores desempregados são excluídos da produção capitalista.

Convém observar que os assentamentos passam a ser o território, produto concreto das lutas travadas no processo de produção de sua existência. Desse modo, o território expressa a identidade da coletividade, os valores culturais, políticos e ideológicos.

No caso do Assentamento Zumbi dos Palmares, apenas 30% das famílias vivem e trabalham no próprio assentamento; são os aposentados que conseguem viver da aposentadoria e do cultivo da terra. As outras famílias de trabalhadores, além do cultivo da terra, buscam alternativas para complementar a renda. De acordo com essas famílias, elas procuram outras atividades na cidade porque não conseguem sobreviver apenas do cultivo da terra. Para Mitidiero Jr.:

O território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo flexível, dinâmico e contraditório, por isso dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território é a produção humana a partir do uso dos recursos que dão condições a nossa existência. O primeiro destes recursos é o espaço, por isso precisamos dominá-lo. (MITIDIERO JR. 2001).

Vale ressaltar que a proximidade do Assentamento Zumbi dos Palmares com o espaço urbano passa ser estratégica para sua sobrevivência dentro desse contexto de luta por melhores condições materiais de existência, pois pode assegurar aos trabalhadores assentados uma alternativa de trabalho no entorno da cidade, onde os assentados possam desenvolver, além das atividades agrícolas, algumas atividades não agrícolas.

Torna-se importante observar que, mesmo sendo negados na cidade, os assentados demonstram, nas entrevistas, uma forte ligação com o espaço urbano. Essa identificação é explicada pelos laços que se constituíram ao longo do tempo em que os assentados viveram nas cidades e pela própria condição de negação de direitos ao campo. Por isso, essa forma de assentamento, denominada pelo Movimento como rururbano, facilita a mobilidade dos assentados entre o espaço rural e urbano e permite que eles não percam os vínculos socioeconômicos e culturais com as cidades.

3.1 Campo-cidade: a questão no âmbito do MTD em Vitória da Conquista

A reflexão sobre a relação campo-cidade passa pelo entendimento da divisão técnica, territorial e social do trabalho. Essa questão está inserida no contexto do modo de produção capitalista e envolve diferentes concepções. A partir da segunda metade do século XX, a revolução científico-tecnológica contribuiu para o processo de urbanização e industrialização e promoveu o desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade.

A apropriação da natureza revela as contradições sociais existentes na sociedade. Germani (2010)⁴⁶ observou que o desenvolvimento e o avanço do modo produção capitalista no espaço agrário ocorreram pela apropriação da natureza. Para ela, essa lógica marca as “relações de produção que são realizadas pelos mercados, transformando tudo em mercadoria para se encontrar no mercado, isso acontece também com a natureza, com a terra; meio de produção fundamental da agricultura”. Nesse sentido, o espaço e a reprodução das relações capitalistas de produção estão presentes em todos os conflitos e contradições da sociedade.

Ainda, conforme Germani (2010), “se, analiticamente, é permitido estudar o que acontece no campo, os resultados devem contribuir para explicitar parte do movimento da totalidade da sociedade”. Desse modo, o campo e a cidade são partes de um par geográfico. Analisar a relação entre o campo e a cidade e os contrastes construídos historicamente também pressupõe uma análise sobre como o espaço foi se configurando em meio a relações sociais contraditórias.

⁴⁶ Guiomar Germani – apropriação da natureza no semiárido baiano. Palestra realizada no III Seminário de Estudos Ambientais e Ordenamento Territorial. De 08 e 09 de novembro de 2010. IGEO/UFBA.

De acordo com Williams (1989, p.12), as “transformações ocorridas nas relações entre o campo e a cidade foram acentuadas pela Revolução Industrial, levando ao desaparecimento do campesinato tradicional”. O autor aponta que:

O alicerce das transformações estaria nas relações de propriedades durante todo o período de dissolução do feudalismo e as causas socioeconômicas do crescimento das cidades estariam ligadas a algumas questões controversas, como a extensão comercial e a produção artesanal independente, com tendência própria à concentração na forma urbana (WILLIAMS, 1989, p. 72).

Todavia, o autor busca compreender no passado da sociedade inglesa o que representa o campo e a cidade. Com base nos estudos da literatura inglesa, dos romancistas, poetas e escritores da época, ele constrói a sua análise e percebe, assim, como a Inglaterra era retratada dentro desse contexto histórico.

Conforme Williams (1989), “a realidade histórica é surpreendentemente variada”, percebe-se, assim, que o aprofundamento da realidade histórica revela todos os processos históricos das relações campestres, englobando as mais diversas práticas de trabalhos, que vão:

De caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais, e a sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantations* às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais (WILLIAMS, 1989, p. 11).

O autor percebe as transformações que ocorrem no espaço rural, além do impacto sofrido pelo camponês, advindo das novas relações econômicas que levam à exploração e à precariedade dos trabalhadores rurais. Observou, assim, o avanço do modo de produção capitalista, na relação campo-cidade, conforme Raminelli⁴⁷ (1990, p. 165-193), que destaca, sobretudo, a participação do campo na gênese desse modo de produção.

Nesse contexto, a cidade passou a ser a representação da forma mais explícita do capitalismo, atendendo e reafirmando, assim, à sua própria. Porém, esse processo só foi possível em virtude das mudanças ocorridas na forma de organização do espaço rural e urbano. Por exemplo, com os cercamentos das propriedades rurais, já que a propriedade rural foi se tornando privada e incorporada à lógica capitalista.

⁴⁷ Raminelli, Ronald. R. História, São Paulo, n. 122, p. 165-193, jan/jul. 1990.

Para Raminelli (1990), o deslocamento da população para a cidade daria eventualmente origem ao proletariado urbano⁴⁸, sendo que esse fenômeno acirrou a oposição e divisão entre cidade e campo, ao estimular a especialização do trabalho. Assim, a mobilidade da classe trabalhadora desvenda as relações sociais, visto que, nesse cenário, surgiram as indústrias e uma agricultura desenvolvida com base nas novas tecnologias; o operário e o agricultor passaram a ocupar espaços distintos, também executando funções variadas. Os sintomas dessa transformação não sobressaem unicamente nas atividades produtivas e na separação entre trabalho mental e trabalho manual. Os sinais de hierarquização estão presentes também na vida cotidiana. Logo o espaço urbano da Inglaterra, com a Primeira Revolução Industrial, foi transformado, no sentido de corresponder às novas exigências do capitalismo.

Nessa perspectiva, Lefebvre (1969) interpreta a relação campo-cidade com base na análise do processo de industrialização na Europa, aprofundando o debate. Assim como Williams, Lefebvre entende que:

A relação cidade – campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mais ainda, numa mesma época, manifestam-se relações bem diferentes. Assim é que na feudalidade ocidental, senhor territorial ameaça a cidade renascente, onde os mercadores conseguem seu ponto de encontro, seu pôrto de ancoragem, o lugar de sua estratégia, a cidade replica a essa ação da senhoria da terra e é uma luta classes que se desenrola, ora latente, ora violenta. A cidade se liberta, não sem se integrar ao se tornar senhoria plebéia, mas o é do Estado monárquico (do qual ela era uma condição essencial) que ela se integra. (LEFEBVRE, 1969, p. 66)

Dessa forma, o autor analisa que a vida urbana compreende mediações originais entre a cidade e o campo. Essas mediações são relações econômicas que, ao serem analisadas, mostram como as relações cidade-campo vêm se realizando no processo histórico. Como aponta Lefebvre, a relação cidade-campo, atualmente, se transformou em uma mutação geral. Com essas afirmações, ainda aponta que:

Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se, a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos

⁴⁸ Idem... Raminelli, Ronald. R. História, São Paulo, n. 122, p. 165-193, jan/jul. 1990.

paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanatos, pequenos centros que tinham em proveitos dos centros urbanos comerciais e industriais, rêdes de distribuição, centros de decisão, etc. . As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo e às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesma. (LEFEBVRE, 1969, p. 67).

Por isso, o autor compreende que o processo de industrialização é, há um século e meio, o motor das transformações da sociedade. A industrialização, conforme Lefebvre (1991), caracteriza a sociedade moderna e define a sociedade urbana, bem como compõe a realidade social que nasce em sua volta; fornece o ponto de partida para a reflexão sobre a nossa época. Contudo, deve-se compreender que a cidade é preexistente à industrialização, sendo assim, pensar as relações campo-cidade, em uma perspectiva urbana, tendo como ponto de partida a industrialização, pode levar à fragmentação do entendimento das relações campo-cidade, por isso, devem-se analisar essas relações como processo histórico, construídos em espaço e tempo diferentes.

Como base teórica para o entendimento das questões urbanas e os problemas sociais, advindos do modo de produção capitalista, Engels (2008) analisa a situação da classe trabalhadora, no século XIX, na Inglaterra, onde as grandes e médias cidades passaram a receber um elevado número de trabalhadores rurais, camponeses empobrecidos que perderam as suas terras e foram para a cidade na busca de trabalho. Entretanto, a realidade encontrada por esses trabalhadores não foi nada animadora, pois esses passaram a morar em locais impróprios para a vida humana. Engels chama atenção para a questão da habitação. Assim, ao analisar a cidade de Manchester, observa que:

Foi a indústria que cobriu de construções cada espaço livre entre as velhas casas, a fim de abrigar as massas compelidas a abandonar os campos e a Irlanda; foi a indústria que permitiu aos proprietários desses estábulos alugá-los a altos preços, como se fosse habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas eles, os proprietários; foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém liberado da servidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como coisa, a ponto de ter de se deixar encerrar em cômodos que ninguém habitaria e que ele, dada a sua pobreza, é obrigado a manter em ruínas. Tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão (ENGELS, 2008, P. 96).

Engels considera que a Revolução Industrial transformou a sociedade burguesa, antes organizada em pequenas oficinas, depois transformada em indústrias.

Nesse sentido, o espaço urbano foi se configurando entre burgueses e proletariados, caracterizados como trabalhadores marginalizados, vivendo em condições subumanas, nas cidades da Inglaterra. Para Engels, as grandes cidades:

São habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana (ENGELS, 2008, p. 115).

Os baixos salários dos proletários refletiam as péssimas condições de vida. As suas moradias, de acordo com Engels:

Estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis (ENGELS, 2008, p. 115).

Essa era a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, no século XIX, com destaque para as cidades Londres, Manchester e Leeds. Londres contava com uma aglomeração de 2,5 milhões de habitantes, elevando-se à condição de capital comercial do mundo, conforme Engels. Porém, o “preço pago pela condição de metrópole foi sacrificar a melhor parte da condição dos homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade”. Assim, o sofrimento da classe trabalhadora, na Inglaterra, levou à “desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atominização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências”. Segundo o autor, é por isso que a “guerra social é a guerra de todos contra todos”. Portanto, “os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis: cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida” (ENGELS, 2008, p.68).

Portanto, o capital se revela como o fio condutor das relações econômicas. As cidades apresentadas por Engels passaram a se organizar com o objetivo de ser o espaço propício do modo de produção capitalista. Por isso, o autor acredita que é na cidade que se trava uma “guerra social” de luta pela sobrevivência por parte da classe trabalhadora.

A busca por trabalho, nessas cidades, levou os trabalhadores a competir entre si, e o medo do desemprego fez com que as pessoas olhem para o seu próximo como um rival, uma ameaça. Dessa forma, quando o trabalhador encontra um trabalho, como aponta Engels (2008, p. 69), quando “tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo”. Assim, Engels analisa a situação da classe trabalhadora da Inglaterra, as precárias condições de vida desses trabalhadores, e mostra como as relações capitalistas tratam os trabalhadores.

A análise de Engels é fundamentada no estudo da classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, tendo como crítica o modo de produção capitalista, como aponta o autor, modo esse que modificou a forma como a sociedade estava economicamente organizada. Assim como Williams e Lefebvre, Engels analisa as relações campo-cidade à luz do processo histórico, tendo marcos desse processo o modo de produção capitalista e a mobilidade dos trabalhadores camponeses do campo para a cidade, mobilidade essa advinda das mudanças impostas pelo avanço do modo de produção capitalista no espaço rural e urbano.

Luxemburgo (1969) analisa as transformações no campo e na cidade, indagando como o modo de produção mercantil construiu:

Uma sociedade, em que o trabalho está planejado e organizado. Ou seja, uma sociedade, em que não só a indústria e a agricultura são distintas, mas também em que, no interior de cada uma, cada ramo particular se tornou a especialidade de grupos particulares de trabalhadores (LUXEMBURGO, 1969, p. 253).

A análise de Luxemburgo parte do estudo da divisão técnica do trabalho, e discute as formas como estavam organizadas as comunidades primitivas, na sua economia, até o surgimento do dinheiro. A autora observou que existia uma cadeia que antes ligava todos esses trabalhadores, o sapateiro, o ferreiro, padeiro e carpinteiro, especializados num trabalho comum, numa economia social, todavia, na produção mercantil, essa cadeia foi quebrada. O trabalhador passou a ser um trabalhador livre e independente. Como aponta Luxemburgo (1969, p.255), a “comunidade, que formava um todo, decompôs-se em pequenas partículas como um espelho quebrado em mil bocados”. Agora, “cada homem está suspenso no ar como um grão de pó independente e tem que se desembaraçar”. Portanto, a fragmentação da produção criou uma dependência nas relações sociais, porque “cada um tem uma multiplicidade de

necessidade e por si só não pode senão satisfazer uma delas”. Nesse contexto, o surgimento da troca de mercadorias entre os produtores e artesões seria o elo entre eles. Assim, para que todos tenham acesso aos produtos dos diversos trabalhos lançam mão da troca e essa vem atender as carências das diversas necessidades.

Ainda para Luxemburgo (1969, p. 256), a troca criou um novo laço entre os produtores privados, atomizados, isolados e separados uns dos outros. Contudo, com o aprofundamento das relações econômicas e políticas, o surgimento do dinheiro “sob a forma metálica” expande o comércio, superando, assim, as relações sociais anteriores. A autora aponta que o comércio:

Desagrega a velha comunidade comunista, acelera a desigualdade de fortuna entre os seus membros, o declínio da própria comunidade. A pequena exploração camponesa, que apenas produz para ela própria e só vende o supérfluo para fazer um “pé-de-meia”, foi pouco a pouco forçada, em particular com a introdução do imposto em dinheiro, a vender finalmente toda a sua produção, para comprar em seguida os alimentos, o vestuário, os utensílios domésticos e até o grão para as sementeiras (LUXEMBURGO, 1969, p. 286-287).

A exploração sofrida pelos camponeses na Rússia retrata a lógica da economia mercantil, regida pelo dinheiro, que modificou a forma camponesa de trabalhar a terra, estruturada com base no trabalho familiar, sem fins lucrativos. O camponês passou a depender do mercado, precisando de dinheiro para arcar com as despesas, inflacionadas pelo imposto sobre a terra; ele perdeu a sua autonomia com a terra. Tudo que eles produziam foi para o mercado; o camponês foi dominado pela lógica da economia mercantil. Como aponta Luxemburgo (1969, p. 289), a transformação e a exploração camponesa na Rússia, conduzida pelo mercado, levam o camponês à ruína completa.

A economia mercantil se converteu na forma dominante da produção na Europa, pelo menos nas cidades do século XVIII. Para tanto, a economia mercantil tornou-se a forma predominante da vida econômica nas cidades europeias e depois do mercado mundial.

Os debates apresentados permitem compreender como a relação campo-cidade se insere na escala global, da “divisão social e internacional do trabalho” concebendo, assim, os processos de desenvolvimento desigual e combinado, processos esses que são intensificados com o avanço do modo de produção capitalista. Sendo assim, o campo e a cidade fazem parte de uma unidade dialética e a compreensão dessa unidade converge para a análise da totalidade da sociedade.

No Brasil, a relação campo-cidade vai se dá pela apropriação privada da terra, regulada pelo interesse do mercado. Segundo Martins (1983, p.17), foi o próprio capital que, com a crise do modo de produção escravocrata, instituiu a apropriação da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho.

Sendo assim, analisar a apropriação da terra e as relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas contribui para o entendimento das relações campo-cidade. Como aponta Martins:

No Brasil, a propriedade fundiária é uma das bases essenciais do sistema econômico e, sobretudo, do sistema político. Nenhum pacto político foi feito neste País, desde a Independência, em 1822, até a recente Constituição, de 1988, que não fosse ampla concessão aos interesses dos grandes proprietários de terra. A estrutura do Estado brasileiro está em parte constituída com base nesses interesses. (MARTINS, 1983, p. 96).

A relação terra-produção, no Brasil (ainda que voltada, em grande parte do tempo, à monocultura), pode ser referência para compreender como ocorreram às relações econômicas, políticas e sociais no país. Nesse sentido, a terra é usada como um potencial da economia e é a base para acumulação de capital, que vai servir de suporte financeiro no processo de industrialização. Todavia, para que a industrialização ocorresse foram necessárias duas coisas: mercado consumidor e trabalhadores, mão de obra, disponíveis. Essas questões foram resolvidas muito antes dessas necessidades.

Para Martins (1983), com o fim do trabalho escravo nas lavouras brasileiras, a terra passou a ser propriedade privada, dificultando, assim, o acesso por parte dos trabalhadores rurais, diferente do que ocorreu na Europa, onde os camponeses foram expropriados da terra, devido ao modo de produção capitalista e os altos impostos cobrados.

Moreira (1985) observou que a relação cidade-campo foi se instituindo com base em alianças, por meio das quais a burguesia pratica suas estratégias espaciais, com o intuito de ordenar sua hegemonia de conjunto. Nesse caso, a burguesia serve-se das estruturas espaciais para concretizar a relação entre dominantes e dominados. Nessa direção, verifica-se que a burguesia brasileira, formada no final do século XVIII na economia agrária e junto com outros ramos da economia, modificou a estrutura espacial

do espaço geográfico. A esse respeito, da forma como a burguesia pratica a sua estratégia, a entrevista citada de um dos coordenadores aponta para este entendimento, para L. L. A “[...] as elites se aliaram com o capital internacional se utilizando da estrutura do Estado [...]”, o resultado dessas alianças, reflete a desigualdade social, marcada pela pobreza dos trabalhadores.

A esse respeito, Moreira (1982, p.38) salienta que o “espaço geográfico é o espaço interdisciplinar, é a categoria por intermédio da qual se busca apreender os movimentos do todo: a formação econômico-social.” Logo assim, entender as transformações do espaço e as territorialidades construídas no espaço rural e urbano é um dos caminhos para compreender como as mudanças econômicas e políticas vêm transformando as características socioespaciais.

De acordo com Carlos, há no mundo moderno uma profunda:

Transformação nas relações cidade/campo, apontando a necessidade de desvendamento do conteúdo e sentido destas transformações, centrando a análise no momento e movimento da reprodução da sociedade hoje, saído da história da industrialização, tornando imperativa a necessidade de atualizar a relação cidade-campo, no mundo moderno (CARLOS, 2004, p. 8).

Nesse sentido, a autora busca compreender as relações cidade-campo, como processo histórico, ao analisar a industrialização e o desenvolvimento do mundo da mercadoria e a generalização do valor da troca. Ainda de acordo com Carlos (2004), “o desenvolvimento das comunicações e a expansão da informação aprofundaram e redefiniram as relações entre os lugares, enquanto hierarquização espacial entre espaços dominados/dominantes, sob o comando da metrópole nacional”. A expansão do modo de produção capitalista foi:

Estendendo-se ao mundo inteiro, também permitiu a generalização da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, cultura e tradição da vida tanto da cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais. Sua extensão no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social; elemento definidor dos conteúdos da prática sócio-espacial, posto que a extensão do capitalismo se realiza realizando a lei do valor. (CARLOS, 2004, p. 8)

Dessa forma, o modo de produção redefine as relações sociais. Como os autores citados anteriormente, Carlos (2004) busca compreender a relação cidade-campo, a

partir da instauração do modo de produção capitalista no mundo moderno, saindo do entendimento cidade-campo e tendo como referencial, também, a industrialização. Por isso, chama a atenção sobre a necessidade de atualizar a relação cidade-campo no mundo moderno. A reprodução das relações sociais saiu dos espaços das fábricas para se realizar “além do tempo e espaço do trabalho, o tempo/espaço de todos os momentos da vida cotidiana capturando o tempo cíclico agora sob o tempo linear, na medida em que tempo se realiza enquanto uso do espaço para a vida” (CARLOS, 2004).

O capital submete tudo àquilo que está em sua volta ao seu modo de produção, submetendo, assim, “a vida cotidiana às exigências da realização da produção capitalista, no plano da prática sócio-espacial a propriedade privada e o cerne do processo de apropriação”.

Portanto, é fundamental analisar o MTD dentro desse contexto apresentado pela autora, no qual, o capital submete a classe trabalhadora a sua forma de produção. A mobilidade dos atores sociais do MTD mostra os problemas enfrentados pelos mesmos, revelando assim a sua especificidade e conseqüentemente dos trabalhadores desempregados. O movimento é, basicamente, composto por trabalhadores rurais, que foram residir na periferia urbana e hoje estão de volta para o campo, via mobilização do movimento, que propõe assentamentos rurais como forma de integração social e resgate dos valores humanos. Tudo esse processo configura a trajetória de vida dos assentados, nessa luta contra todos os direitos que lhes foram negados, seja no espaço rural ou urbano. Essa análise permite constituir os antecedentes, perfis e arranjos do MTD, como movimento socioterritorial, que vê nos assentamentos a materialização de suas conquistas, espacial e territorial; ou seja, como suporte de resistência e luta de seus atores sociais.

Assim como Oliveira (2004), Carlos (2004) analisa o avanço do modo de produção capitalista no campo e os seus rebatimentos nos camponeses. De acordo com a autora, no campo, o desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalista implantando o trabalho assalariado sem que as relações camponesas desaparecessem e sem que a totalidade do trabalho no campo e a vida fosse submetida integralmente a sujeição real do capital apesar do desenvolvimento da industrialização da agricultura e da expansão das culturas para exportação no seio da economia global. (CARLOS, 2004. p, 9) .

Nesse contexto, é possível refletir sobre o processo de apropriação e reprodução do modo capitalista de produção, tanto no espaço urbano com no rural, como ainda aponta Carlos.

A existência da propriedade privada marca e limita as possibilidades de apropriação, reorganiza o processo produtivo, regularizando a vida. Na cidade a propriedade revela os usos do espaço e as articulações entre os momentos de lazer, do trabalho e da vida privada em lugares estabelecidos com funções rígidas, [...] a cidade e o campo vão refletindo o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, onde a metrópole aprofunda sua centralidade em relação a um território mais amplo, é por exemplo, o mercado interno que permite a expansão-contracção das áreas de cultura de exportação apoiada na estrutura moderna (CARLOS, p. 9)

De acordo com Alentejano (2003, p.27), o caráter fortemente urbanizado da sociedade brasileira deve ser o ponto de partida para a nova reflexão sobre o lugar da reforma agrária no debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, mas não para negar importância à reforma agrária, mas para afirmá-la como essencial, para, no curto prazo, garantir melhores condições de vida para uma imensa massa de explorados e excluídos presentes hoje no campo e na cidade; e, a médio e longo prazo, possibilitar a construção de uma sociedade justa e democrática. Carlos entende que o processo revela-se como tendência a construção da sociedade urbana, enquanto momento da reprodução.

Esse processo de reprodução social no seio de nossa sociedade sinaliza sua virtualidade. Considera-se que nesse caminho a cidade vai ganhando cada vez mais importância como centro de acumulação e do poder político, mas também permitindo a reunião dos poderes que entram em confronto com a lógica da acumulação, revelando os conflitos de uma sociedade brasileira que vive nos limites da sobrevivência; produzindo o espaço da segregação (CARLOS, 2004, p. 9).

Em consequência desses processos contraditórios, Oliveira (1996, p. 26) evidencia que devemos entender como “eles têm se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética”. Argumenta, ainda, que essa unidade dialética vai ser soldada pela presença, na cidade, do trabalhador boia-fria do campo. É o tipo de trabalhador que mora nas periferias de cidades, que tem em sua volta atividades agrícolas como

plantações de café, canaviais etc. (que, na época na colheita, precisam de mão de obra em grande quantidade).

Por sinal, Carlos (2004) acrescenta que esse processo “revela não só a contradição entre a produção e distribuição da riqueza, mas também aquela entre os que estão na esfera da produção na condição de trabalhadores e os que estão fora dela, os desempregados”. Nesse sentido os atores sociais que compõem o MTD mostram a contradição “entre a produção e a distribuição da riqueza”. O percurso realizado por esses trabalhadores, que saíram do campo para cidade, e agora fazem o caminho de volta, porém, sem perder o vínculo com o urbano, seja pela necessidade de complementa a sua renda, em trabalhos formais sem nenhuma tutela trabalhista, ou mesmo pela própria questão familiar.

Nesse contexto, a urbanização que ocorreu no Brasil, na segunda metade do século XVIII, deixou marcas no rural e no urbano, revelando, assim, as contradições surgidas entre esses dois espaços, com o avanço do capitalismo no campo e o aumento da concentração da terra, o que dificultou o acesso por parte dos trabalhadores à terra. Assim, sem opção de trabalho no campo, os trabalhadores rurais migraram para as médias e grandes cidades brasileiras.

Conforme Carlos, a concentração da terra opera na cidade e no campo, porque “o processo de reprodução se realiza pelo conflito violento entre valor de uso/valor de troca; um conflito que é prático-social”. Nesse sentido, o espaço é visto no capitalismo como lugar das realizações econômicas e políticas; ou seja, como aponta autora, o “espaço enquanto valor de troca, possibilidades da realização do capital produziu, tendencialmente, o espaço enquanto valor de troca, nessa direção, as condições de vida do homem se deterioram e o mundo produzido torna-se exterior ao homem” (CARLOS, 2004, p. 11). Um dos assentados (D. E. S.) deixa a entender esse conflito violento para quem não pode se manter na cidade. Segundo ele faz dez anos que veio pra Conquista. Trabalhava na roça em Itambé, na fazenda dos outros: “Quando vim para conquista eu estava morando na URBIS VI, morava de aluguel, e trabalhava de pedreiro, era uma vida sofrida, lutando pra compra o pão, paga aluguel, não tinha emprego fixo, sempre fazendo bico”.

Partindo da análise apresentada, percebe-se que os movimentos sociais urbanos e rurais lutam contra a apropriação privada da terra, que mostra, de modo intrínseco, a forma como o espaço é produzido nas relações capitalistas. Sobre a concentração de terras no Brasil, Castro argumenta que ela:

[...] ocorre porque no sistema capitalista as terras só se encontram efetivamente disponíveis para o capital, aos agricultores descapitalizados cabem parcelas de terra cada vez menores. Os grandes proprietários, ao contrário, possuem a alternativa de preservar suas terras como reserva de valor, e mesmo de status, ou de transformar-se em capitalismo agrários, o que lhes permite ampliar ainda mais suas propriedades (CASTRO, 1992, p.93).

Com a modernização da agricultura ou a chamada “transformação verde” acelerou-se o processo de concentração de terras nas mãos dos latifundiários. E também das grandes empresas que financiam o agronegócio. Nesse sentido, a terra é concebida como um entesouramento para os capitalistas; por isso, a lógica da apropriação privada da terra. Quanto mais a terra é valorizada, mais difícil é o acesso para os pequenos produtores. Ainda para Castro:

Fica claro que, com a modernização da agricultura [...], independente da sua dimensão, ocorreu uma estrutura fundiária profundamente marcada pelo contraste entre propriedades muito grandes e muito pequenas. A manutenção, e mesmo a ampliação, dessa diferença faz parte do processo de valorização da terra decorrente da expansão do capitalismo na agricultura (CASTRO, 1992, p.93).

Essa análise permite perceber como ocorreu a apropriação do espaço rural de Vitória da Conquista. Com a implementação da lavoura cafeeira, entre as décadas de 1960 e 1970, observa-se que, naquele momento, o espaço rural foi sendo incorporado ao modo de produção capitalista. Contraditoriamente, à medida que cidade de Vitória da Conquista foi se consolidando como a segunda maior cidade do interior da Bahia, também se tornou maior o processo migratório, aumentado dessa forma a demanda pela moradia. Muitos desses novos moradores vieram atraídos pelos resultados obtidos pela política de expansão da cafeicultura na região, implantada ainda na década de 1970 pelo Programa Nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais (PRRC), como supramencionado.

Vale lembrar que a implementação da cafeicultura teve forte incentivo de recursos federais, e promoveu, assim, em Vitória da Conquista, uma concentração fundiária, por meio de três diferentes mecanismos identificados por Lima (1997): a) os pequenos e médios proprietários de terra venderam as suas terras, motivados pelos juros altos das aplicações financeiras na caderneta de poupança; b) os proprietários que não tinham capital para investir na cafeicultura também venderam parte de suas terras aos

que possuíam mais capital; e c) os grandes proprietários venderam suas terras divididas em glebas, facilitando a comercialização e também adquirindo um melhor preço.

Marques (2006, p.171), ao estudar o sujeito social mobilizado na luta pela terra hoje no Brasil, deparou-se com a realidade de um trabalhador com complexa trajetória de vida, dividida entre o campo e a cidade. Nesse sentido, a história de vida dos trabalhadores do MTD serve como base empírica para compreender a teoria, como aponta Marques.

Instabilidade que tem caracterizado historicamente a existência de muitos trabalhadores de baixa renda no país está relacionada nos últimos cinquenta anos a um intenso movimento entre o trabalho urbano e o rural, bem como à centralidade do papel desempenhado pela família e suas estratégias de reprodução social. O que me levou a refletir sobre a relação cidade-campo a partir da perspectiva da reprodução social da classe trabalhadora (MARQUES, 2006, 171-172)

Portanto, compreender a relação campo-cidade, em Vitória da Conquista, tendo como estudo a trajetória do MTD no município contribui para entender como esse sujeito social luta pela sobrevivência e, ao mesmo tempo, pela sua reprodução social.

Conforme Marques (2006, p. 182), “os trabalhadores empobrecidos do campo e da cidade correspondem a categorias sociais que ocupam diferentes posições em relação ao processo de produção material”. Nesse sentido, os trabalhadores desempregados da periferia urbana e do rural, que fazem parte do MTD, revelam a contradição do que ocorre no espaço geográfico, rural e urbano em Vitória da Conquista.

Para Marques, um dos motivos dos trabalhadores urbanos se identificarem com os movimentos sociais rurais que lutam pelo acesso a terra e a reforma agrária está na origem rural desses trabalhadores. Para a autora:

A origem rural de grande parte dos trabalhadores da cidade é um dos fatores que explica as identificações que estes possuem com os trabalhadores rurais. Por um lado, muitos deles se mantêm ligados à área de procedência por meio de vínculos familiares, sendo possível o seu retorno em momentos de crise, sobretudo quando a família possui um pedaço de terra. Por outro, observa-se que valores e tradições do modo de vida anterior são reinterpretados e recriados no contexto urbano, refletindo-se, de diferentes formas, nas práticas e estratégias por eles adotadas em seu dia-a-dia (MARQUES, 2006, p. 182).

De acordos com as entrevistas realizadas no Assentamento Zumbi dos Palmares, com alguns dos seus assentados, percebe-se na história de vida dos trabalhadores do

MTD a sua origem rural, revelando, assim, os motivos que levaram a saírem do espaço rural. Entre as décadas de 1970 a 1990, nesse espaço lhe foi negado o direito de nele permanecer, devido às relações socioeconômicas estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Como foi dito anteriormente, no “sistema capitalista as terras só são acessível para quem dispõem de capital”.

O depoimento de E. P. ajuda a elucidar a lógica da relação campo-cidade, em Vitória da Conquista. De acordo com ela: “a vida no campo é muito difícil para quem não tem terra para plantar, [...] o fazendeiro só quer saber de explorar o trabalhador”. E acrescenta: “a vida na cidade é boa para quem tem dinheiro [...] para quem não tem, é um sofrimento só”. Nas condições precárias em que vive no assentamento, tanto o campo como a cidade negou o direito de E.P. de ter uma vida digna. A cidade, por ela mesma, não consegue resolver os problemas sociais presentes no seu cotidiano. Portanto, os trabalhadores da periferia tentam romper com a realidade imposta nas relações perversas entre o capital e sua forma de apropriação e produção.

O trabalhador depara-se com uma realidade nada animadora, o desemprego, que “aponta para um processo de exclusão involuntária da atividade produtiva e das regras básicas de sociabilidade. Ganha espaço, assim, o individualismo e o medo do cotidiano de alguns e o autoengano na história de vida de outros”. Nesse contexto, “O desempregado e o subempregado se deparam com enormes obstáculos para ter acesso às mínimas condições de vida”. Tais como as despesas com o aluguel da casa, água, luz, transporte, alimentação, enfim, todo um custo para se manter na cidade⁴⁹.

Quando se analisa a relação campo-cidade em Vitória da Conquista e o contexto histórico em que se realiza, observa-se que modo de produção capitalista modificou as relações socioeconômicas presentes no município, ao excluir os trabalhadores rurais de suas terras, levando, desse modo, esses a buscarem outros espaços, ou seja, começa a ocorrer uma mobilidade pelo trabalho também no espaço urbano de Vitória da Conquista. Com o passar do tempo, a cidade torna-se o lugar do desencanto, como descreve assentada E.P, na entrevista registrada. A precarização do trabalho, nesse contexto, torna-se irreversível, porque o problema é estrutural; “livre funcionamento do sistema econômico não se dispõe a assegurar emprego para todos. Por mais que o trabalhador esteja disposto a vender a sua força de trabalho no mercado, ele não descobre comprador”. Nesse sentido, o discurso capitalista é de que o desemprego

⁴⁹ <http://www.tvliberal.com.br/revistas/npara/edicao3/analise/emprego.htm> (Uma abordagem Global)

existe porque as pessoas não estão capacitadas, ou porque têm baixa qualificação profissional.

Dessa forma, os trabalhadores não conseguem mais se inserir no mercado formal do trabalho e começam a entrar, assim, em uma rotatividade decrescente no mundo do trabalho, passando da condição de operário para a de autônomo até chegar ao desempregado. Todo esse processo demonstra a precariedade que os trabalhadores são submetidos. Por outro lado, para Thomaz Jr (2006), esse processo serve para mostrar o processo histórico da formação da classe trabalhadora brasileira, ao mesmo tempo em que ajuda a compreender o caminho por ela percorrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em Vitória da Conquista-BA. O estudo deste movimento social permitiu entender como o desenvolvimento desigual e contraditório se materializa no espaço rural/urbano e implica em consequências sociais para os trabalhadores desempregados da periferia urbana, excluídos dos meios de produção no mundo capitalista.

Analisar o espaço com base na compreensão do modo desigual e combinado com que o modo de produção capitalista se desenvolve é um dos caminhos para explicar o surgimento de movimentos sociais, como consequência desse processo. O MTD é resultado dessa realidade e o seu surgimento está ligado à questão do desemprego no espaço das grandes e médias cidades brasileiras e à falta de moradia para uma massa crescente de trabalhadores desempregados que não tem onde morar e viver de forma digna.

Assim, a luta do Movimento e a sua atuação nos espaços periféricos revelam as contradições engendradas no/pelo capitalismo e mostram a realidade da classe trabalhadora, alijada do mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a fundamentação teórica da pesquisa permitiu fazer uma leitura da prática, construindo um elo entre o abstrato e o empírico.

Retomando o objetivo geral desta pesquisa, é possível afirmar que a importância da luta do MTD para os trabalhadores é percebida sempre que os militantes do Movimento ressaltam o papel que cumpre o MTD em suas vidas, diferenciando, assim, o antes e o depois de entrarem na luta. Mesmo reconhecendo que a vida no assentamento não é fácil, devido à falta de recursos financeiros e de infraestrutura para viver e para implementar as atividades agrícolas, as famílias assentadas ressaltaram que houve melhoria de vida desde quando passaram a viver no Assentamento

O surgimento dos espaços periféricos em Vitória da Conquista, como em qualquer outra cidade brasileira, se constituiu com base na lógica capitalista de produção no campo e na cidade. Os arranjos, perfis e processos sociais de produção e reprodução do espaço, estão, portanto, intimamente ligados ao modo de produção

capitalista. Nesse contexto, a periferia urbana conforma um arranjo social constituído por trabalhadores empobrecidos e desempregados.

O MTD atua na periferia do espaço urbano, no sentido de organizar os trabalhadores desempregados, para, juntos, lutarem contra a situação de precariedade em que estão. Em Vitória da Conquista-BA, o MTD atua na busca de políticas de acesso a terra e ao trabalho; por isso mobiliza e articula os trabalhadores desempregados do país, irmanados pelo flagelo da falta de emprego e moradia nas cidades.

Os resultados encontrados por esta pesquisa apontam que o MTD se inspirou nos debates estabelecidos pela Consultar Popular para implementar a sua luta, com base na criação de espaços e projetos coletivos que transformassem a realidade vivida por cidadãos aliados do acesso a terra e ao emprego. Além disso, observou-se que a história de luta do MTD é parte do contexto contemporâneo da implementação de políticas de habitação para pessoas de baixa renda e que moram em áreas de riscos, ainda que os espaços ocupados pelo Movimento não sejam espaços simplesmente destinados pelos governos, conforme os seus critérios, mas espaços conquistados em função da lógica da luta do Movimento.

Doutra maneira, foi possível constatar, ainda, a ausência dos sindicatos e a não atuação de qualquer movimento social em favor dos trabalhadores desempregados da periferia urbana de Vitória da Conquista-BA. Os sindicatos existentes se limitam a representar os trabalhadores do mercado formal do trabalho. Os trabalhadores que estão no mercado informal, os desempregados e os subempregados, geralmente, estão fora do movimento sindical. Esse vazio serviu de lugar político para a atuação do MTD na organização dos trabalhadores desempregados, muitos deles vindos do espaço rural para o urbano.

Mesmo quando ingressam no Movimento e conseguem acesso a terra e moradia, os assentados não perdem o vínculo com a cidade, dividindo a proximidade do Assentamento com esse espaço. Dessa forma, a relação campo/cidade configura de modo particular para os assentados: a cidade, que antes lhe negava o direito de nela permanecer e passa a ser agora, apenas, o local onde os assentados realizam as suas atividades complementares, alternadas com as atividades agrícolas e não agrícolas que realizam no Assentamento.

O modelo de assentamento implementado pelo MTD se diferencia dos modelos adotados por outros movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. Para o MTD, a proximidade com o centro urbano facilita a mobilidade dos assentados,

entre o rural e o urbano. É sabido que um dos grandes problemas dos assentamentos rurais é a distância destas áreas das cidades, dificultando, assim, o deslocamento e a comercialização dos produtos cultivados no assentamento; o isolamento é um dos obstáculos, para o desenvolvimento do assentamento. O modelo de assentamento do Zumbi dos Palmares se configura como uma estratégia para lutar contra o desemprego e retirar os trabalhadores(as), que vivem em condição sub-humana e sem nenhuma perspectiva, das periferias das cidades.

A luta do MTD perpassa pelas questões sociais, mas não termina na conquista da terra. A cada nova etapa, surgem novos desafios. Em todo o processo de luta do Movimento observa-se que as necessidades acompanham os trabalhadores, seja nos bairros periféricos (quando o Movimento se forma), seja no acampamento ou no assentamento (quando estão na terra); os desafios são permanentes. A pressão social exercida pelo Movimento mostra para a sociedade e para o poder público a necessidade da distribuição de terra e as carências de habitação e trabalho para uma parcela da sociedade que vive em condições precárias.

Durante a pesquisa foi possível constatar que a conquista de frações do espaço pelo MTD torna-se território da materialização das lutas sociais. Em Vitória da Conquista, são várias as áreas de atuação do Movimento dispostas em redor da cidade (Figura 12), o que comprova a espacialização e a territorialização realizada, de forma organizada, pelo MTD. Nesse sentido, as ações do MTD estabelecem um embate contra a lógica capitalista de produção, pois o Movimento entende que o acesso a terra é um dos caminhos para retirar os trabalhadores desempregados da periferia.

No que diz respeito à constituição social do MTD, esta se estabelece face aos debates realizados pela Consulta Popular com movimentos sociais do campo/cidade atuantes no município de Vitória da Conquista e Região Sudoeste e o seu arranjo político e institucional se origina da experiência adquirida na luta de movimentos sociais, tais quais: o MST e o MNLM, dentre outros.

Os resultados da pesquisa não permitiram identificar sutilezas institucionais do Estado no sentido de esvaziar o Movimento. Percebeu-se, entretanto, uma lentidão, revestida de burocracia, no atendimento das demandas apresentadas pelos assentamentos do MTD. Todas as conquistas que o Movimento obteve, ocorreram por meio da sua capacidade de organização e luta para o enfrentamento contra o Estado. Em vista de alinhamento político-ideológico, o Movimento se aproximou de alguns políticos de esquerda, argumentando que não se deixou seduzir por esses políticos.

Durante a pesquisa de campo realizada no Assentamento Zumbi dos Palmares, os militantes, ao serem perguntados sobre influências político-ideológicas e partidárias que possivelmente estiveram vinculados, descreveram que, mesmo obtendo apoio de alguns políticos de esquerda, o Movimento se comportava de forma independente, sendo que não permitia que os políticos ou que as ligações partidárias interferissem nas decisões internas do Movimento. Nesse sentido, as manifestações nos espaços públicos e/ou as ocupações realizadas para confrontar o poder público demonstram, segundo os Militantes, a independência do MTD frente aos políticos, aos partidos de base governista e ao Estado.

Mais do que concluir o debate sobre a temática abordada, esta pesquisa busca apresentar o MTD e as suas estratégias de luta, frente ao modo de produção capitalista. Assim, esse estudo analisa as mudanças produzidas no espaço, tendo como objeto a análise de um movimento social que contesta a forma como o espaço é apropriado e luta por assentamentos rurais, enquanto espaços, não só de resistência, mas também de inclusão social. Estes espaços tornam-se territórios, importantes para a própria reprodução social da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do Século XXI. **Terra Livre**: São Paulo. Ano 19, v.2, n.21. p. 25-39. jul/dez.2003.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mobilidade do trabalho e reprodução do capital nos cerrados piauienses. **Boletim Goiano de Geografia Goiânia** - Goiás - Brasil v. 24 n. 1-2 p. 43-53 jan./dez. 2004.
- ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BECKER, Bertha K. Modernidade e integração do território no Brasil: da integração nacional a integração competitiva, **Espaço & Debates**, n° 32, 1991, p.47-56.
- BENOIT, Hector. Sobre a Consulta Popular. Entrevista com César Benjamin. **Crítica Marxista**, n° 11, 2000, p. 123-128.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC. Ano 03, número 05, 2004.
- CARVALHAL, Marcelo Dornelis. O trabalho e a dinâmica territorial do capital. **Revista Pegada**. Vol. 9 n.1, Junho/2008.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital, in **Revista Okara**: Geografia em debate. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB. V.1, N.1, 2007, p. 1-152. Disponível em, <http://www.okara.ufpb.br2007>.
- DAVIDOVICH, Fany. A questão urbana. In: IBGE. **Atlas nacional do Brasil**, 2000.
- DI MEO, Guy. **L'homme, la société, l'espace**. Paris: Anthropos-Economica, 1991.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. (Tradução. B. A. Schumann). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.
- FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **OSAL** 273, Ano VI, n.º 16, enero-abril, 2005.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n.15, 2000, p.59-85.

FOUCAULT, Michel, **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Grall, 1988.

GERBIM, Ricardo. **Movimento Consulta Popular (CP)**. Texto elaborado para o Seminário “Partidos de Esquerda na América Latina”, Fundação Rosa Luxemburgo, outubro de 2005.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>. Acessado em out. de 2010.

GOHN, Maria do Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOULART, Patrícia Martins. **O Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD e suas estratégias contra o desemprego**. 2001. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, ano V, p.109-120, 1985.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. 20 a 26 de março de 2005, p. 6774-6792.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **Demitidos da vida: quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)?** 2009. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARQUES, Marta. Inez. Medeiros. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. Campo – Território: **Revista de Geografia Agrária**. Ano 2006, n°.5, p. 170-185.

_____. **De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO**. 2000. Tese (Doutorado) São Paulo, Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudente de Geografia**, Presidente Prudente, SP, n°19/20, p.26-41, nov.1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. São Paulo: Vozes, 2002.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MASUZAKI, Teresa Itsumi; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **Reestruturação produtiva e a precarização do trabalho nas indústrias alimentícias de Marechal Cândido Rondon**: agravos à saúde dos trabalhadores. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/D43.pdf> . Acessado em out. 2010.

MEDEIROS, Ruy. Os loteamentos e a expansão urbana de Vitória da Conquista. Ensaio Conquistenses. **Jornal Fifó**. Vitória da Conquista, 25 Jan., 1978.

MEDITIERO JR. Marco Antonio. A Agricultura Capitalista no Brasil. Territorialização: conceito explicativo para a luta pela terra? **Klepsidra**: Revista virtual de história. N. 9, 2001. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1264326>. Acessado em: nov. de 2008.

_____. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado). FFCHL Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

MENEZES, Hilário José. **O espaço urbano e a reprodução sócio-espacial das relações campo/cidade no processo de territorialização do MTD**. 2008. Monografia (Especialização). Departamento de Geografia. Especialização em Análise do Espaço Geográfico, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital**: a Geografia do (des) trabalho. São Cristovão/SE: Dissertação de Mestrado – NPGeo/UFS, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy (org.). A geografia serve para desvendar máscaras sociais. **Geografia**: teoria e crítica – o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O movimento operário e a questão cidade/campo no Brasil**: estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? **Pegada**. Vol. 1, n. 1, jun. 2003.

NASCIMENTO, Antonio Dias. **Organização de Base**: A reinvenção da participação popular, 1985. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001a, p. 26-27.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. IEA/USP. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, José Valdo. Aspectos econômicos e sociais da cultura do café na Bahia. **Revista princípios**. N° 9, outubro 1984. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PRADO JR, Caio. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Marcio Mendes; REGINA, Ferreira Márcia; BORGES, William Antonio. **A mobilidade centrada no trabalho e o processo de periferização urbana no aglomerado urbano de Maringá**. Disponível em http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a5_039.pdf. Acessado em out. de 2010.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia**. 1987. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife/PE. Universidade Federal de Pernambuco. 148f.

SANTOS, Ariovaldo. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Pegada Eletrônica**. Vol. 7, N. 1, Jun. de 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SARAIVA, Alessandra. **IBGE: crise criou 1,3 mi de desempregados**. Disponível em: [www.http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/tag/maior-taxa/](http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/tag/maior-taxa/). Acessado em set. de 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Marineide Maria. **O mosaico do desemprego**. 2009. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. Em defesa dos direitos dos Trabalhadores. **Texto para discussão**. Brasília, maio de 2004.

SMITH, Roberto. **Propriedade privada e transição**: estudo da formação da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro Iná. et alii. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso "hegemônico" do capital À atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia 2 vol. 2008. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe.

STEDILE, João Pedro. A luta pela Reforma Agrária: Os desafios de toda sociedade. **Revista Adusp**, junho de 1997.

_____. (Org.). **A questão agrária no Brasil 3**: programas de reforma agrária: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. **América Latina**: cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, Dez. 2006.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista, crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista/BA, 1992.

THOMAZ JR., Antônio. (Des)orden societária e territorial do trabalho: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004.

_____. Metabolismo do Capital no Campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan (org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classe no século XXI. Maringá, PR: Editora Práxis, 2003.

_____. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar autocrítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Pegada** – vol. 7, n.1, Jun., 2006.

VELTZ, Pierre. Mondialisation, **Villes et territoires**: l'économie d'archipel, Coll. Economie en liberté, Paris: PUF, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.